

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

NOTAS “ZONEADAS” SOBRE POLITICA-DE-PUTAS EM TEMPOS DE GOLPE

Sobre o encontro com prostitutas que lutam e labutam na Zona Boêmia de BH

André Geraldo Ribeiro Diniz

Belo Horizonte
2018

ANDRÉ GERALDO RIBEIRO DINIZ

NOTAS “ZONEADAS” SOBRE POLITICA-DE-PUTAS EM TEMPOS DE GOLPE

Sobre o encontro com prostitutas que lutam e labutam na Zona Boêmia de BH

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Mayorga

**Belo Horizonte
2018**

150 D585n 2018	<p>Diniz, André Geraldo Ribeiro</p> <p>Notas "zoneadas" sobre política-de-putas em tempos de golpe [manuscrito] : Sobre o encontro com prostitutas que lutam e labutam na Zona Boêmia de BH / André Geraldo Ribeiro Diniz. - 2018.</p> <p>111 f.</p> <p>Orientador: Cláudia Mayorga.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1.Psicologia – Teses. 2.Prostituição - Teses. 3.Prostitutas – Teses.4. Feminismo - Teses. I. Mayorga, Cláudia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



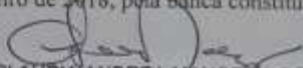
FOLHA DE APROVAÇÃO

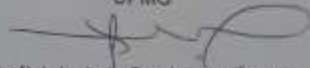
NOTAS "ZONEADAS" SOBRE POLITICA-DE-PUTA EM TEMPOS DE GOLPE: SOBRE O ENCONTRO COM PROSTITUTAS QUE LUTAM E LABUTAM NA ZONA BOEMIA DE BH


ANDRÉ GERALDO RIBEIRO DINIZ


Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.


Aprovada em 26 de fevereiro de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). CLAUDIA ANDREA MAYORGA BORGES - Orientador
UFMG


Prof(a). Isabela Saraiva de Queiroz
UFSJ


Prof(a). Claudia Natividade
FACULDADE CIÊNCIAS MÉDICAS


Prof(a). Lônia Maria Correa
UFMG


Prof(a). Lisandra Espindola Moreira
UFMG

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2018.

*À Aprosmig
Aos meus pais,
A todos aqueles que foram impedidos de chegar até aqui,*

AGRADECIMENTOS

À Bruna, Capitu, Gabriela, Jéssica, Laura, Madalena, Hilda e tantas outras mulheres prostitutas por terem compartilhado comigo as dores e delícias de suas vidas. Com vocês, aprendi muito sobre a vida e também sobre mim.

À Aprosmig pela acolhida e pelos aprendizados, em especial Zazá, Laurinha, Cida Veira, Hilda e Cida Silva. Todos esses anos de diálogo e aprendizado, por certo, não foram em vão! Levarei comigo, por onde for, as marcas da coragem, da criatividade, da simplicidade e da persistência.

À Cláudia, mestra, orientadora e amiga... agradeço muito por compartilhar, por fazer-se bússola, por compreender limitações e dificuldades. Sua coerência ética desnudou-me, motivou-me a seguir, lutar e transformar. Nosso encontro fez de mim uma pessoa melhor!

Agradeço minha família, especialmente meus pais, pelo apoio, confiança e afeto constantes, pelo exemplo de retidão e por terem sonhado junto comigo este sonho-pesadelo. Quando tudo parecia perdido, quando me faltaram razões para seguir, quando “ser dotô” perdeu o sentido, o amor e a compressão de vocês se fizeram bálsamo. Tive medo de sonhar um sonho que não fosse meu. Obrigado por não me deixarem esquecer pelo quê e por quem cheguei até aqui! Ser o primeiro Diniz, o primeiro Ribeiro, o primeiro Araújo e o primeiro Da Silva a virar “Dotô” tem significado especial para todos nós... para nossa história, para nossas memórias e para aqueles dos nossos que ainda virão. Hoje eu sei! Carregarei comigo o que vocês, os pais de vocês e os pais dos pais de vocês construíram de melhor para o mundo, a preço de suor e sangue, e sob muita renúncia!

A Geraldo Magela de Muro Lucano, inspiração de vida, de coragem e de perseverança.

Aquele cujo nome não sei, e o rosto desconheço, mas que fez de seu sonho-não-sonhado uma razão para espreitar o meu. Obrigado por ajudar-me a lembrar quem eu sou e de onde vim. Obrigado por lembrar-me que este sonho-pesadelo é também daqueles que me amam, e daqueles que dedicaram suas vidas, geração a geração, para que eu pudesse ser quem eu sou e estar onde estou. Obrigado por fazer-me compreender que este sonho-pesadelo não tem a ver só comigo, mas com todos aqueles que foram impedidos de ocupar este lugar que hoje ocupo.

A D. Lourdes, Tia Maria, Jacira, Lucimélia e todos os seus guias. Mulheres de fibra e de amor, que me doaram energia e boas vibrações. Com quem pude compartilhar as lágrimas e as dores de um corpo atrofiado, uma mente cansada e um espírito frágil.

Às colegas do “Conex”... Esse trabalho tem um pouquinho de cada uma de vocês. Em especial Geíse, Luciana, Paulo e Paula, com quem pude compartilhar as dores, as fraquezas, as origens, e as blasfêmias da academia e da vida erudita. Ao lado de vocês, pude ser eu-mesmo, em meio a tantas pressões de superficialidade, rivalidade e erudição.

As minhas amadas amigas de vida que cederam ombro e coração para que essa missão se tornasse possível. Luciana, Márcia, Dalcira e Déborah... Obrigado pelo apoio, pelo cuidado, pela presença, pelos estímulos e pelas blasfêmias compartilhadas.

Aos meus bichos, fonte de vida e aprendizado. Pelos ensinamentos de humildade, tão rara de se encontrar no meio acadêmico. Especialmente à Hilda, companheira de todas as horas, à Tonha, pequena recém-chegada, às galinhas que tanto me inspiraram novas vidas, e aos peixes, pelo fôlego e paz que me transmitiram na solidão da escrita.

Ao Colegiado do PPGPSI.

Ao Observatório da Juventude/FAE, pela acolhida e ricos aprendizados.

Às professoras Isabela Saraiva, Licínia Correa, Cláudia Natividade e Lisandra Moreira pela disponibilidade ao debate e pelas contribuições ao trabalho.

À CAPES, pelos quatro anos de custeamento da bolsa de doutorado.



NOTA DE ESCLARECIMENTO

A SIPROBIRA - Sindicato das Prostitutas, Biscateiras e Raparigas - vem através do presente comunicado informar que Michel Temer, digníssimo Presidente, não é filho de nenhuma de nossas associadas, como tem sido divulgado nesse período em que ele está na presidência.

Pedimos encarecidamente a todos que não utilizem as seguintes expressões: "filho de rapariga"..., "filho de prostituta"..., visto que é um desrespeito à nossa Associação.

Agradece
A SIPROBIRA



RESUMO

Diniz, A. G. R. (2018). *Notas “zoneadas” sobre política-de-putas em tempos de golpe: sobre o encontro com prostitutas que trabalham e resistem em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

As putas resistem! Nos tempos atuais, elas têm dito coisas para o mundo, que o mundo nunca imaginou ouvir. Coisas sobre quem elas são, o que fazem e o que querem para si. Olho de puta também tem perspectiva! Para quem se interessa pelo que dizem as pessoas, especialmente aquelas que ouvimos pouco ao longo dos tempos, são coisas interessantes de se escutar, porque elas também falam muito sobre o mundo e sobre nós. É uma perspectiva que registra, ao mesmo tempo em que narra, um pedaço do lado-de-lá da grande história. O baixo-meretrício tem buscado coletivizar suas perspectivas, e tem construído solidariedades para a vida e para a luta por dias melhores. Um grupo delas, associadas, assumiram protagonismo em Minas. Nos intervalos de um programa e outro, trabalham sob suor para construir narrativas próprias sobre a zona e sobre a vida-prostituta. Buscam amplificar essas narrativas, para o mundo e para elas próprias, mirando um horizonte de mais cidadania. Busquei escutá-las e interagir com elas, em princípio, num encontro de inspiração etnográfica. Estive lá por cinco anos, por encontros também mediados pela política e pela docência. Também em circunstâncias jocosas, inevitáveis quando se pesquisa espaços onde a vida se desenrola, onde a recreação agrega desconhecidos, e onde o fio limítrofe que separa as inúmeras identidades das pessoas praticamente se desfaz, inclusive quando se é-está pesquisador. Nesse encontro, tentei regular o *zoom* de minhas lentes para focalizar as dinâmicas de (re)invenção de identidades políticas que as putas têm mobilizado. Foco estabelecido, todo o resto se processou em nossa interação, de tal maneira que, o que poderei narrar aqui é produto de perspectivas entrecruzadas. É certo que, por protagonizar o texto, dificilmente poderia esperar que nele, também não fosse meu o protagonismo da perspectiva. Meu intento, contudo, é tornar mais transparentes os saberes que a compõem, e deixá-los dialogar com a perspectiva das putas. Ouvei muito sobre trabalho, sobre direitos, sobre sexo e sexualidade,

sobre preconceito. Conheci um pouco mais sobre o cotidiano da vida-fácil, que de fácil não tem nada. Vi mulheres re(inventando) o jogo político, reivindicando corpo, prazer e gueto como artefatos de luta. Discuti com elas o impacto da associação, e das narrativas por ela produzidas sobre o mundo, mas, sobretudo, sobre si mesmas. Colaborei na afirmação de legitimidade de uma voz-puta na disputa pela cidade e pelo reconhecimento social, e na denúncia da *putafobia* como um dos males que dificultam o acesso a tais recursos. Aprendi com elas que parte dos monstros com os quais elas lutam agem através de mim e dos grupos, segmentos e instituições que representei em nosso encontro. Vi de perto o rebolado de um segmento social que tenta fazer sua voz ecoar, ressonar. Como putas, elas bagunçam as referências identitárias, programáticas e relacionais do jogo político convencional, e criam um jeito-puta de politizar.

Palavras-chave: Prostituição. Movimento de prostitutas. Identidade política. Autonomia. Feminismo acadêmico. Análise da experiência.

ABSTRACT

Diniz, A. G. R. (2018). *Notes on politics-of-bitch in coup times: on the meeting with prostitutes that work and resist in Belo Horizonte*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The prostitutes resist! In the present times, they have said things to the world, which the world never imagined hearing. Things about who they are, what they do and what they want for themselves. Their eyes also has perspective! For those who are interested in what people say, especially those we have heard little over time, are interesting things to hear, because they also talk a lot about the world and about us. It is a perspective that registers, at the same time that it narrates, a part of the side-of-there of the great history. The down red-light has sought to collectivize its perspectives, and has built solidarities for life and for the struggle for better days. A group of them, associates, took center stage in Minas Gerais. In the intervals of one program and another, they work, under sweat, to construct their own narratives about the zone and about the life-prostitute. They seek to amplify these narratives, for the world and for themselves, aiming at a horizon of more citizenship. I sought to listen to them and interact with them, in principle, in an ethnographic encounter. I was there for 5 years, for meetings also mediated by politics and teaching. Also in joking circumstances, inevitable when searching for spaces where life unfolds, where recreation adds unknown, and where the borderline that separates the numerous identities of people practically undoes, even when one is-is a researcher. At that meeting, I tried to zoom in on my lenses to focus on the dynamics of (re) invention of political identities that whores have mobilized. Focus established, everything else has been processed in our interaction, so that what I can narrate here is the product of cross-linked perspectives. It is true that, because it is the protagonist of the text, I could scarcely have expected that it would not be mine to be the protagonist of the perspective. My intention, however, is to make the knowledge that compose it more transparent, and to allow them to dialogue with the perspective of whores. I've heard a lot about work, about rights, about sex and sexuality, about prejudice. I knew a little more about the everyday life of the easy-life, that of the easy has nothing. I have

seen women re (inventing) the political game, claiming body, pleasure and ghetto as fighting artifacts. I discussed with them the impact of the association, and of the narratives it produces about the world, but above all about themselves. I collaborated in the affirmation of the legitimacy of a voice-whore in the contest for the city and the social recognition, and in the denunciation of *putafobia* as one of the evils that hinder the access to such resources. I learned from them that some of the monsters they fight with act through me and the groups, segments and institutions I represented at our meeting. I saw closely the swirl of a social segment that tries to make its voice echo, snore. Like whores, they mess up the identitary, programmatic, and relational references of the conventional political game, and create a political whip.

Keywords: Prostitution. Prostitute movement. Political identity. Autonomy. Academic feminisms. Analysis of experience.

LISTA DE SIGLAS

APROSMIG	Associação de Prostitutas de Minas Gerais
APS-BH	Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
GAPA	Grupo de Apoio a Portadores de AIDS
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
CONEX	Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes
NPP	Núcleo de Psicologia Política
ONG	Organização Não Governamental
PMPC	Programa Mulheres Promotoras de Cidadania
PPGPSI	Programa de Pós-graduação em Psicologia
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas

SUMÁRIO

1. MANUSCRITO INTRODUTÓRIO	14
1.1 Uma breve contextualização do problema de pesquisa	14
1.2 Mestrado e Doutorado: pesquisas em conexão	19
1.3 Um pouco de minha trajetória...	21
1.4 Referências metodológicas e notas epistemológicas	23
1.5 Sobre a Zona Boêmia e a Aprosmig	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
2. MANUSCRITO A	40
2.1 Introduzindo o debate sobre a prostituição	41
2.2 Condições de possibilidade de agenciamento na experiência das prostitutas	43
2.3 Prostituição e suas interdições psicossociais: <i>algumas economias da</i> <i>desigualdade</i>	46
2.4 Quando a puta afirma sua autonomia: <i>idílio ou expressão de resistência?</i>	48
2.5 Afirma(ção) de autonomia não é idílio: <i>é agir sobre si mesma e...</i>	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
3. MANUSCRITO B	62
3.1 Sobre os feminismos abolicionistas	64
3.2 A Aprosmig e os feminismos abolicionistas	66
3.3 Sobre as perspectivas regulamentaristas e libertárias/críticas do feminismo	70
3.4 A Aprosmig e os feminismos críticos/libertários: solidariedades e um projeto coletivo de autonomia	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
4. MANUSCRITO C	86
4.1 Sobre a profissional-do-sexo: trabalho como agenciador de ident.....	92
4.2 Sobre putas e vadias: gênero e sexualidade em disputa	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES	108

1. MANUSCRITO INTRODUTÓRIO

1.1 Uma breve contextualização do problema de pesquisa

Temos acompanhado no cenário mundial uma série de reconfigurações políticas, sociais e culturais, relacionadas às demandas de democracias emergentes, à “crise” das esquerdas políticas, ao surgimento de “novos” movimentos sociais, à expansão de modelos político-institucionais fundados no ocidente central e às chamadas crises do capitalismo.

Se por um lado, análises mais otimistas relacionam esses fenômenos a um suposto desenvolvimento das sociedades nas últimas décadas, por outro, alguns atores políticos apresentam um cenário rebuscado de novos desafios e emergentes demandas sociais, já que tais fenômenos atualizam problemas seculares enfrentados pela humanidade. Dentre eles, os *processos de desigualdade e exclusão*, que ocuparam parte significativa dos trabalhos desenvolvidos pelas ciências sociais e humanas nos séculos XIX e XX, apresentam-se como um problema central nas sociedades atuais.

Os acontecimentos descritos anteriormente têm complexificado as dinâmicas de (re)produção de desigualdades, tornando cada vez mais opacas e intransparentes suas causas e desafiando a contemporaneidade na produção de alternativas exequíveis para a consolidação e democratização dos princípios que fundaram a modernidade.

A consolidação de uma tradição psicossociológica, que se esforçou em compreender os processos de desigualdade instalados na modernidade, colocou no centro das discussões e debates a formação de uma estrutura social e política que, (re)produzida pelo modelo de economia capitalista, ordenou as sociedades em *classes* distintas e antagônicas. Nessa tradição, que opera seu pensamento a partir de um modelo estruturalista, os processos econômicos subsidiam a (re)produção de desigualdades, em que a divisão do trabalho é produtora de ontogenia e a redistribuição de riqueza desponta como alternativa de transformação e emancipação do sujeito da história (a classe trabalhadora). Nesse sentido, a tradição marxista desempenhou importante função na organização de uma resistência ao

modelo de produção da modernidade, estendendo às inúmeras áreas do conhecimento seus princípios teóricos e ideológicos de um projeto de mudança social.

Contudo, ao longo da segunda metade do século XX, diferentes concepções sobre os processos de desigualdade foram sendo cunhadas, especialmente a partir do surgimento de outros sujeitos políticos que pautaram novas demandas de transformação. Concepções essas que problematizaram a centralidade do trabalho, da classe trabalhadora e da economia nos debates, apresentando diferentes matrizes de desigualdade e opressão. Esses novos sujeitos políticos têm pautado sistemas hierárquicos que se reproduzem, dentro e fora da classe trabalhadora, problematizando a universalidade dos princípios democráticos, assim como a universalidade da proposta alternativa construída pelos(as) intelectuais de esquerda. Têm sido tematizados, portanto, o racismo, a homofobia, o sexismo e a misoginia, a xenofobia, a putafobia¹ e outros padrões de desigualdade e opressão que não podem ser compreendidos pelo modelo economicista até então vigente. Na perspectiva dessas novas tematizações, tais padrões de desigualdade são (re)produzidos por outros sistemas sociais, em que a classe é apenas um dentre os inúmeros elementos que os constituem e os legitimam. Assim, as novas demandas políticas do cenário atual têm ordenado quadros conceituais e analíticos alternativos, como a ideia de patriarcado, heteronormatividade, racismo, homofobia ou sistema sexo/gênero.

Diante da pluralidade e diversidade desses sujeitos coletivos, que reconfiguraram o espaço público e o jogo político da atualidade, deparamo-nos hoje com conceitos e referências teóricas para a tematização da desigualdade bastante diversificados senão, em vários momentos, antagônicos. Raça, gênero, sexualidade e classe são algumas das categorias analíticas que têm disputado no espectro científico (e também político) a compreensão da gênese e do processo de reprodução de opressões, ora valorizando determinadas categorias, ora relegando as demais a posições secundárias. Os debates acirrados entre esses campos refletem, sem dúvida, uma propriedade dos conflitos que entremeiam a luta política: determinados antagonismos políticos são irreconciliáveis (Laclau & Mouffe, 1987); mas tais debates refletem também a imersão num certo jogo intelectual, muito

¹ Termo que tem sido utilizado por várias prostitutas e associações, incluindo a Aprosmig, para nomear o preconceito, o estigma e a violência gerada contra as profissionais do sexo.

recorrente nos estudos acerca das desigualdades. Nesse jogo, os(as) participantes são desafiados(as) a responder à pergunta: “*Qual a desigualdade maior?*” Desafio esse que tem incorrido em inúmeros problemas de ordem teórica (e também política), ao colocar pesquisadores(as) na busca por identificar relações de sobreposição, acúmulo, acréscimo ou subtração de poder e privilégios a indivíduos e/ou grupos submetidos ao cruzamento desses sistemas de desigualdade.

Esse rápido (e certamente limitado) retrospecto de algumas transformações ocorridas no último século ajuda-nos a delimitar alguns elementos que circunscrevem processos de mudança social. Essas mudanças colocam para nós pesquisadores e pesquisadoras outros desafios, uma vez que reconhecemos nelas o papel fundamental de sujeitos (e sujeitas) considerados(as) como oprimidos(as), desqualificados(as) ou subalternizados(as). A história tem demonstrado que experiências muitas vezes compreendidas como inférteis em termos de agência (tamanhas as interdições estruturais que as circunscrevem) possuem potencial de desestabilizar e/ou interpelar essas dinâmicas.

O movimento feminista é um forte exemplo desse potencial desestabilizador. Ele emerge de experiências subalternizadas. Articula-se a partir da história de um grupo social que foi alijado do poder político e econômico durante parte significativa de nossa história: as mulheres. Os feminismos são uma forte evidência da mudança de algumas regras do jogo político na modernidade, que tem possibilitado a organização de populações e coletivos, até então, impedidos de participar ativamente dos rumos da sociedade. E dentre as inúmeras tensões que o movimento feminista enfrentou ao longo de sua trajetória, a sexualidade e os debates acerca da autonomia parecem ocupar lugar de destaque.

Nos últimos anos, junto às crises econômicas dos países centrais, temos visto emergir novos e velhos dilemas que parecem ser de fundamental importância para analisarmos os projetos societários que temos construído. E no que toca aos dilemas do feminismo, as políticas identitárias e as lutas por reconhecimento parecem ocupar cada vez mais as páginas das agendas políticas (Fraser, 2002).

Nesse sentido, desde sua fundação, tem feito parte das preocupações do *Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (CONEX)*, do qual faço parte, a aproximação de experiências de enfrentamento e organização política de grupos e coletivos subalternizados. Coletivos de mulheres, de jovens, de favelados(as), de negros(as), de pessoas LGBTQs e outras minorias sexuais, têm sido

experiências das quais temos buscado nos aproximar. O interesse pela prostituição emerge neste contexto. Tomar mulheres prostitutas como sujeitos/objetos de estudo foi efeito, antes de tudo, de uma trajetória coletiva (e coletivizada).

Experiência periférica, a prostituição ocupa posição desprivilegiada em diversos sistemas de poder (em termos de reconhecimento e prestígio social). Seja por sua condição de mulher “puta”, seja por sua origem popular ou por suas práticas sexuais demonizadas e patologizadas, as mulheres prostitutas tensionam e interpelam as normas e regras de reconhecimento e prestígio social desses sistemas. Os sentidos atribuídos a essa experiência no cotidiano social contemplam noções como patologia, desvio, perversão, ou antagonicamente, liberdade e expressão de autonomia.

Encontramos uma significativa literatura que se debruça sobre a prostituição de mulheres. São trabalhos realizados, em sua maioria, no campo sociológico, antropológico, psicológico, médico/sanitarista e do direito. Desenvolvem-se a partir de uma pluralidade de categorias de análise como trabalho, classe social, sexualidade, gênero, migração, território, identidade, saúde, violência e juventude. Vale ressaltar que não encontramos nenhum estudo que dá centralidade à categoria raça. Essa categoria é encontrada em associação com os estudos de processos migratórios, muitas vezes vinculado à categoria etnia. São, geralmente, estudos *históricos* (Engel, 1989; G. Fonseca, 1982; Roberts, 1998; Soares, 1992), *descritivos/exploratórios* (Barreto, 2008, 2015; Barros, 2002; Fábregaz-Martinez, 2000; Guimarães, 2007; R. Rodrigues, 2010; Viana, 2001) ou *explicativos*² (Guimarães & Merchán-Hamann, 2005; Jayme, 2011; Mattos, 2009; Rios, 2000; M. Rodrigues, 2003). No caso desses últimos, os estudos buscam analisar a prostituição tentando identificar causalidades ou gêneses nessa experiência, além de buscarem elucidaciones para problemas de pesquisa específicos. As pesquisas e estudos feministas também possuem significativa contribuição na literatura acessada. Esse campo é vasto e aborda a prostituição a partir de interesses distintos, em suas articulações com sexualidade, migração, trabalho, violência, direitos humanos e desigualdades de gênero (C. Fonseca, 1996; Garaizabal, 2001, 2006; M. Rodrigues, 2009; Pateman, 1988/1993; Piscitelli, 2011; Rubin, 1984/1989).

² Conforme a proposta metodológica de Gil (2011), empreendimentos de pesquisa podem ser categorizados como descritivos, exploratórios e explicativos. Ainda que a categoria “estudos históricos” não apareça na proposta deste autor, optamos por considerá-la uma categoria específica em função das especificidades de nosso objeto de pesquisa.

No caso da psicologia, encontramos alguns estudos de abordagem *clínica* e *do desenvolvimento* (Douville, 2007; Marchiori, 2005; Soler, 2007), estudos com abordagem *fenomenológica* (Molina, 2003; Oliveira & Souza, 2011) e, em sua maioria, trabalhos em *psicologia social*, que também apresentam heterogeneidade teórico-metodológica (Barreto, 2008; Castro, 1993; Guimarães & Merchán-Hamann, 2005; Lopes, Rabelo & Pimenta, 2007; R. Rodrigues, 2010; Viana, 2001).

Ainda que essas literaturas se fundamentem num quadro teórico e conceitual heterogêneo, percebemos uma característica comum a algumas delas: partem de uma análise “externa” dessa experiência, ou seja, não tomam as próprias prostitutas como sujeitos de pesquisa. Os resultados e apontamentos de vários desses trabalhos apresentam uma realidade de extrema violência, segregação, desqualificação e inferiorização das mulheres prostitutas, reafirmando as representações negativas sobre elas e seu trabalho, além de subsidiar posições abolicionistas da prostituição em espaços de luta e ação política.

Se alguns desses estudos, por um lado, contribuem para evidenciar os processos de desqualificação social que circunscrevem a vida das prostitutas, por outro, mantêm as mulheres que protagonizam essa experiência em posições vitimizantes, destituindo-as, portanto, de agência. Essas pesquisas lançam luz aos sistemas de poder que influenciam ou determinam a entrada e manutenção dessas mulheres na prostituição sem, contudo, apresentar os sentidos e significados atribuídos por elas às suas próprias experiências. Há ainda aquelas que escutam as mulheres no processo de investigação, mas acabam por enquadrar suas narrativas em mapas teórico-conceituais pré-definidos.

Neste estudo, buscamos enfrentar esse silenciamento recorrente nos estudos sobre prostituição. Nos interessou construir um projeto de investigação científica que contemplasse as percepções e as narrativas das próprias mulheres prostitutas. Neste sentido, considerar os espaços que elas têm ocupado e os discursos – individuais e coletivos – que elas têm produzido, sempre norteou nossa aproximação da vulgarmente chamada “vida-fácil.”

1.2 Mestrado e Doutorado: pesquisas em conexão

Na etapa da pesquisa que desenvolvi no mestrado³, entre 2011 e 2013, busquei identificar na experiência de mulheres prostitutas, cotidianos de luta e resistência, especialmente aqueles vivenciados numa dimensão micropolítica. Havia uma aposta na existência desses cotidianos, possivelmente invisibilizados pelos discursos hegemônicos sobre a prostituição que reconhecem a puta apenas como vítima (Piscitelli, 2011; Juliano, 2001; Olivar, 2010). Ao final do estudo, apresentamos como resultados inúmeras análises que nos permitiram afirmar a existência de práticas de enfrentamento, individuais e coletivas, na Zona Boêmia: *i)* a mobilidade e flexibilidade identitária experimentadas por muitas mulheres, que lhes dão condições de serem reconhecidas nos variados espaços por onde circulam; *ii)* a afirmação constante de suas autonomias, que nos parece, em vários momentos, uma negação do rótulo de vítimas; *iii)* a associação entre algumas narrativas construídas por elas para atribuir significado às suas vidas e alguns princípios morais que fazem frente ao modelo hegemônico de reconhecimento social da modernidade ocidental (ideal de trabalho “útil e produtivo”, modelo de organização familiar, acesso às instituições); *iv)* a construção de carreiras sexuais, a partir da vivência de uma sexualidade mais livre e menos regulada; *v)* o alcance de alternativas mais atrativas de renda, que lhes garantem um acesso menos restrito aos recursos da sociedade; *vi)* a atuação política da Associação de Prostitutas de Belo Horizonte (Aprosmig), que vem buscando reivindicar o reconhecimento de direitos para a sua categoria, nos marcos da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP).

Ao mesmo tempo que identificamos esses cotidianos de resistência, vislumbramos inúmeras forças de coerção que operam na vida das mulheres prostitutas, seja por impedi-las de acessar direitos, seja por dificultar sua circulação no circuito instituído de reconhecimento social: *i)* o forte estigma da “puta pobre” que sobre elas recai; *ii)* o dispositivo da masculinidade que cotidianamente as expõe a situações de humilhação, vexação e violência por frequentadores dos hotéis; *iii)* a

³ Ver Diniz, A. G. R. (2013). *Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

natureza ilegal da prostituição, que intensifica os riscos e inseguranças laborais; *iv*) o discurso higienista da política urbana de Belo Horizonte, que tem empreendido esforços para remover os hotéis da região central da cidade, discurso também identificado nos estudos de De Barros (2005/1994), Barreto (2008); *v*) uma negatividade que circunscreve as dinâmicas identitárias das prostitutas, dificultando o estabelecimento de solidariedade entre elas e sua organização política (Barreto, 2008; Olivar, 2010; Von Luser, 2008).

Analisar dinâmicas psicossociais e psicopolíticas é pressuposto fundamental de qualquer empreendimento de pesquisa que pretende compreender de que forma uma dada condição social pode ser alterada/interpelada por esforços coletivos. Nesse sentido, as formas pelas quais as prostitutas têm se organizado coletivamente e as dinâmicas identitárias que se desenvolvem no interior dessas organizações são objeto da presente pesquisa. Nos deslocamos, em relação ao enfoque do mestrado, de uma análise das micropolíticas de resistência, para uma aproximação das políticas de macrorresistência protagonizadas por mulheres prostitutas.

Conforme a perspectiva de Foucault (1979/2010), práticas de resistência podem ser analisadas a partir de duas dimensões estratégicas: uma macro e uma microrresistência. A macrorresistência se refere a uma dimensão do enfrentamento mais explicitamente estratégica, planejada e deliberada. Microrresistências coletivizadas, as macrorresistências, em geral, se estruturam em ações coletivas que, não raro, se organizam e se fortalecem através de dinâmicas identitárias. Nesse sentido, temos nos questionado sobre os processos de subjetivação política vivenciados na organização de mulheres prostitutas. De que estratégias as ativistas dos movimentos de mulheres prostitutas têm lançado mão para mobilizar novas adeptas? Como o estigma e as representações negativas sobre a prostituição têm sido interpelados? Que sentidos e significados têm sido atribuídos à experiência de “ser prostituta” pelos movimentos? Como esses movimentos têm contribuído para a produção de subjetividades políticas? Quais recursos são mobilizados pelos movimentos para o desenvolvimento de suas ações? Que antagonismos são evidenciados no cotidiano de lutas desses movimentos?

Essas questões representam o terreno sob o qual esta investigação se alicerça. Por certo, não tratei todas elas com centralidade ou profundidade, mas sempre as levei comigo por minhas andanças pelo campo. Os problemas de

pesquisa do mestrado e doutorado se distinguem apenas pela necessidade metodológica de se fazer “recortes”. Contudo, eles representam dimensões de uma mesma realidade social. Meu desafio aqui foi construir uma narrativa que demonstrasse a indissociabilidade entre as dimensões micro e macro da luta política.

Assim, nosso *objetivo geral* neste estudo foi identificar e analisar dinâmicas de subjetivação política envolvidas na atuação da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig). Para tal, desmembramos nossos esforços de interpretação e análise em três *objetivos específicos*: *i)* analisar as narrativas de autonomia e autodeterminação produzidas pela associação; *ii)* descrever e analisar a relação estabelecida entre a Aprosmig e os feminismos acadêmicos; *iii)* analisar os efeitos das agendas trabalhista e de direitos sexuais na constituição de identidades políticas da Aprosmig.

1.3 Um pouco de minha trajetória...

É importante localizar minha trajetória pessoal, profissional, acadêmica e política, no intuito de clarear alguns elementos que me direcionaram para este campo de pesquisa. Alguns anos de inserção no campo das políticas sociais, especialmente em Belo Horizonte, foram suficientes para interrogar-me acerca de algumas experiências de desqualificação social e subalternidade. A princípio, considerados como incapazes, inúteis, degenerados e perdidos, adolescentes infratores, jovens favelados, mulheres em situação de violência, moradores de rua e mães “negligentes” contavam-me mais do que experiências de sobrevivência. As negações e resistências às intervenções estatais – contexto institucional em que me inseria – me pareciam mais do que irresponsabilidade, desorganização ou predisposição a tal. Parecia, aos meus olhos, haver naquelas experiências um certo “*ethos* de resistência”, ainda que sem nome, sem lugar, sem fala legítima; um movimento que parecia dizer, a mim e a meus(minhas) colegas psicólogos(as) e assistentes sociais: “Não quero viver a vida que vocês me prescrevem!”. Mobilizado por essas experiências, fui buscar respostas (e antes de tudo, fazer perguntas) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta universidade (PPGPSI/UFMG).

Minha inserção e atuação em todos os espaços de interlocução a que tive acesso nos últimos anos, dentre os quais o Instituto Albam⁴, o CONEX, e o Observatório da Juventude (OJ) da Faculdade de Educação (FAE/UFMG), endossou uma certa “intuição” de que as experiências sociais de desqualificação social tinham mais a revelar do que os efeitos devastadores de uma sociedade estruturalmente injusta. Após a qualificação de meu projeto de mestrado fui para uma mobilidade acadêmica na *Escuela de Estudios de Género* (EEG), da *Universidad Nacional de Colombia*, onde permaneci entre fevereiro e maio de 2012. Lá, aproximando-me de uma realidade social similar à brasileira (apesar das importantes diferenças) e do cotidiano de um centro feminista de ensino, pesquisa e extensão, pude conhecer algumas das pesquisas desenvolvidas com mulheres prostitutas de Bogotá (através da *Facultad de Ciencias Sociales*), além de me aproximar do pensamento desenvolvido pelas pesquisadoras/militantes Ochy Curiel, Mara Viveros, Dora Isabel, Luz Gabriela Arango, Yolanda Puyana, Camila Esguerra e Franklin Gil.

Em meu retorno ao Brasil, inseri-me na equipe de um dos eixos do Programa Mulheres Promotoras de Cidadania (PMPC)⁵, que teve como objetivo identificar as hierarquias e enfrentamentos vivenciados por mulheres prostitutas na zona boêmia de Belo Horizonte. Essa inserção foi fundamental para configurar (e endossar) o presente problema de pesquisa. Através dos debates travados com a equipe⁶, foi possível identificar potenciais analíticos na experiência das mulheres prostitutas,

⁴ Organização Não Governamental (ONG) que atua desde 2000 na elaboração e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e contra a mulher. Mantém atualmente parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS/MG). Ver <http://www.albam.org.br/>

⁵ O Programa Mulheres Promotoras de Cidadania (PMPC) foi realizado entre 2010 e 2012, sob a coordenação geral da Profa. Dra. Marlise Matos, do Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/DCP). Este programa buscou criar condições de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da formação específica de mulheres em situação de violência e/ou violação de direitos em suas comunidades/ou locais de atuação e do fortalecimento de uma rede mista de atores sociais para facilitar e efetivar o acesso aos serviços da rede de atendimento às mulheres dos municípios envolvidos. O eixo das atividades realizadas com as mulheres prostitutas da zona de boêmia de Belo Horizonte foi coordenado pela Profa. Dra. Cláudia Mayorga, do CONEX/FAFICH, e foi organizado a partir de atividades e instrumentos metodológicos que garantissem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

⁶ Equipe do “eixo prostitutas” do PMPC: Cláudia Mayorga – Coordenadora; Alessandra Prado Rezende – Graduada em Psicologia pela UFMG; Karina Dias Géa – Graduada em Psicologia pela UFMG; Letícia Cardoso Barreto – Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Lorena Viana – Graduada em Psicologia pela UFMG.

capazes de colaborar com a construção de respostas que a contemporaneidade ainda não construiu. A aproximação das mulheres prostitutas que atuam na Aprosmig, e, sobretudo, do Núcleo Conexões de Saberes (FAFICH/UFMG), sensibilizou-me para a necessidade de se investigarem as dinâmicas de enfrentamento e interpelação das lógicas de (re)produção de desigualdades. Analisar tais dinâmicas foi se tornando pressuposto fundamental em minha trajetória, já que tenho como horizonte ético-político, colaborar com uma agenda acadêmica que contribua com processos de mudança social. Assim, investigar a (re)produção da desigualdade e as formas pelas quais ela é enfrentada e interpelada pelos sujeitos por ela subalternizados marcaram a pesquisa desenvolvida na Zona Boêmia de BH.

1.4 Referências metodológicas e notas epistemológicas

Toda a imersão no campo se desenvolveu por inspiração etnográfica. Entre 2012 e 2017 estive envolvido em inúmeras atividades na zona boêmia e na Aprosmig, nas quais realizei contínuas *observações participantes*, várias delas registradas em diário de campo. Ao longo do tempo, minha aproximação com o cotidiano da associação proporcionou-me vivenciar encontros com as prostitutas, de diversas naturezas. Estive presente em reuniões de planejamento do grupo, ações de mobilização, visitação aos hotéis, eventos políticos, acadêmicos e culturais relacionados à prostituição, e momentos de descontração e sociabilidade das prostitutas. A relação da associação com pesquisadores, estagiários e extensionistas, ao menos desde que lá estive, é geralmente marcada por demandas de reciprocidade. Não raro, os universitários são convocados a colaborar com a rotina da associação, como uma espécie de contrapartida. De Oliveira (2008), De Góes (2017) e Barreto (2015) também descrevem e analisam seus envolvimento em atividades de organização e mobilização da Aprosmig, e demonstram que essas demandas de reciprocidade não são incomuns nas relações de pesquisa no contexto da associação.

Entre fevereiro e julho de 2015 orientei um grupo de estágio curricular de “psicologia e políticas públicas”, vinculado à graduação em psicologia da PUC

Minas, Unidade São Gabriel. O Estágio Profissionalizante – Psicologia e Políticas Públicas I, sob coordenação geral da Profa. Márcia Mansur⁷, é desenvolvido desde 2013 num escopo de intervenção psicossocial, sob três frentes de ação: *i)* oferta de acolhimento psicossocial às prostitutas da zona boêmia; *ii)* intervenção psicopolítica junto às integrantes da Aprosmig, com vistas a potencializar e qualificar sua atuação interna e externa; *iii)* assessoria psicossocial nas ações-fim desenvolvidas pela associação. Esta vivência oportunizou-me uma imersão no campo, sob uma outra perspectiva, ainda que vinculada a uma atuação acadêmica e profissional. Estar no campo, desses diversos lugares, possibilitou-me observar e interagir com as prostitutas e com a Aprosmig, sob diferentes perspectivas.

Ao longo deste período foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres que trabalham em hotéis da Zona Boêmia, Centro de Belo Horizonte, e outras três entrevistas com prostitutas militantes da Aprosmig. Também realizei duas entrevistas *informais* com duas prostitutas de rua em Córdoba (Argentina), duas prostitutas de bordel em Bogotá (Colômbia) e duas prostitutas de rua em Cartagena (Colômbia), realizadas enquanto estive em mobilidade acadêmica fora do Brasil⁸.

Busquei construir uma interlocução com o campo de pesquisa e com alguns modelos teóricos explicativos, a partir de pressupostos de uma epistemologia feminista “aplicada” ao campo da Psicologia Social, a partir da “análise da

⁷ Márcia Mansur Saadallah, Psicóloga e Mestre em Ciências Sociais. É professora Assistente da PUC Minas no Departamento de Psicologia.

⁸ Os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, com exceção de Laura do Espírito Santo (Laurinha), Cida Vieira (Cida) e Cleuza Borges (Zazá), militantes da Aprosmig, que reivindicaram a publicização de seus nomes. Para as demais, utilizaremos os nomes Madalena, Bruna, Gabriela, Capitu, Jéssica e Hilda. A escolha dos nomes se deu pela intenção em rememorar seis prostitutas, reais e fictícias. **Madalena**, personagem bíblica que se arrependeu de seus pecados após ser perdoada por Jesus Cristo. A mesma foi a primeira a se encontrar com Cristo após sua ressurreição. **Bruna Surfistinha**, paulista, ex-prostituta e ex-atora de filmes pornográficos, autora da *Best Seller* brasileiro “O doce veneno do escorpião: o diário de uma garota de programa” (2005). **Gabriela Leite**, paulista, ex-prostituta, militante dos direitos das prostitutas, fundadora da grife “Daspu”. **Capitu**, personagem de José de Alencar na obra *Dom Casmurro* (1899), foi alvo de milhares de comentários, publicações e análises na sociedade brasileira e em vários países, com polêmicos debates sobre a natureza de suas atividades sexuais. **Jéssica**, mineira, amiga pessoal do pesquisador, com este nome-de-guerra foi prostituta por mais de dez anos em várias boates de Belo Horizonte. **Hilda Furacão**, pernambucana, ícone da cultura belorizontina, foi por muitos considerada a primeira-dama da zona boêmia, inspirando inúmeras obras de sucesso, como o livro de Roberto Drummond, de mesmo nome da minissérie global *Hilda Furacão*.

experiência” (Scott, 1992/2001) e com um horizonte de objetividade enquanto “pesquisa situada” (Haraway, 1995). A experiência e a identidade são elementos fundamentais para construir posições. Se a experiência se dá a partir do corpo e de suas possibilidades de fala, meu corpo me inscreve numa experiência específica. É a partir desse lugar que experimento as dinâmicas de poder. É a partir dele que experimento o privilégio. E é também a partir dele que experimento a desqualificação.

Essa discussão é cara aos feminismos. Na interação com o campo, minha experiência produziu alguns privilégios. Minha condição de homem permitiu, por exemplo, acessar mecanismos e dispositivos sociais que não estão acessíveis (ou a menos se apresentam mais obscuros) às mulheres. O acesso irrestrito aos hotéis é uma das evidências desse privilégio. A facilidade de acesso aos clientes e às sociabilidades masculinas que se (re)produzem pelos hotéis também saltou-me aos olhos. Contudo, tal experiência produziu também restrições. Foi notável a “suspeita” que as mulheres lançaram sobre minha presença. Minha aproximação com a Aprosmig foi dificultada, em função das limitações de constituição de laços solidários com um grupo dessa natureza. Nas interações com as mulheres prostitutas, que naquele espaço é de natureza heteronormativa, me senti inábil para tal, por minha condição homossexual. Sim, a experiência importa!

Posicionar-se, no sentido proposto por Haraway (1995), é considerar que a experiência é ponto de partida para qualquer indivíduo concreto se inscrever no mundo. É a partir dela que se produzem códigos de inteligibilidade, processos de identificação, solidariedade e antagonismos. “Contra a idéia [*sic*] de um ‘sujeito da experiência’ já plenamente constituído a quem as ‘experiências acontecem’, a experiência é o lugar da formação do sujeito” (Brah, 2006, p.360). Identificar a experiência que existe por detrás da produção de saber, da construção de verdades e da prescrição de projetos de sociedade é também do que tratam os feminismos. Em termos de homens e mulheres, é tornar visível a experiência dos homens, que os permitiu naturalizar os efeitos injustos da opressão. É tornar visíveis as injustiças que essa naturalização causa à experiência das mulheres. Lançar luz à experiência é, sobretudo, conferir posição e materialidade ao poder (Brah, 2006; Scott, 1992/2001).

Busquei também contribuir com o debate, a partir de uma compreensão construcionista da realidade social e de um olhar interacionista sobre a prostituição.

Penso que essas posições teórico-metodológicas podem ser frutíferas para uma análise psicossocial e psicopolítica em contextos de subalternidade, ao dar crédito à dinâmica que as produz e a sua natureza contraditória, ambígua e paradoxal. A constituição subjetiva e o exercício da autonomia prescindem da experiência intersubjetiva, já que socialização e individualização participam de um mesmo processo ontogenético (Mead, 1937/1968).

A partir de uma primeira análise e categorização da literatura revisada acerca da prostituição⁹, percebemos a prevalência de duas tendências analíticas nesses estudos. Uma delas, geralmente sustentada na tradição estruturalista, lança luz aos aspectos estruturais que circunscrevem as pessoas e os grupos. Ela secundariza o indivíduo, ao compreendê-lo como efeito de um sistema, de uma estrutura e/ou de uma organização externa e anterior a ele. A agência, nesses estudos, é muitas vezes “desagenciada”. Por vezes, eles lembram as análises sociológicas de Durkheim, em que a ação humana é efeito de determinantes externos ao indivíduo, localizados nas estruturas sociais.

A segunda tendência, na contramão da primeira, investe atenção ao indivíduo, dando a ele centralidade no processo de pesquisa. Ao fazê-lo, relegam os determinantes estruturais da sociedade a um segundo plano e incorrem no risco de produzir a ideia de um sujeito autocentrado, capaz de definir sozinho seu percurso... Vemos essa tendência se materializar em estudos da psicologia clínica, em estudos cognitivistas ou em algumas perspectivas pós-estruturalistas. Dentre as várias interpretações possíveis para essas tendências identificadas na literatura, não poderíamos deixar de trazer para o debate a clássica tensão que se faz pano de fundo nas ciências humanas e sociais. Cara à psicologia como campo, a dicotomia *indivíduo x sociedade* segue disseminando seus efeitos no processo de produção do conhecimento, (re)produzindo uma realidade material de sociedades autorreguladas e/ou de indivíduos autodeterminados.

Não vamos nos ater, neste estudo, à densidade que merece este debate, mas achamos importante marcar nossa posição em relação a ele. Seria simplista afirmar que as posições intermediárias parecem ter mais sentido e coerência analítica. Não se trata de posições intermediárias ou polarizadas. Sob o viés do pensamento

⁹ A revisão de literatura a que nos referimos é aquela que representa investimento fundamental de qualquer empreendimento de pesquisa. Não pretendemos esgotar o campo, nem ao menos fazer dessa revisão um objetivo central deste estudo.

interacionista, buscaremos radicalizar aqui a ideia e o conceito de *relação social*. Elias (1987/1994) enfrenta esse dilema em sua obra. Ele problematiza a tensão indivíduo x sociedade a partir da desconstrução de seus antagonismos, propondo um modelo analítico que reconheça a interdependência dessas duas dimensões. A identificação de mecanismos de autorregulação no/do indivíduo concreto pressupõe sua inscrição num tecido social. A evidência de uma funcionalidade nas/das relações sociais endossa a possibilidade de ação e agência desse indivíduo concreto. Dessa forma, a realidade social se (re)produz na interseção (e na indissociabilidade) entre objetividade e subjetividade, e não pode ser concebida a partir de uma ou de outra.

A partir da radicalização da relação social como *locus* primeiro da realidade social, partimos do pressuposto de que nosso objeto de estudo não existe em si mesmo. Ele não é apriorístico, tampouco finalístico. Se buscamos analisar agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas – individual e coletiva – certamente esta agência não será encontrada nelas próprias, nem ao menos fora delas. O que buscamos identificar é efeito das interações entre as mulheres prostitutas e as instituições, os grupos que as rodeiam, os territórios em que se inscrevem, as pessoas com quem se relacionam, etc. As continuidades e predisposições estruturais se atualizam (ou não) nessas interações, na materialidade de suas experiências. Nos é cara, portanto, a análise da *experiência* dessas mulheres, tomada aqui, conforme propõe Brah (2006), como

... processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos "realidade". Donde a necessidade de reenfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a "verdade" mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado (p. 360).

Essa posição nos inscreve num campo específico da psicologia social. Vasta e heterogênea, a psicologia social aglutina inúmeras abordagens teórico-metodológicas e diferentes posições epistemológicas e ético-políticas. Assim como em outros campos do conhecimento (como a sociologia, a filosofia ou a ciência política), essa heterogeneidade é pano de fundo de disputas e rivalidades internas, já que diferentes escolas que se fundam reivindicam reconhecimento e legitimidade dentro da área. Há uma proposta de análise histórica e epistemológica da psicologia social, a partir da qual gostaríamos de nos posicionar. Robert Farr, especialmente em sua obra *As Raízes da Psicologia Social Moderna* (1996), propõe uma análise

dessa área a partir de sua aproximação ou de seu distanciamento da psicologia e da sociologia. A partir dessa análise, haveria um desenvolvimento, nas sociedades modernas, de *psicologias sociais psicológicas* (em função de sua aproximação com a ciência psicológica) e de *psicologias sociais sociológicas* (em função de sua aproximação com o pensamento sociológico).

É evidente que essa é apenas uma proposta analítica, o que nos leva a considerar que a realidade desse campo é mais complexa e heterogênea. Contudo, ela nos parece frutífera para uma localização mais precisa dos fundamentos deste estudo. Nossa identificação com alguns dos modelos teóricos elaborados a partir do campo sociológico certamente produziu efeitos sobre nossas lentes analíticas. O próprio conceito de relação social, do qual não abrimos mão, tem forte influência da tradição sociológica. A Faculdade de Ciências Sociais de Chicago, que possibilitou a emergência de uma escola de psicologia social fortemente influenciada por teorias *interacionistas* (Blumer, 1982/1969, Mead, 1982) se desenvolveu em constante interlocução com os pensadores da escola de Frankfurt. Acrescentamos essa última influência em nossa trajetória, já que compartilhamos com a tradição do Pensamento Crítico a importância em se compreender os fenômenos humanos e sociais para além da forma como eles nos são apresentados aos olhos, e a partir da indissociabilidade entre sujeito e objeto (Horkheimer, 1933). Citamos também toda uma tradição da psicologia social latino-americana que, buscando constituir-se como campo específico, marca sua produção a partir da crítica à colonialidade da ciência, da reflexão ético-política da psicologia em contextos de desigualdade e exploração, da busca pelo diálogo entre ciência e política e da tentativa em compartilhar a produção do conhecimento com outros sujeitos e saberes – grupos populares, movimentos sociais, etc. (Lane, 2000; Sandoval, 2000; Mayorga, 2014).

1.5 Sobre a Zona Boêmia e a Aprosmig

Localizada no hipercentro de Belo Horizonte, a Zona Boêmia abriga inúmeros hotéis de prostituição onde as mulheres marcam seus “pontos” nos bancos e cantos da praça, em meio ao tumulto do centro e da intensa circulação de transeuntes. É uma região que congrega serviços, comércios e outras ofertas para as camadas

populares da cidade, o que a torna uma região de circulação preponderantemente popular.

As características da região oportunizam o desenvolvimento de trabalhos informais como coleta de material reciclável, prostituição, arte popular de rua e comércio ambulante. A marginalização histórica desse espaço potencializa práticas ilícitas como o uso e tráfico de drogas, pequenos furtos, estelionato e exploração do trabalho infanto-juvenil, assim como agrega diferentes modos de vida marginais como a mendicância e a trajetória de vida nas ruas. A prostituição nos hotéis participa ativamente das interações da região boêmia da cidade.

A prostituição na região da Rodoviária se mistura com as inúmeras atividades que são ali desenvolvidas, além de disputar espaço com a circulação pública e toda a dinâmica de trânsito que se estabelece no centro da capital. A institucionalidade dos hotéis pareceu-me produzir uma sociabilidade específica. Ela publiciza e territorializa a prostituição, provocando interações mais constantes e concretas entre prostitutas, comerciantes, clientes, transeuntes. A prostituição nos hotéis participa ativamente das interações da região boêmia da cidade. Essa característica acabou conduzindo minha trajetória de campo, com maior frequência, à região dos hotéis. A invisibilidade da prostituição na Praça da Rodoviária é também identificada na pesquisa de Barreto (2008), e parece ser uma das razões que levam algumas mulheres que ali trabalham à preferência por este ambiente de batalha:

Muitas prostitutas afirmam que gostam de “fazer ponto” nesta região por não serem diretamente identificadas como prostitutas, uma vez que pode parecer que estavam apenas descansando. Esse fato é proporcionado não só pela grande circulação de pessoas, mas também pelas roupas, “comuns” e não decotadas, e pela idade das mulheres, sendo que algumas possuem 50 ou 60 anos, que muitas vezes não evidenciam a sua atividade, uma vez que não condizem com o estereótipo da prostituta. Os clientes costumam ficar sentados em pequenos grupos, o que também dificulta a sua identificação. Quando abordadas pelos clientes, em geral as mulheres negociam o preço na própria rua e depois vão para algum motel próximo (p.59).

Os hotéis estão localizados, basicamente, em quatro quarteirões da zona boêmia, entre as ruas Guaicurus e São Paulo. Segundo Barreto (2008), os hotéis surgiram a partir de uma série de tentativas de controle dessa prática na capital, que demarcaram as chamadas “zonas” onde estas atividades estariam liberadas para serem desenvolvidas.

Não é tarefa difícil identificar os hotéis. Mesmo não tendo nas fachadas

nenhuma informação que os identifique imediatamente como espaços de prostituição, o constante “sobe e desce” de homens denuncia a natureza das atividades ali desenvolvidas. Em meio a lanchonetes, estacionamentos e outros comércios, os clientes disputam a calçada com transeuntes e trabalhadores(as) fatigados(as) à espera de seus ônibus. A proximidade da região com a rodoviária municipal e os principais shoppings populares do centro da capital se reflete na estética das pessoas que, geralmente, carregam muitas sacolas, malas, mochilas e embrulhos.

Os hotéis, apesar de diferentes, compartilham uma característica arquitetônica: são formados por grandes corredores, contendo quartos de aproximadamente 2,5 m x 2,5 m. À entrada de cada um deles, se vê posicionado um porteiro/segurança que, vez ou outra, requisita identificação daqueles que aparentam ter menos de dezoito anos. Pelos corredores, algumas portas abertas, outras fechadas. A intensidade da circulação é variável. Entre meio dia e 19h nos dias úteis, e nas manhãs de sábado, é praticamente impossível alcançar a rua sem ter esbarrado em pelo menos dois ou três clientes pelos corredores. A proximidade com os primeiros e últimos dias do mês também altera significativamente o fluxo de circulação. Pela manhã e após as 20 horas a movimentação diminui.

Compondo o cenário dos corredores, veem-se homens andando, parados, olhando para o tempo, conversando, passeando entre um quarto e outro. Em alguns momentos o corredor é fechado por uma massa de clientes que se aglomera na porta de algum quarto, dando a entender que ali há algo inusitado para se observar. Há sempre música de fundo. Entre uma balada de *funk*, pagode ou *dance music*, escutam-se sempre os passos dos clientes pelos corredores, conjugados com gargalhadas e prosas. A salada de perfumes e incensos se mistura com o tabaco e com o que algumas pessoas costumam chamar de “cheiro de sexo” ou “cheiro de pele”. O calor, quase insuportável, denuncia a ausência de janelas e outros mecanismos de ventilação na maioria dos hotéis. Alguns possuem iluminação fúnebre; outros, mais claros, permitem uma visualização dos detalhes, dos olhares e das feições das pessoas. Em cada quarto, uma surpresa. Deitadas, de bruços, sentadas, dançando, assistindo TV, lixando as unhas, lendo revistas, discretas, despidoradas, brancas, loiras, pardas, gordas, negras, jovens, senhoris, cordiais, sedutoras, apáticas... prostitutas mil desfilam seus atrativos pelos corredores e pelos quartos.

A heterogeneidade das prostitutas não perde em nada para a diversidade dos clientes. Jovens, brancos, negros, idosos, alcoolizados, sozinhos, grosseiros, em grupo, grisalhos, curiosos, “piadeiros”, apressados, desconfiados, irritados ou despreocupados. Em termos de diversidade, os corredores dos hotéis lembram bem a movimentação da Praça Sete de Setembro, no centro da capital.

Certamente há regularidades. Em alguns hotéis, é possível identificar “tipos” mais comuns de clientes, da mesma forma que alguns “tipos” de prostitutas só podem ser encontrados em hotéis específicos. Os valores dos programas, das diárias dos hotéis e algumas condições socioeconômicas, tanto das prostitutas quanto dos clientes, são visivelmente hierarquizados na zona boêmia. O comentário recorrente entre amigos na calçada de que “...da *Brilhante pra baixo o nível vai caindo*” (Diário de campo, 23/08/12, 18h) é uma evidência das distinções que se (re)produzem naquele espaço, apesar da diversidade que salta aos olhos. Trataremos com mais cautela desses aspectos no capítulo 5.

O que não faltam ao campo de pesquisa (como em qualquer outro) são as ambiguidades e contradições. É possível observar mais sorrisos naqueles hotéis onde as mulheres parecem ter menos rentabilidade no trabalho. Um lugar majoritariamente heteronormativo também abriga possibilidade de outros encontros e sociabilidades. Os códigos de masculinidade compartilhados entre os clientes nas interações pelos corredores escondem desejos, taras e fantasias que não poderiam ser compartilhados entre eles. O trabalho árduo é, por vezes, sinônimo de diversão ou distração para as prostitutas.

Ao fundo de um estacionamento privado, entre o Hotel Brilhante e a Pensão Mineira, num espaço cedido pela Associação dos Amigos da Rua dos Guaicurus (AARG), está instalada a Aprosmig. Ela foi fundada em meados de 2009, pelo protagonismo da então presidenta Cida Viera, com seu intento em trabalhar para atenuar as dificuldades vivenciadas por suas companheiras de batalha. O engajamento de Cida Vieira foi bastante estimulado por Roberto Chateaubriand Domingues, à época, presidente do Grupo de Apoio e Prevenção a Portadores de AIDS (GAPA-MG). Roberto, conforme contou-me Cida Vieira, já tinha significativa proximidade com a atuação da RBP. A Rede vinha despendendo esforços para estimular a organização de mulheres prostitutas em outros estados brasileiros e, por certo, a influência do GAPA-MG na consolidação da Aprosmig colaborou neste sentido.

O surgimento da Aprosmig está também relacionado a insatisfações que foram se produzindo entre algumas prostitutas e a Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH)¹⁰, fundada em 2006 e atualmente inativa. Laura do Espírito Santo já atuava na APS-BH, e em função de inúmeros conflitos vivenciados com a então presidenta da APS-BH, Dosanhos Pereira, passou a atuar na Aprosmig, onde é hoje vice-presidenta (Barreto, 2008; 2015).

Atualmente, Cida Vieira, Laura do Espírito Santo, Cleuza Borges (Zazá) e Hilda¹¹ são as principais integrantes ativas da associação. A participação de Hilda, que tem se aproximado aos poucos da associação, não é formalizada, e tem se dado em atividades esporádicas. Seu desejo de anonimato nesta pesquisa, e algumas interpelações que ela vem fazendo à atuação da Aprosmig são alguns elementos que dificultam essa formalização. Vale destacar a atuação de associadas como Patrícia Borges (filha de Zazá), Cidinha Silva, Cleyse Lane de Miranda e Viviane, hoje afastadas das atividades da Aprosmig.

A Aprosmig é associada à Rede Brasileira de Prostitutas, e tem buscado atuar no marco de sua filosofia e de seus valores¹²: *i) assumir a identidade profissional e buscar o reconhecimento de nossa atividade; ii) manter o movimento social de prostitutas organizado; iii) Igualdade social; iv) liberdade, dignidade, solidariedade e respeito às diferenças; v) protagonismo e autonomia; vi) valorização de nossa vida e de nosso trabalho: autoestima; vii) rejeição do abolicionismo e da vitimização; viii) direito à cidadania e recusa do gueto.*

As discussões da pesquisa foram divididas em três partes, elaboradas em formatos de artigos/manuscritos. No *Manuscrito 2* apresento alguns mecanismos psicossociais que impedem o acesso das prostitutas ao circuito instituído de reconhecimento social, analisando a associação desses mecanismos com experiências de enfrentamento e resistência a dinâmicas de desqualificação social. O argumento central será construído em torno da análise de uma narrativa recorrente em nossas interações no campo, e que se torna emblemática para a problemática da resistência e da agência humana: *a constante afirmação de autonomia e autodeterminação pelas mulheres prostitutas*, em tensão aos

¹⁰ Para ver mais detalhes da história e atuação da APS-BH ver Barreto (2008) e Barreto (2015).

¹¹ Hilda trata-se de nome fictício, por solicitação de anonimato da entrevistada.

¹² Disponível em: <http://www.redeprostitutas.org.br/>

recorrentes discursos que as concebem como vítimas.

No Manuscrito 2, analiso alguns diálogos estabelecidos entre a Aprosmig e os feminismos, em especial os feminismos produzidos no contexto acadêmico. Busco identificar de que forma esses diálogos potencializam o estabelecimento de solidariedades e/ou antagonismos entre as prostitutas e outras mulheres feministas, bem como os efeitos produzidos por eles em suas lutas. Para tal, lanço mão de experiências, interações e parcerias vivenciadas pela Aprosmig em atividades acadêmicas que dialogam com o pensamento e ativismo feminista.

Por fim, no Manuscrito 3 analiso alguns efeitos das agendas trabalhista e de direitos sexuais na constituição de identidades políticas da Aprosmig, e sua estreita relação com algumas tensões identitárias e programáticas do movimento nacional. Analiso a tensão entre pautas de diferenciação e pautas de igualdade na afirmação identitária das prostitutas em luta, dialogando com as entrevistas realizadas no estudo.

1.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, L. C. (2008). *Prostituição, Gênero e Sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Barreto, L. C. (2015). *Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Blumer, H. (1982). *El interaccionismo simbólico: perspectiva y método*. Barcelona: Hora. (Trabalho publicado em 1969)
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Castro, R. V. (1993). Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In M. J. Spink (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp.149-187). São Paulo: Braziliense.
- De Barros, L. A. (2005). Mariposas que trabalham. Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. *Revista Jus Navigandi (Teresina)*, ano 9, n.827, 8 de out. Recuperado em 10 de julho de 2012, de <http://jus.com.br/artigos/7356/mariposas-que-trabalham/3>. Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus Editora. (Trabalho original publicado em 1994).
- De Goes, J. M. (2017). *Corpo, autonomia e associativismo: a participação das prostitutas da Guaicurus*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- De Oliveira, M. Q. de. (2008). *Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: o trabalho na vida nada fácil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- Diniz, A. G. R. (2013). *Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Douville, O. (2007). A jovem prostituta e sua mãe (P. Abreu, trad.). *Tempo Psicanalítico*, 39, 51-61.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos* (V. Ribeiro, trad., R. J. Ribeiro, rev. técnica). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1987).
- Engel, M. (1989). *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense.
- Fábregas-Martinez, A. I. (2000). Traçando a batalha: breve perfil da prostituição em espaços privados de Porto Alegre. In A. I. Fábregas-Martinez & M. R. Benedetti (Orgs.). *Na Batalha: Identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição* (pp.15-30). Porto Alegre: Dacasa: Palmarica.
- Farr, R. M. (1996). *As Raízes da Psicologia Social Moderna* (3a ed., Coleção Psicologia Social). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Fonseca, C. (1996). A dupla carreira da mulher prostituta. *Estudos Feministas*, (1), ano 4, 7-33.
- Fonseca, G. (1982). *História da Prostituição em São Paulo*. São Paulo: Resenha Universitária.
- Foucault, M. (2010). *Microfísica do Poder*. (28a ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Trabalho original publicado em 1979).
- Fraser, N. (2002). Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In C. Bruschini, & S. Unbehaum (Orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34.
- Garaizabal, C. (2001). Una mirada feminista a la prostitución. In *Jornadas Feministas: Feminismo.es... y será: ponencias, mesas redondas y exposiciones* (pp. 33-42). Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=2218>

- Garaizabal, C. (2006). Por los derechos de las trabajadoras del sexo. *Viento Sur*, 87, julio, 62-72. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de http://vientosur.info/articulosabiertos/vs_0087.pdf
- Guimarães, K. & Merchán-Hamann, E. (2005). Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos Feministas*, 13(3), 525-544.
- Guimarães, R. M. (2007). *Prostituição: patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo. Recuperado em 25 de agosto de 2012 em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp107088.pdf>
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41.
- Horkheimer, M. (1933). Teoria tradicional e teoria crítica. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Jayme, J. G. (Coord.). (2011). *Mulheres da "Zona Grande": negociando identidade, trabalho e território* (Relatório de Pesquisa). Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Juliano, D. (2001). Abolir la discriminación. In *Jornadas Feministas: Feminismo.es... y será: ponencias, mesas redondas y exposiciones* (pp.82-90). Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=2218>
- Laclau, E. & Moufee, C. (1987). *Hegemonía y estrategia socialista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Lagarde, M. (1997). *Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres*. Managua, Nicaragua, Puentes de Encuentro.
- Lane, S. A. (2000). Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In R. H. Campos, & P. Guareschi (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana* (4a ed., pp.58-69). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Lopes, C. S., Rabelo, I. V. M. & Pimenta, R. P. B. (2007). A bela adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 69-76. Recuperado em 23 de outubro de 2012 em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a10v19n1.pdf>
- Marchiori, H. (2005). La personalidad de la mujer delincuente. In H. Marchiori, *Personalidad del delincuente* (6a ed., pp.191-205), México: Porrúa. Recuperado em 30 de setembro de 2012 em <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/689/11.pdf>
- Mattos, P. C. (2009). A dor e o estigma da puta pobre. In J. Souza. *A ralé brasileira: quem é e como vive* (pp.173-201). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mayorga, C. (2014). Algunas contribuciones del feminismo a la psicología social comunitaria. *Athenea Digital*, v.14, p.221-236.
- Mead, G. H. (1968). *Espíritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Paidós, Buenos Aires. (Trabalho original publicado em 1937).
- Molina, A. M. R. (2003). Prostituição Juvenil: uma condição existencial em busca de seus sentidos. *Psicologia, Ciência & Profissão*, 23(2), 22-29.
- Oliveira, M. W. de & Souza, F. R. (2011). Prostituição, corpos e sentidos: apreensão de saberes consolidados na noite. In *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador, BA. Recuperado em 25 de julho de 2012 de http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306200999_ARQUIVO_textocompleto3.pdf
- Olivar, J. M. N. (2010). *Guerras, trânsitos e apropriações: políticas de prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual* (M. Avancini, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1988).
- Piscitelli, A. (2011). Migração e sexualidade: do Brasil à Europa. In S. Corrêa & R. Parker (Orgs.). *Sexualidade e Política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos* (pp.247-258). Rio de Janeiro: ABIA. Recuperado em 15 de abril de 2012 de http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2011/07/dialogo-la_total_final.pdf

- Rios, R. R. (2000). Prostitutas, Michês e Travestis: uma análise crítica do discurso jurídico sobre a prostituição e de suas consequências práticas. In A. I. Fábregaz-Martinez & M. R. Benedetti (Orgs.). *Na Batalha: Identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição* (pp.81-94). Porto Alegre: Dacasa: Palmarica.
- Roberts, N. (1998). *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Rodrigues, M. T. (2003). *Política e prostituição feminina em Brasília: um estudo de caso*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado em 03 de setembro de 2012 de http://fci.uib.es/digitalAssets/178/178151_2.pdf
- Rodrigues, M. T. (2009). Prostituição no Brasil contemporâneo: trabalho como outro qualquer? *Katalysis*, 12, 68-76. Recuperado em 10 de outubro de 2012 em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/09.pdf>
- Rodrigues, R. M. (2010). *Prostituição e construção de carreiras*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 19 de agosto de 2012, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072010-151358/pt-br.php>
- Rubin. G. (1989). Reflexionando el sexo: notas para uma teoría radical de la sexualidad. In C. S. Vance (Comp.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina* (pp.113-190). Madrid: Revolución. (Trabalho original publicado em 1984). Recuperado em 13 de maio de 2012 de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Rubin%20G.pdf>
- Sandoval, S. (2000). O que há de novo na psicologia social latino-americana. In R. H. Campos & P. Guareschi (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana* (4a ed., pp.101-109). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Scott, J. (2001). "Experiência" (M. Silva, trad.). *La Ventana*, n.13, 42-73. (Trabalho original publicado em 1992).
- Soares, L. C. (1992). *Rameiras, ilhoas, polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática.

Soler, E. V. (Coord.). (2007). *Aspectos psicossociales y salud mental en la prostitución femenina: emigración y prostitución* (Relatório de Pesquisa). Ministerio de Igualdad, Instituto de la Mujer, Universidad de Valencia, Valencia, España. Recuperado em 20 de novembro de 2012 de <http://www.sicarasturias.org/fotos/File/pdfs/Prostitucion%20Estudios/saludmentalyprostitucion.pdf>

2. MANUSCRITO 1 ¹³

NOTAS SOBRE AUTONOMIA E DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL DE MULHERES PROSTITUTAS

Vozes subalternizadas em busca de ressonância

Resumo

Os discursos que concebem as prostitutas como vítimas são tensionados, por elas, pela recorrente afirmação de suas autonomias – tensão emblemática para o debate da agência humana. Apresentamos alguns mecanismos psicossociais que impedem o acesso das prostitutas ao circuito instituído de reconhecimento social, analisando a associação desses mecanismos com experiências de enfrentamento e resistência a dinâmicas de desqualificação social.

Palavras-chave: Prostituição. Autonomia. Resistência. Gênero.

Abstract

The discourses which conceive the prostitutes as victims have been tensioned, by them, for the recurrent affirmation of their autonomies – emblematic tension to the agency human debate. We introduce some psychosocial mechanisms which prevent the prostitute access to the established circuit of social recognition, analyzing the association of these mechanisms with coping and resistance experiences to social disqualification dynamics.

Keywords: Prostitution. Autonomie. Resistance. Gender.

¹³ Este manuscrito foi aceito para publicação pela Revista Psicologia & Sociedade, com pequenas modificações, com previsão de publicação para 2018, com o título “*Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas*”, (André Diniz & Cláudia Mayorga). Na composição da tese fiz uma pequena alteração no título neste manuscrito, para tornar mais explícita a relação dele com os demais.

2.1 Introduzindo o debate sobre a prostituição

A prostituição ocupa posição desprivilegiada em diversos sistemas de poder, em termos de reconhecimento e prestígio social. Seja por sua condição de mulher “puta”, seja por sua origem popular ou por suas práticas sexuais demonizadas e patologizadas, as mulheres prostitutas tensionam e interpelam as normas e regras de reconhecimento e prestígio social desses sistemas.

Trataremos aqui, dentro de um amplo espectro de práticas e experiências de enfrentamento à opressão vislumbradas na pesquisa, de uma prática recorrente em nossas interações no campo, e que se torna emblemática para a problemática da resistência e da agência humana: *a constante afirmação de autonomia e autodeterminação pelas mulheres prostitutas*, em tensão aos recorrentes discursos que as concebem como vítimas.

Para tanto, apresentaremos alguns mecanismos psicossociais identificados no estudo que impedem/dificultam o acesso de mulheres prostitutas ao circuito instituído de reconhecimento social. Ao mesmo tempo, e sobretudo, analisaremos alguns efeitos intransparentes e inarticulados destes mecanismos no cotidiano dessas mulheres e sua associação constitutiva com experiências de enfrentamento e resistência a dinâmicas de desqualificação social. Numa perspectiva construcionista-interacionista, essas duas facetas (opressão e resistência) parecem estar presentes no cotidiano das mulheres por nós entrevistadas, mútua e paradoxalmente, de maneira constitutiva e indissociável.

Percebemos a prevalência de duas tendências analíticas na literatura acessada. Uma delas, geralmente sustentada numa tradição estruturalista, lança luz aos aspectos estruturais que circunscrevem as pessoas e os grupos. Ela secundariza o indivíduo, ao compreendê-lo como efeito de um sistema, de uma estrutura e/ou de uma organização externa e anterior a ele. Se alguns destes estudos, por um lado, contribuem para evidenciar os processos de desqualificação social que circunscrevem a vida das prostitutas, por outro, as mantêm em posições vitimizantes, invisibilizando agenciamentos e possíveis práticas autônomas e emancipatórias. A segunda tendência, na contramão da primeira, investe atenção ao indivíduo, dando a ele centralidade no processo de pesquisa. Estes estudos relegam os determinantes estruturais da sociedade a um segundo plano e incorrem no risco

de produzir a ideia de um sujeito autocentrado, capaz de definir sozinho seu percurso.

Ainda que essas literaturas se fundamentem num quadro teórico e conceitual heterogêneo, percebemos uma característica comum a algumas delas: partem de uma análise “externa” dessa experiência, ou seja, não tomam as próprias prostitutas como sujeitos de pesquisa. Associado a isso, e não por coincidência, identificamos resultados e apontamentos em vários desses estudos que apresentam uma realidade de extrema violência, segregação, desqualificação e inferiorização das mulheres prostitutas, reafirmando representações negativas sobre elas e seu trabalho, além de subsidiar posições abolicionistas da prostituição em espaços de luta e ação política.

As tendências vislumbradas em nossa análise refletem um importante dilema que constitui o debate atual sobre a prostituição. Esse dilema se equaciona, geralmente, em questões relacionadas ao grau de autonomia ou submissão que subjaz a entrada e permanência das mulheres prostitutas “na vida”. Certamente, nossas reflexões também se localizam no centro deste dilema. A elas, se fizeram pano de fundo as seguintes questões: Que agência é possível na experiência de mulheres prostitutas? Que enfrentamentos podem ser identificados em seus cotidianos? É possível identificar micropolíticas de resistência nessas experiências?

Onde há poder há também resistência (Foucault, 1979/2010). Com este pressuposto, seguimos com o interesse em compreender processos de desigualdade que envolvem a prostituição, não somente pela elucidação de seus mecanismos de reprodução, mas, sobretudo, pela aproximação da experiência da prostituta e das formas de enfrentamento que são produzidas por ela. Estamos atentos aos mecanismos de manutenção da ordem dominante, mas também nos interessa conhecer as porosidades e descontinuidades apresentadas no processo de interpelação dessa ordem.

2.2 Das condições de possibilidade de agenciamento na experiência das prostitutas

Não poderíamos identificar agenciamentos na experiência da prostituição sem contextualizar suas condições de possibilidades. É certo que pesquisas do tipo como a nossa, sendo empreendidas em outros momentos históricos, em outros contextos geográficos e em outras condições sociopolíticas, identificariam outros cenários de agenciamento em experiências subalternizadas (mais ou menos configuradas, com maior ou menor possibilidade de interferência na ordem social). Portanto, é extremamente importante localizar nosso estudo a partir de três condições de possibilidade de enfrentamento (históricas e políticas) que marcam o cenário do campo de pesquisa: a) a virada discursiva desencadeada nos séculos XIX e XX, denominada por Laclau e Moufee (1987) de “passagem das relações de subordinação para a consciência das relações de opressão”; b) a emergência, no final do século XX, de lutas políticas protagonizadas por prostitutas, no Brasil e no mundo e; c) o projeto de revitalização do hipercentro de Belo Horizonte, que prevê a retirada dos hotéis de prostituição da região da Guaicurus.

A passagem das relações de subordinação para a consciência das relações de opressão (como uma virada discursiva) é efeito, ao mesmo tempo em que é condição de possibilidade, das lutas democráticas por reconhecimento do último século. Na leitura de Prado (2002), essa passagem é possibilitada quando há uma consciência do agente social sobre a natureza impeditiva e privativa da dependência e da hierarquia. Nas relações de subordinação, esses impedimentos e privações são vistos como funcionais, produzindo uma reciprocidade intersubjetiva entre “inferior” e “superior”. A consciência de opressão pressupõe a percepção de antagonismos nas relações de subordinação. Esse processo de conscientização é evidenciado, por exemplo, nas lutas políticas dos movimentos sindicais, feministas e negros. O que caracteriza essa passagem das relações de subordinação para as relações de opressão como uma virada discursiva da modernidade é sua ampla generalização na sociedade. Machismo, racismo, violência, homofobia, exploração, xenofobia e outros termos que tematizam relações antagônicas entre grupos sociais são, hoje, difundidos no tecido social.

O que caracteriza essa passagem das relações de subordinação para as

relações de opressão como uma virada discursiva da modernidade é sua ampla generalização na sociedade. Machismo, racismo, violência, corrupção, exploração, xenofobia e outros termos que tematizam relações antagônicas entre grupos sociais são, hoje, difundidos no tecido social. Essa virada discursiva, por si só, não é capaz de promover lutas democráticas, conforme aponta Prado (2002)¹⁴, mas se torna uma condição de possibilidade para o estabelecimento de outras formas de relação do(a) subalterno(a) com a subordinação, que não a reciprocidade e a submissão.¹⁵

A segunda condição de possibilidade, histórica e política, indissociável da primeira, se refere à emergência, no final do século XX, de lutas políticas protagonizadas por prostitutas, no Brasil e no mundo, especialmente após o surgimento do HIV/AIDS. Essas lutas têm buscado tematizar a desqualificação social da prostituta e da prostituição. As reivindicações desses grupos são diversas e vão desde a regulamentação das atividades profissionais até o reconhecimento do direito à “livre escolha” da prostituição.

O movimento de mulheres prostitutas surgiu no final da década de 70, mais precisamente em 1979, quando ocorreu uma primeira tentativa de organização dessas mulheres para o enfrentamento de perseguições policiais na cidade de São Paulo. Contudo, foi o surgimento da AIDS que acabou se tornando uma condição potencial para o fortalecimento da organização das prostitutas. Consideradas como “grupo de risco”, elas foram alvo de inúmeras ações governamentais de contenção da síndrome. Neste momento de visibilidade pública, a tematização da prostituição foi inevitável, permitindo que vários grupos se organizassem por todo o Brasil. Em 1987, aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, onde se iniciou a formação da Rede Brasileira de Prostitutas (Barreto, 2008).

Barreto (2008) demonstra que o surgimento da AIDS criou condições para o estabelecimento dos outros dois aspectos fundamentais na constituição de identidades políticas apontados por Prado (2002) – sendo que um deles é a

¹⁴ Prado (2002) considera importantes outros elementos psicossociais para a constituição de identidades políticas: a formação de identidades coletivas e a demarcação de fronteiras políticas entre grupos sociais.

¹⁵ Reconhecer a virada discursiva proporcionada pela passagem das relações de subordinação para a consciência de opressão não significa eliminar a existência de outras formas de estabelecimento de antagonismos, inclusive pré-modernos. Contudo, ela marca uma diferença histórica na medida em que é generalizada no ocidente moderno, especialmente a partir dos princípios franceses “liberdade-igualdade”, do paradigma dos direitos humanos e dos chamados “novos” movimentos sociais.

passagem das relações de subordinação para a consciência de opressão: a constituição de identidades coletivas e o estabelecimento de fronteiras políticas. Os programas estatais de enfrentamento à AIDS e o pânico moral que se instalou na sociedade – especialmente em relação aos homossexuais e às prostitutas – contribuiu para o reconhecimento das prostitutas como um grupo (como um “nós”), através do fortalecimento de solidariedade e sentimento de pertença entre elas. Contribuiu também para tematização da discriminação, da violência e das precárias condições de trabalho a que estão submetidas, especialmente as que trabalham nas ruas. Temos, portanto, a politização da experiência da prostituição nas últimas três décadas, o que tem tensionado a agenda pública para uma maior atenção às suas demandas e especificidades.

Especificamente em Belo Horizonte, a Aprosmig tem vivenciado momentos conturbados para enfrentar as políticas higienistas orquestradas pelo poder público local. Com a criação do projeto de revitalização do Centro da capital mineira, desde 2004, especialmente com o “Programa Centro Vivo”, uma série de medidas têm sido tomadas para conter a atividade na região. Perseguições policiais no entorno da RUA Guaicurus, cassação de alvarás de funcionamento e fechamento de hotéis foram circunstâncias que levaram prostitutas, donos de hotéis, comerciantes e membros de ONGs a se organizarem politicamente (Barreto, 2008). Esse conflito local, que tem fortalecido a organização política das mulheres prostitutas da Zona Boêmia, constitui nossa terceira condição de possibilidade para a identificação de agenciamentos em suas experiências.

Em 2007, a situação se agravou. A região da Guaicurus passou a ser oficialmente alvo dos planos de revitalização do hipercentro. Conforme Barreto (2008) demonstrou, ainda que não tenha sido proferida nenhuma declaração oficial naquele momento sobre a retirada dos hotéis da região, o então prefeito da época, Fernando Pimentel (PT), declarou que a implementação das ações no local estavam dependentes da aprovação da PL 1450/07, do vereador Alexandre Gomes (PSB), que proibiria a oferta de determinados serviços (dentre eles o de hotelaria), exatamente na região onde se encontram instalados os hotéis de prostituição. Esta situação gerou inúmeras ações de mobilização das prostitutas, na busca por interpelar a possível retirada de seus locais de trabalho.

Muitas vezes, articulados a movimentos feministas e ao movimento LGBT, esses movimentos têm disseminado ideais e valores igualitários entre as prostitutas

que, certamente, permitem a elas (re)significar suas experiências e, conforme pressupomos, fortalecer cotidianos de enfrentamento também ao nível das microrrelações.

2.3 Prostituição e suas interdições psicossociais: *algumas economias da desigualdade*

Não existe possibilidade de agência fora da Norma (Butler 2004/2010). Esse apontamento nos despertou para a necessidade de considerar em nossas análises aqueles elementos normativos que circunscrevem a vida das prostitutas. Identificar posições de agência pressupõe identificar as forças de coerção que atuam em seu cotidiano. É a existência de tais forças que possibilita a emergência de enfrentamentos. A prostituição, na modernidade, configura-se como experiência subalternizada: a prostituta está impedida pelos dispositivos instituídos de saber/poder de se representar politicamente e de produzir e narrar sua própria história e sua própria percepção do mundo (Spivak, 1988/2010). Quase tudo que sabemos sobre elas não foi por elas narrado. Vale ressaltar que uma discussão conceitual, com vistas a caracterizar a dimensão normativa que opera na prostituição, está melhor desenvolvida em minha dissertação de mestrado¹⁶.

Identificamos inúmeros efeitos materiais e simbólicos do capitalismo nas dinâmicas de subalternização da prostituição da Zona Boêmia. Seguimos as premissas de Bourdieu (1995) ao pressupor que todas as sociedades mascaram suas relações de dominação, invisibilizando seus efeitos econômicos, já que o capitalismo transforma as relações sociais em capitais específicos, e a ilusão que naturaliza as desigualdades é inevitável. Assim, a partir de nossas observações em campo e suas respectivas análises, apresentamos elementos para a compreensão de algumas “economias da prostituição” (economias políticas), que nos possibilitaram remontar alguns discursos que operam no contexto da Zona Boêmia,

¹⁶ Ver Diniz, A. G. R. (2013). *Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

assim como identificar as relações de acúmulo, apropriação e expropriação de poder e privilégio na desqualificação da prostituta: uma economia moral, uma economia emocional e uma economia sexual.

O que chamamos de *economia moral*, nada mais é do que um sistema hierárquico prevalecente no ocidente moderno que obscurece os valores morais históricos que sustentam as ações e “escolhas” cotidianas. É um sistema de articulação das práticas cotidianas que tornam opacas e intransparentes a hierarquia moral valorativa que se produziu no ocidente moderno, em que serão reconhecidos como dignos, apenas os indivíduos que operarem o seguinte esquema psicossocial: “*ser plástico, moldável, flexível, disciplinado, autocontrolado, responsável por si próprio, orientado para o futuro e para o cálculo prospectivo*” (Souza, 2003, p.83). O que Taylor (1989/1997) chama de *self* pontual¹⁷. O trabalho “útil e produtivo” tem nesse sistema uma posição central e uma dimensão importante, que (des)qualifica a prostituta, cotidianamente, como indigna e imoral.

Identificamos também uma *economia emocional* que opera na subalternização da prostituta, e que se produz a partir dos mecanismos que materializam no cotidiano social e nos corpos, o *self* pontual de Taylor. E conforme nos apresenta a teoria sociológica de Jessé Souza, o conceito de *habitus* de Bourdieu contribui para compreender de que forma determinados sistemas de valores se tornam “carne e osso” no cotidiano das putas pobres, mantendo intactas a ideologia espontânea do capitalismo e as lutas de classe e fração de classe. O *habitus* implica a apropriação de condições econômicas e sociais que, traduzidas no sujeito como um conjunto de estruturas perceptivas e avaliativas, servem como uma espécie de filtro para quaisquer outras experiências posteriores (Bourdieu, 1979/2006). O *habitus* materializa a estrutura, garantindo-lhe eficácia cotidiana através da corporificação de seus valores e inscrevendo nos organismos esquemas de percepção, pensamento e ação. As putas pobres, a partir de seus esquemas psicossociais adquiridos em contextos de socialização popular, são cotidianamente (des)classificadas.

Por fim, evidenciamos a presença de uma *economia sexual* da prostituição, que tem no sistema sexo/gênero sua principal tecnologia de produção e manutenção

¹⁷ Ver Taylor, C. (1997). *As fontes do self: a construção da identidade moderna* (A. U. Sobral, & D. A. Azevedo, trad.). São Paulo: Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1989).

da desqualificação da prostituta. O sistema sexo/gênero “é o conjunto de disposições pela qual uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual se satisfazem essas necessidades humanas transformadas” (Rubin, 1984/1989, p.97, tradução nossa). No caso da prostituição de mulheres, esse sistema é desestabilizado. O uso do sexo para fins comerciais insere essa prática sexual em posições bem desfavoráveis no que Rubin (1984/1989) denomina de “hierarquia dos atos sexuais”, assim como a subversão de papéis e funções sociais atribuídos socialmente à mulher torna as prostitutas suscetíveis a intensos processos de desqualificação.

2.4 Quando a puta afirma sua autonomia: *idílio ou expressão de resistência?*

As mulheres prostitutas lidam cotidianamente com discursos sociais que tendem a fixá-las em posições de passividade diante da vida. Seja pelo discurso da doença, da demonização ou da vitimização social, as explicações e interpretações sobre sua condição de prostitutas, recorrentemente, associam suas vidas a um barco à deriva.

Em meio a essa disputa de interpretações, na contramão dos discursos convencionais sobre “porque prostituir-se”, vimos mulheres afirmando suas autonomias e seu poder de decisão, seja nas entrevistas individuais, seja nas conversas informais ou nos espaços políticos ocupados pela Aprosmig. Suas narrativas se associam, de alguma forma, a pronunciamentos como o de Morgane Merteuil, prostituta, feminista, engajada na organização política de trabalhadoras do sexo que reivindicam do Estado Francês o reconhecimento jurídico da prostituição. “Sim, os homens podem ser amorosos e cuidadosos. Sim, as mulheres podem amar o sexo. E sim, prostituir-se pode ser uma forma de reapropriar-se do próprio corpo e da sexualidade (tradução nossa)”¹⁸.

¹⁸ Trecho retirado do Panfleto “*Liberad el Feminismo*” publicado em 06 de setembro de 2012, por Morgane Merteuil, Secretária Geral do Sindicato das Trabalhadoras do Sexo – STRASS e citado pelo periódico *El país*, na coluna de Miguel Mora, em 05 de setembro de 2012. Recuperado em 15 de dezembro de 2015 de <http://blogs.elpais.com/aqui-paris/2012/09/mejor-puta-que-trabajar-en-una-f%C3%A1brica.html>

Das oito entrevistadas deste estudo, pelo menos quatro se inseriram na prostituição a partir de situações que envolveram violência e opressão de gênero. Essas situações são explícitas em suas histórias, apesar de, não raro, elas construírem narrativas extremamente autorreferidas e autodeterminadas sobre si e afirmarem veementemente suas autonomias na escolha da prostituição. Cida Vieira, presidenta da Aprosmig, em seus pronunciamentos públicos, recusa recorrentemente o rótulo de vítima às mulheres prostitutas. Ela sempre reafirma a seus interlocutores que a prostituição é, para ela e para outras prostitutas, uma escolha, uma experiência de autonomia. Será idílio? Será penas “transformação de necessidade em virtude”?¹⁹

Jéssica, após o término de um relacionamento, foi ameaçada de morte pelo ex-namorado. Teve que sair de sua cidade em busca de proteção. Divorciada do marido, Patrícia se deu conta de que não conseguiria manter o padrão de vida de seus filhos nas condições em que se encontrava. Laura, após o nascimento da filha, fruto de uma relação “extraoficial”, foi expulsa de casa e se viu impelida a encontrar um meio de vida para sustentá-las.

Diante dessas situações, elas constroem uma narrativa para a inserção ou permanência na prostituição com fortes elementos contrastivos, configurando-se em “avaliações fortes”. Na perspectiva de agência humana do filósofo canadense Charles Taylor, há uma distinção entre as avaliações que fazemos de nossas escolhas no cotidiano: as avaliações fortes e as avaliações fracas. A diferença básica entre elas é que nas avaliações fracas o julgamento dos desejos se baseia na tentativa de identificação de qual das alternativas acessíveis é a mais adequada – “isso” ou “aquilo?”. Já as avaliações fortes pressupõem uma avaliação qualitativa do conteúdo dos desejos, já que as motivações do desejo são colocadas em juízo – desejar “isso” é bom? / desejar “aquilo” é virtuoso? (Taylor, 1977/2007).

O tema das avaliações fortes atribui maior ênfase às noções de bem ou mal que estão por detrás dos julgamentos humanos. Como elas são realizadas a partir de avaliações por contrastes – bom/ruim, desejável/não desejável, virtuoso/não virtuoso, feio/bonito, agradável/desagradável – marcam um pano de fundo moral da agência humana. Elas avaliam a virtuosidade em se escolher essa ou aquela

¹⁹ Interpretação de Mattos (2009), consonante com o pensamento de Pierre Bourdieu, para os discursos autorreferidos, autodeterminados e supostamente idílicos das prostitutas entrevistadas em seu estudo.

alternativa. O que está em jogo no julgamento de nossas ações é o quão desejáveis devem ser nossos desejos. Em outras palavras, nossos julgamentos atendem à necessidade constante de responder à pergunta moral: “que vida vale a pena ser vivida?” (Taylor, 1989/1997; 1977/2007).

“Preferi fazer vida do que aguentar as humilhações da minha mãe” (Laura, 56 anos, hotel Nova América, 29/11/2012)

“... vou sair daqui pra fazer o que? Empregada doméstica? Não, não dá não... Isso eu já era lá em casa sem um tostão... Prefiro continuar aqui”; (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012)

“Não quis depender dele [do ex-marido]... Isso do conforto. E você não deixar seus filhos estudar na escola pública. Nada contra... Tem mais qualidade de vida. Tive que encontrar uma forma de ganhar dinheiro, porque era isso ou ter que ficar pedindo dinheiro pra ex-marido” (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012)

“Se pra não ter que depender de homem eu tiver que morrer prostituta, que seja. O mundo mudou...” (Jéssica, 32 anos, hotel Jardim América, 19/11/2012).

Por esses relatos, fica evidente que as mulheres entrevistadas se encontravam em condições econômicas e sociais precárias. É, também, por força dessas condições que a prostituição surge no escasso *hall* de alternativas que essas mulheres vislumbram, o que certamente levou Mattos (2009) a perceber, em seu estudo, que a prostituição é uma atividade comum entre as mulheres da “ralé brasileira” (Souza, 2003). Atrelada às aparentes “avaliações fracas” que fazem pano de fundo para a tomada de decisão das entrevistadas, vemos uma avaliação contrastiva que transversaliza a narrativa de várias delas. “Prostituir-se ou submeter-se a um homem?”; “Prostituir-se ou ser humilhada?”; “Prostituir-se ou ser empregada doméstica?”; “Prostituir-se ou depender do ex-marido?”. Essas são algumas das tensões que se puseram diante das participantes. Certamente, as dinâmicas que envolvem a entrada e permanência das mulheres na prostituição são bem mais complexas do que uma simples escolha entre “isso ou aquilo”. Essa é apenas uma estratégia analítica que acreditamos ser frutífera para demonstrar a existência de panos de fundo morais em suas trajetórias – de caráter produtivo, e não somente coercitivo.

Essas avaliações podem ser interpretadas, em termos de princípios morais, como uma tensão entre “autonomia” e “heteronomia”. Essa tensão confere às dinâmicas de reconhecimento diferencial da prostituição um caráter contraditório,

pelo qual sua desqualificação tem por horizonte a heteronomia, enquanto que o enfrentamento à desqualificação busca afirmar sua autonomia. Conforme percebemos nas narrativas de Jéssica, Gabriela, Laura e Capitu, a forma como as alternativas lhes foram apresentadas demonstram suas condições de subalternidade. Contudo, mesmo diante de alternativas limitadas, a avaliação das possibilidades que lhes são apresentadas pressupõe um horizonte moral. No contexto da tomada de decisão, a prostituição se apresenta a essas mulheres como possibilidade de aproximação de uma experiência autônoma.

Seguindo o pensamento de Marcela Lagarde, feminista mexicana, a autonomia deve ser analisada num processo histórico a partir das condições em que cada grupo social se inscreve. Ela está inscrita simbolicamente na linguagem, na cultura, na estética, na sexualidade, na política, na filosofia, etc. A autonomia enquanto pacto social (Lagarde, 1997) necessita de uma rede de inteligibilidade que a reconheça, a legitime. Ela necessita de condições sociais concretas para ser exercida. Não se reduz apenas numa enunciação, ou numa proclamação, mas “o simples enunciado da necessidade da autonomia já é um princípio de autonomia simbolicamente falando” (p.6, tradução nossa). Nesse sentido, a afirmação da autonomia, em seu sentido mais simples, já indica uma autonomia simbólica dos sujeitos.

A afirmação de autonomia na experiência da prostituição é, antes de tudo, um conflito de poderes que demonstra a não reciprocidade simbólica entre a força de desqualificação e a prostituta. Isso não implica na neutralização das sanções previstas para a insubmissão. Contudo, ainda que conheçam bem os caminhos de desqualificação que irão trilhar, essas mulheres parecem ter se inserido nesta atividade como uma possibilidade de terem vidas mais autogeridas. No caso de Gabriela, por exemplo, as condições de subalternização em um sistema sexo/gênero puseram-na em uma condição precária de escolha entre prostituir-se ou depender economicamente do ex-marido. Contudo, sua inserção nesse trabalho também envolveu uma afirmação de sua autonomia (econômica e sexual). Gabriela parece identificar maiores possibilidades de alcançá-la na prostituição do que numa condição de dependência econômica, ainda que tal decisão não parece ter sido sustentada numa reflexão organizada, do tipo “serei prostituta porque poderei ser autônoma e independente”.

Por fim, temos indícios de que os caminhos trilhados por algumas prostitutas em função das interdições imputadas pelo sistema sexo/gênero, ambigualmente, sofrem influência de outro sistema de saber/poder: a busca pela autonomia. A “transformação de necessidade em virtude” pode ser entendida, a partir dessas análises, como efeito de resistência às normas do sistema sexo/gênero. Elas parecem recusar posições impostas, apostando na prostituição como uma possibilidade de se fazerem mulheres menos dependentes e mais realizadas.

2.5 Afirma(ação) de autonomia não é idílio: é *agir sobre si mesma e sobre o mundo*

O pressuposto da existência de experiências de enfrentamento à opressão e à desqualificação social da prostituta traz consigo o pressuposto da resistência. Se interpretarmos o poder a partir da experiência do(a) subalterno(a), ele será visto como resistência. A resistência não é vista somente como efeito da dominação, mas como poder de interpelação da ordem estabelecida. A resistência nada mais é do que uma das formas de expressão do poder, na perspectiva do dominado (Foucault, 1979/2010).

Mas de que forma uma “simples” afirmação de autonomia pode ser compreendida como resistência? Para tentar responder a essa questão, apresento um fragmento do diário de campo da pesquisa que relata minha aproximação com Madalena.

Já eram nove da noite. [...] observei uma garota num quarto isolado, no fundo do corredor [...] Loira, bonita, com o perfil estético do hotel Brilhante. Quando me aproximei, fui logo informando meu nome e quem eu era. Perguntei-lhe se teria um ou dois minutos para apresentar-lhe a proposta da pesquisa. Antes mesmo de terminar, ela deu um longo sorriso e convidou-me para entrar: “*Senta aí gato, não repara não, tá.*” Enquanto sentava na cama [...] ela se levantou, acendeu a luz, retirou o fone de ouvido e estendeu na cama, à minha frente, uma camiseta lilás. Sorrindo para mim, Madalena me informou que foi ela própria quem a fez, apontando para os detalhes artesanais nas costuras laterais da camiseta. Mas o que me chamou mesmo a atenção foi a frase estampada na camisa: “Mulheres são iguais, em qualquer profissão”. Como pano de fundo da frase, a silhueta de uma mulher, bastante sensualizada, parecendo estar observando o leitor. Porque ela teria me mostrado aquela camisa, tão logo entrei em seu quarto?” (Diário de campo, RUA Guaicurus, 22/10/12, 18h).

Os vinte minutos de conversa do primeiro encontro com Madalena foram marcados por intensas investidas sexuais, sem interesses monetários. Constrangido e com poucas reações, tentei direcionar sempre a conversa para meu objetivo principal naquele encontro. Confesso que, até aquele dia, toda a aproximação do campo investiu-me de certo pessimismo em relação aos meus objetivos de pesquisa. Como poderia identificar agenciamentos numa experiência tão marcada pela instrumentalização, por relações estruturalmente econômicas, pela precariedade material e simbólica que se colocava diante de mim nas observações?

Agendamos a entrevista para o dia seguinte. Sua entrevista foi marcada por uma extrema autoconfiança. Contou sua história sem fraquejar. Parecia esbanjar felicidade com a vida que levava. Em episódios dramáticos, Madalena punha-se em postura firme e decidida. Mesmo com certa tristeza estampada no rosto, não parecia se ver como vítima de uma vida algoz. O sexo estava presente em parte significativa de sua narrativa. Quando solicitada a falar um pouco sobre o que significava para ela a felicidade, Madalena não hesitou em responder: “Sexo... Adoro!”. Apresento um fragmento do diário de campo, com algumas reações que tive durante a entrevista.

... Foi difícil suportar as investidas dela. Mesmo dizendo que eu era gay, ela insistia em dizer que me queria. Eram tão intensas que, em alguns momentos, senti um pouco de nojo. Não estou acostumado com mulheres assim tão decididas... Quando ela contava histórias passadas, parecia errar as datas. Ao contar sobre algum fato especificamente, dizia às vezes ter 13 anos de idade, às vezes 14, quando o mesmo ocorreu. Alguma coisa não estava batendo. Será que ela mentia em alguma coisa? Mas me contou coisas tão fortes! Se quisesse mentir, as teria escondido, com certeza! O comportamento dela era bem estranho, confesso. Parecia não haver nenhum pudor. Às vezes, as gargalhadas me irritavam. Poxa vida, ninguém conta rindo que perdeu a virgindade aos nove anos! Foi impossível não pensar que ela foi abusada, enquanto contava com detalhes como tudo aconteceu. Seu comportamento ousado, sem freios, às vezes impulsivo, fizeram-me hipotetizar várias vezes a possibilidade de uma psicose... Será que eu poderia considerar essa entrevista na pesquisa? (Diário de campo, Rua Guaicurus, 23/10/12, 18h).

Várias das interpretações construídas a partir das narrativas de Madalena ao longo da entrevista estavam alicerçadas menos em meus referenciais teóricos do que em minhas predisposições psicossociais de homem branco, que compartilha alguns valores de classe média e que ocupa um lugar simbolicamente racionalizado (o da ciência). Certamente, eu não me despi delas ao adentrar no *setting* de

entrevista. Ao contrário, elas pareceram obscurecer muitos dos elementos teóricos que, ao longo da construção de nosso referencial, sustentaram a hipótese de uma experiência que não se estruturava somente pela precariedade.

Enquanto pesquisador, importa meu sexo, minha identidade sexual e de gênero, minha raça, minha posição de classe. Quando Fonseca (1996) faz uma distinção entre pesquisas com prostitutas realizadas por homens e por mulheres, busca retratar as diferenças que se expressam no cotidiano de uma pesquisa, tal qual se expressaram em minhas interações com Madalena. Ela postula que há maior probabilidade de mulheres pesquisadoras abordarem as mulheres prostitutas como sujeitos autônomos do que homens pesquisadores. Nos estudos que ela analisou, a autonomia das mulheres, quando aparece, está sempre em segundo plano, associada a figuras masculinas. Minha experiência demonstrou que a hipótese de Fonseca (1996) não pode ser descartada. As posições, pensamentos e interpretações imediatas da experiência que me foi narrada têm mais relação com o caráter situado da produção de conhecimento (Haraway, 1995) e com a natureza sociológica da ciência, do que com uma inabilidade metodológica.

Por “ironia do destino”, a primeira das seis entrevistadas apresentou-se como uma mulher totalmente autorreferida, independente e feliz. Contudo, – e mesmo agora, quando as sensações e interpretações que faço dela e de sua história são bem diferentes daquelas registradas no diário de campo –, é possível identificar uma série de interdições com as quais ela se deparou. Interdições que, claramente, caracterizam sua experiência como uma experiência subalternizada: uma visível ausência da proteção familiar, o abandono e rejeição dos pais diante de sua decisão em assumir um namoro com um narcotraficante carioca e fugir com ele para o Rio de Janeiro (o que pode ser interpretado como omissão de socorro, caso as circunstâncias da fuga tenham envolvido coação ou assédio), o estupro sofrido no trabalho, as constantes agressões que vivenciou em suas relações afetivas, a forte dependência química que experimentou durante alguns anos de sua juventude. É difícil não interpretar a narrativa autodeterminada de uma vida marcada por atropelos, precocidades e precariedades afetivas e simbólicas como um idílio – ou como preferiria Pierre Bourdieu, como “necessidade transformada em virtude”. Foi imediatamente o que fiz, ao final da entrevista.

Mas há um elemento fundamental da história de Madalena que nos saltou aos olhos: sua trajetória lhe permitiu experimentar o sexo e a sexualidade de formas bem

diferentes das mais convencionais para uma mulher. Quando decidiu fazer o primeiro programa, sugestionada pelo namorado carioca, sentiu-se insegura, receosa. Mas ao término do programa, a sensação era outra: *“Nunca tinha ganhado aquele tanto de dinheiro só para fazer aquilo que eu gostava (gargalhadas). Falei ‘Porque eu não fazia isso antes? Estava rica agora’.”* (Entrevista com Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012).

Madalena sempre descreve os episódios de sexo que vivenciou, seja em programas, seja em relações afetivas, como prazerosos e agradáveis. Ela afirma ter feito “descontos” no pagamento de clientes quando esses lhe interessavam sexual ou afetivamente. Quando perguntada se atualmente sentia prazer com seus clientes, respondeu da seguinte forma: *“É lógico. Sempre vem aquele menino novinho, gostoso. Aí, fico louca. ‘Vem aqui, vem, vou te dar desconto, vem, vem cá, vem cá, vem cá (risos), vem cá, gostoso’”*.

O que fica evidente na história de Madalena é a possibilidade que a prostituição lhe deu de construir uma carreira sexual. A junção de sexo e dinheiro, como meios para conquistar outros recursos materiais e simbólicos, apresenta-se a ela como um perfeito casamento para alcançar suas expectativas da vida. As afirmações de Madalena evidenciam a existência de prostitutas que fazem da prostituição uma carreira sexual. Se essa é a vida que “vale a pena ser vivida” para Madalena, não será sem restrições. Rubin (1984/1989) já nos mostrou as penalidades que a sociedade imputa às mulheres que ousam ultrapassar as barreiras da sexualidade reprodutora, marital e não comercial. Mas dessa forma ela vai levando a vida... de cidade em cidade... de “boleia de caminhão” em “boleia de caminhão”.

Mas que efeitos concretos essa constante afirmação da autonomia produz? Por si só, ela representa mera artimanha do poder ou a evidência das lutas simbólicas por recursos escassos. Mas inscrita em contingências específicas, ela pode alcançar cadeias de inteligibilidade que a potencializam, produzindo novos e sucessivos efeitos. Remontar a história de Madalena é importante para nossas análises porque nos ajuda a demonstrar que sua narrativa autorreferida e autodeterminada produziu efeitos significativos nesta pesquisa. Não pretendemos aqui analisar os saberes que foram construídos nessas narrativas em termos de verdade/inverdade mas, sobretudo, identificar seus efeitos em nossa interação.

Na contingência de nosso encontro, sua autoestima e a afirmação constante de autonomia diante dos episódios que vivenciou desestabilizaram profundamente os rumos que este estudo tomava. A ambiguidade que caracterizava minha posição nessa contingência estava refletida, por um lado, nos valores, princípios, hierarquias e predisposições morais que se faziam representados pela minha presença (que, conforme demonstrado pelo fragmento do diário de campo, apresentavam fortes tendências a subestimar as possibilidades de agência das prostitutas) e, por outro, pela posição ético-política que venho tentando construir. De um lado, meu corpo material e simbólico, com todos os seus efeitos de poder, e do outro, uma disposição à reflexividade, na busca por construir uma posição feminista no encontro com a experiência da prostituição – posição essa que tem na pressuposição da autonomia das mulheres um de seus principais pilares.

A narrativa de Madalena produziu efeitos intersubjetivos em nosso encontro. A desestabilização dos efeitos de poder desencadeados pelos discursos que se reproduziram através de mim no *setting* da entrevista foi imediata. Tal desestabilização se deu em função da disparidade entre as verdades que sustentavam algumas de minhas interpretações e os saberes que foram articulados pela narrativa de Madalena. O mais significativo destes efeitos foi a interpelação constante que essa narrativa proporcionou ao processo de reorganização do marco teórico da pesquisa, às entrevistas realizadas posteriormente e ao processo de análise dos dados.

Nossa interpretação só faz sentido a partir do pressuposto fundamental deste estudo, que atribui à relação social o *locus* primeiro da agência humana. A relação de pesquisa é uma relação social. A produção científica é de natureza sociológica. Se inscreve nas tramas do poder. É carregada de historicidade e, sobretudo, se sustenta numa experiência específica (Brah, 2006). Enquanto interação social, a relação pesquisador/pesquisada que foi estabelecida entre mim e Madalena parece ter criado condições para que uma suposta “transformação de necessidade em virtude” articulada em suas narrativas produzisse outros efeitos que não os de subalternização. Dessa perspectiva, “transformar necessidade em virtude”, em interação contingencial, pode desestabilizar determinadas disposições estruturais da dominação: pode ter efeitos de agência. O que escrevemos neste texto é parte de nós e também parte delas. Algumas de suas percepções do mundo e da própria condição estão aqui inscritas, ainda que precariamente.

É importante correlacionar aqui, a partir das análises realizadas anteriormente, autonomia e resistência. Resistir é negar a legitimidade da norma, é interpelar a submissão à regra externa; é, sobretudo, desnudar a arbitrariedade da dominação. Nesse sentido, a microrresistência, investida de poder, se sustenta em outras normas, diferentes das dominantes. Ela emerge como efeito do poder de outros princípios que buscam se tornarem imperativos. Isso nos permite perceber que a afirmação da autonomia não é simplesmente um idílio. Quando uma prostituta afirma sua autonomia diante de um ataque desqualificador ou de um discurso vitimizante, ela está, dentre outras coisas, afirmando uma não reciprocidade com o princípio que a desqualifica.

Afirmar a autonomia é, em princípio, expressão de resistência. Ainda que não inscrita em mecanismos sociais de inteligibilidade, é expressão de lutas simbólicas (Bourdieu, 1979/2006) que se instalam no interior do tecido social. Conforme propõe Lagarde (1997), a resistência, de um ponto de vista das teorias de gênero, inaugura a autonomia.

Contudo, ter produzido efeitos nesta pesquisa também não garante nenhum movimento maior de desestabilização da ordem dominante. Mas, se pensarmos nas pesquisas de Barreto (2008) e Fonseca (1996), na trajetória pessoal e política de Gabriela Leite²⁰ e Cida Vieira, nos movimentos de mulheres prostitutas mundo afora, nas teorias feministas críticas e em outras experiências sociais que desafiam as prescrições do que deve ser uma mulher na sociedade, a história de Madalena passa a ter outro sentido. Parece haver um fio condutor que conecta essas experiências sociais: sua natureza política.

Numa compreensão da autonomia como produção intersubjetiva,

as possibilidades de mudança social nascem do embate dialético entre o dado pela sociedade e o vir a ser pelo indivíduo. Entre o instituído e a ação do indivíduo há a presença de um *self* a mediar a relação, o que faz com que o dado e o vir a ser nunca coincidam totalmente (Sant'Ana, 2009, p.474).

Associadas, uma experiência compartilhada, uma solidariedade estabelecida ou uma posição construída no exercício da reflexividade, têm potencial de

²⁰ Gabriela Leite foi ativista do movimento de mulheres prostitutas. Fundadora da ONG Davida e da grife *Daspu*, ela militou ao longo de sua vida pela garantia dos direitos humanos da categoria. Foi figura central para a emergência da Rede Brasileira de Prostitutas.

transformar microrresistências em ações coletivas de reivindicação por equidade e justiça social.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar ao longo do estudo uma série de dispositivos e mecanismos que se articulam na vida dessas mulheres, produzindo interdições morais, econômicas, simbólicas, emocionais e subjetivas em seus cotidianos. Um deles, o sistema sexo/gênero, parece restringir as possibilidades dessas mulheres se constituírem, material e subjetivamente, sem a convivência próxima com experiências de desqualificação e violência.

As interdições psicossociais que circunscrevem o cotidiano das prostitutas da zona boêmia de Belo Horizonte parecem ter efeito de encobrir histórias. Mais do que isso, de contar uma história única sobre quem elas são e sobre como elas vivem. Spivak (1988/2010) já nos demonstrou que essa é uma característica fundamental da subalternidade: é alijada do(a) subalterno(a) a possibilidade de contar suas próprias histórias.

Entre histórias e personagens, um dos elementos centrais desse estudo permitiu-nos identificar algumas formas pelas quais as mulheres prostitutas têm afirmado suas autonomias. As narrativas das prostitutas entrevistadas nos dão pistas de que suas trajetórias se constroem entre sujeição e resistência à sujeição, heteronomia e afirmação de autonomia. A ambiguidade das dinâmicas sociais lhes permite interpelar os efeitos destrutivos da subalternidade e, como efeito disso, elas disseminam no tecido social outros saberes sobre suas condições de vida.

2.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, L. C. (2008). *Prostituição, Gênero e Sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Bourdieu, P. (2006). *A distinção: crítica social do julgamento* (D. Kern & G. Teixeira, trad., 2a ed. ver.). Porto Alegre: Zouk. (Trabalho original publicado em 1979).
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Butler, J. (2010). *Deshacer el género* (P. S. Beltran, trad.). Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 2004).
- Fonseca, C. (1996). A dupla carreira da mulher prostituta. *Estudos Feministas*, (1), ano 4, 7-33.
- Foucault, M. (2010). *Microfísica do Poder*. (28a ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Trabalho original publicado em 1979).
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41.
- Laclau, E. & Moufee, C. (1987). *Hegemonía y estrategia socialista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Lagarde, M. (1997). *Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres*. Managua, Nicaragua, Puentes de Encuentro.
- Mattos, P. C. (2009). Os efeitos sobre o reconhecimento: um estudo empírico sobre prostituição. In K. B. Oliveira & G. G. de Oliveira. *Olhares sobre a prevenção à criminalidade* (pp.81-98). Belo Horizonte: Instituto Elo. Coleção Cenários de Desigualdade e Violência.

- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8(11), 59-71.
- Rubin. G. (1989). Reflexionando el sexo: notas para uma teoría radical de la sexualidad. In C. S. Vance (Comp.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina* (pp.113-190). Madrid: Revolución. (Trabalho original publicado em 1984). Recuperado em 13 de maio de 2012 de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Rubin%20G.pdf>
- Souza, J. (2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* (S. R. G. Almeida; Feitosa, M. P. F & A. P. Feitosa, trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1988).
- Taylor, C. (1997). *As fontes do self: a construção da identidade moderna* (A. U. Sobral, & D. A. Azevedo, trad.). São Paulo: Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1989).
- Taylor, C. (2007). O que é agência humana? (R. Torres & F. Maciel, trad.). In J. Souza & P. Mattos (Orgs.). *Teoria crítica no século XXI* (pp.9-39). São Paulo: Annablume. (Coleção Crítica Contemporânea). (Trabalho original publicado em 1977).

3. MANUSCRITO B

VOZ E RESSONÂNCIA NA LUTA DE MULHERES PROSTITUTAS

Sobre ecos de solidariedade com os feminismos acadêmicos

Resumo

Neste texto analiso alguns diálogos estabelecidos entre a Aprosmig e os feminismos, em especial aqueles produzidos no contexto acadêmico. Busco identificar de que forma esses diálogos potencializam o estabelecimento de solidariedades e/ou antagonismos entre as prostitutas, e outras mulheres feministas, bem como os efeitos produzidos por eles em suas lutas. Para tal, lanço mão de experiências, interações e parcerias vivenciadas pela Aprosmig em atividades acadêmicas-militantes que dialogam com o pensamento e ativismo feminista.

Palavras-chave: Prostituição. Autonomia. Feminismo acadêmico. Solidariedade.

Abstract

In this text I analyze some dialogues established between Aprosmig and feminisms, especially those produced in the academic context. I seek to identify how these dialogues enhance the establishment of solidarities and / or antagonisms between prostitutes and other feminist women, as well as the effects produced by them in their struggles. To this end, I make use of experiences, interactions and partnerships experienced by Aprosmig in academic-militant activities that dialogue with feminist thinking and activism.

Keywords: prostitution; autonomie; resistance; gender

Neste manuscrito analiso alguns diálogos estabelecidos entre a Aprosmig e os feminismos, em especial aqueles produzidos no contexto acadêmico. Busco identificar de que forma esses diálogos potencializam o estabelecimento de solidariedades e/ou antagonismos entre as prostitutas e outras mulheres feministas, bem como os efeitos produzidos por eles em suas lutas. Para tal, lanço mão de experiências, interações e parcerias vivenciadas pela Aprosmig em atividades acadêmicas que dialogam com o pensamento e ativismo feminista.

*Sí, los hombres pueden ser tiernos y precavidos. Sí, las mujeres pueden amar el sexo. Y sí, prostituirse puede ser una forma de reapropiarse del propio cuerpo y la sexualidad.*²¹

Morgane Merteuil

O pronunciamento de Morgane Merteuil, em setembro de 2012, em resposta aos esforços do governo francês para erradicar a prostituição no país, acirrou os debates sobre este tema na França e em todo o mundo. Em seu manifesto, Merteuil critica as posições abolicionistas da prostituição, interpelando os efeitos prescritivos que essas posições produzem na vida das mulheres. Segundo o pronunciamento de Najat Vallaud-Belkacem, ministra dos Direitos das Mulheres e porta-voz do governo francês, “a questão não é a de saber se queremos abolir a prostituição: a resposta é ‘sim’. Mas temos de nos dar os meios de fazê-lo. Meu desejo, assim como o do Partido Socialista, é o de ver a prostituição desaparecer”.²²

A tensão estabelecida entre a posição do governo socialista francês e a do sindicato das trabalhadoras do sexo não é recente. Ela remonta a um clássico dilema intelectual e político presente no campo feminista. Nesse dilema, diferentes compreensões sobre a prostituição e sobre a condição da mulher prostituta são postas em disputa. As posições são heterogêneas e, muitas vezes, antagônicas. Mobilizam diferentes abordagens teóricas feministas e articulam-se a partir de

²¹ Trecho retirado do Panfleto “Liberad el Feminismo” publicado em 06 de setembro de 2012, por Morgane Merteuil, Secretária Geral do Sindicato das Trabalhadoras do Sexo – STRASS. Recuperado em 15 de dezembro de <http://blogs.elpais.com/aqui-paris/2012/09/mejor-puta-que-trabajar-en-una-f%C3%A1brica.html>

²² Trecho retirado do artigo “A ministra e a prostituta” de Eliane Brum, publicado em 15 de outubro de 2012 na Revista Época. Recuperado em 15 de dezembro de <http://revistaepoca.globo.com/>

argumentos dos mais variados. Gostaríamos de apresentar alguns elementos importantes deste debate e, para tal, propomos abordá-lo a partir de três posições teórico-políticas que se fazem pano de fundo nas diferentes perspectivas sobre a prostituição: as *posições abolicionistas ou proibicionistas*, as *posições liberais* e, conforme chamaremos aqui, as *posições libertárias*.

Vários artigos e estudos fazem menção à evidência de duas ou três posições, sendo as mais citadas a abolicionista e a liberal. Encontramos ainda nomenclaturas como posições *radicais*, conforme apresentado em Macedo e Amaral (2005), e posições *regulamentaristas*, que consideramos ser similares ao que estamos chamando de posições *liberais*. Ressaltamos que a heterogeneidade evidenciada pelo debate feminista sobre a prostituição não se esgota na proposta analítica aqui anunciada. Contudo, apostamos que tal proposta pode ser frutífera para a construção dos argumentos deste estudo.

3.1 Sobre os feminismos abolicionistas

As posições abolicionistas parecem ser as mais recorrentes no cenário acadêmico e político. Sustentadas por diferentes abordagens dos feminismos da chamada *segunda onda* e, expressivamente, pelos aportes do *feminismo radical* das décadas de 70 e 80, essas posições defendem a total abolição de quaisquer práticas de prostituição de mulheres. A ideia central que organiza essas posições é a compreensão dessa prática como essencialmente opressora. Ela seria um dispositivo fundamental e central do sistema de dominação das mulheres pelos homens. Os feminismos da chamada *segunda onda* se organizaram em torno da denúncia de um sistema de dominação masculina que funciona a partir do controle e expropriação da sexualidade da mulher, da divisão sexual do trabalho, da domesticação da mulher através do casamento e da família e da negação de seus direitos civis e políticos. Nessa perspectiva, a prostituição seria fundamentalmente um mecanismo de expropriação das mulheres. Nesse grupo se encontram muitas feministas socialistas, que buscaram construir um modelo de ação política numa perspectiva de ruptura com o sistema patriarcalista.

Surgidas a partir da década de 70, as chamadas *feministas radicais* buscaram

radicalizar a crítica feminista, trazendo a sexualidade para o centro dos debates. Elas se organizaram em torno da ideia de patriarcado como um sistema político de dominação masculina sobre as mulheres. Os argumentos de Pateman (1988/1993) nos parecem ser bons representantes das ideias que fundamentaram posições abolicionistas sobre a prostituição. Esta autora, numa crítica à tradição contratualista, especialmente ao pensamento de Rousseau, discute a suposta liberdade individual que fundamenta e legitima a organização da sociedade a partir de contratos, apontando a existência de um pacto sexual original que sustenta a permanência dos homens no mundo público. Este pacto, atualizado nos contratos de casamento, manteria a mulher à total disposição do homem no mundo privado. Para Pateman (1988/1993), o contrato de prostituição como um contrato de prestação de serviços seria um dispositivo do patriarcado que mantém, no mundo público, os corpos das mulheres à disposição dos homens. A prostituição seria, portanto, um dispositivo contratual que garantiria o poder político dos homens a partir da submissão sexual das mulheres. Assim, romper com o patriarcado, nessa perspectiva, pressupõe erradicar a prostituição. Outro forte argumento das posições abolicionistas é a significativa vinculação do patriarcado ao capitalismo, que mercantiliza o corpo das mulheres através da prostituição.

Nessas posições, a resistência das prostitutas em aceitar sua condição de vítimas de opressão, ou ainda, o suposto desconhecimento por parte delas dessa condição, são lidos por algumas feministas como efeito de uma “subordinação internalizada”, como é o caso de Kate Millet (1969)²³, ou como “transformação da necessidade em virtude”.²⁴

²³ Ver Millet, K. (1969). *Política Sexual* (A. Sampaio, G. da Conceição & M. Torres, trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

²⁴ Interpretação de Mattos (2009), consonante com o pensamento de Pierre Bourdieu, para os discursos autorreferidos, autodeterminados e supostamente idílicos das prostitutas entrevistadas em seu estudo.

3.2 A Aprosmig e os feminismos abolicionistas

Era julho de 2012. Eu cheguei bem antes do horário programado. Fiquei aguardando dar a hora do lado de fora, sentado numa sala de espera recheada de cartazes libertários. Foi ali, sentado, que conheci Letícia Barreto. Já tinha ouvido falar sobre o trabalho dela com as prostitutas, mas ainda não a conhecia pessoalmente. Estava chegando de pouco na zona, quando recebi o cartaz de divulgação por e-mail: uma roda de conversa coordenada pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM)²⁵ para debater o tema da prostituição, já posta no título do debate como um desafio para o feminismo. Mais tarde descobrimos, Letícia e eu, que aquela atividade foi planejada para ser um debate interno. Houve alguma confusão na organização, e acabou sendo divulgada publicamente! E lá estávamos nós.

Foi tenso estar ali, porque eu já imaginava o estranhamento (e a desconfiança) que a presença de “caras” num debate feminista pode causar. Eu era um de dois, juntos de mais 15 ou 20 mulheres. Foi estranho para mim! Não saber o que dizer, muitas vezes não ter o que dizer, não é uma experiência muito confortável para nós homens. Também não é confortável para muitos de nós (e nem tem que ser!), compartilhar espaços de fala com mulheres feministas, quando o tema é sobre elas. A sensação de que sua presença não é muito desejada nesses espaços, ou está sob constante suspeita, também faz os cabelos arrepiarem um pouco. Arrepios que têm um efeito pedagógico excelente para estimular empatia. Sempre quando o entorno exerce maior regulação sobre nós, sobre como agimos, ou como falamos, a tendência é tentar regular-se a si mesmos. Ao menos para quem reconhece como legítimos, os porquês da regulação. E auto-regulação exige energia, investimento. Definitivamente, não é confortável.

Acho que Letícia compartilhou um pouco dessa sensação comigo, pelo debate, porque o que ela tinha a dizer sobre prostituição interpelava explicitamente a posição consolidada da MMM sobre o tema, posta na roda por meio da leitura de um panfleto elaborado pela Marcha. Letícia quis saber “porque as prostitutas não foram

²⁵ Movimento feminista internacional, nascido em 2002, como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. Ver mais em <https://marchamulheres.wordpress.com/>

convidadas?” E o “não-saber” dela, carregado de outros saberes, deu uma repaginada na discussão. Acho que naquele momento me senti um pouco mais próximo dela, já que, por razões distintas, experimentamos juntos a sensação de “ser indesejado”. Cada um à sua razão. A partir dali, comecei a perceber discordâncias, desconfortos e estranhamentos na roda. Até então, escutei posições sobre a prostituição e sobre a vida das prostitutas que não eram muito diferentes entre si. A medida que as integrantes falavam sobre suas percepções, fui construindo a impressão de que se complementavam.

O conjunto dos argumentos colocados na roda me fizeram lembrar muito do pensamento de Carole Pateman, que desenha a prostituição nas bases do totem patriarcalista-capitalista mundial. Junto desta recordação, me senti razoavelmente confortável com os sentimentos evocados até então. Já estava com eles acostumado. Os ouvi ao longo de toda minha vida. Tais sentimentos eram os mesmos que eu sentia quando escutava padres, pastores, cientistas, políticos (e todas as pessoas que repetem o que eles dizem) dizerem o que pensam sobre prostituir-se, ou melhor, sobre ser-prostituída. A maioria deles sempre conjugou este verbo na voz passiva.

Na verdade, putas eram vistas naquela roda de conversa como vítimas do mundo machista. Na perspectiva daquele grupo, não haveria outra razão para elas estarem nessa-vida que não a ausência de alternativas. Havia bastante humanitarismo na forma como várias das debatedoras se referiam as putas. Me faziam lembrar de como as pastorais se relacionam com pecadores; ou como palestrantes kardecistas se referem a “espíritos inferiores”; ou como alguns assistentes sociais tratam os pobres; ou ainda como médicos lidam com seus doentes. Humanitarismo que a gente sempre vê naqueles que creem que podem salvar, curar, resgatar ou purificar (e atualmente, empoderar),

O sonho de libertação que as mulheres daquela roda sonharam para as prostitutas foi um sonho-de-resgate: resgatar toda e qualquer mulher que estiver aprisionada no sexo comercial, parecia ser a única saída viável. Dar condição de sujeito ao que, por definição, só poderia ser visto, daquela perspectiva, como objeto. O desafio do feminismo no quesito prostituição é, do ponto de vista da maioria daquela roda, eliminá-la. Vencido o combate com a opressão, as prostitutas estariam livres, desde que dando-de-graça!

Mas sujeito, por definição, é aquele que fala, que tem voz ativa. E aquele discurso todo estava, mais do que tudo, repetindo mantra de padre, receita de médico e discurso de estadista. Como seria aquela roda se a zona baixasse por lá? Que desafios ao feminismo, elas, as putas, elegeriam numa roda de feministas? Fui para casa com essa pulga-atrás-da-orelha. E rememorei um episódio paradigmático, vivido três ou quatro anos antes, quando fazia parte de uma instituição feminista que atuava no combate à violência doméstica – o Instituto Albam²⁶.

Lembro bem, quando em meados de 2008/2009, estive na eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte (CMDM). O Instituto tinha cadeira no Conselho, e disputava a sexta eleição consecutiva. Eram dezoito concorrentes, para dezesseis vagas. Apenas duas candidatas ficariam fora do próximo mandato. No espectro do pleito haviam grupos de trabalhadoras rurais, mulheres que militavam na cultura, universitárias, representantes de coletivos e instituições feministas, representantes do Estado, uma representante de associação de bairro e... Cida Vieira, a então presidenta da Aprosmig.

Quase todas as candidatas teriam cadeira garantida, dada a matemática da disputa. A despeito disso, convocada a votação, não passaram despercebidas as articulações de palanque, plateia e corredor. Não eram articulações propriamente “programáticas”, nem pedidos de voto para si. Ao contrário, parecia que alguém do pleito era indesejada por ali. Cida Vieira fez seu breve discurso, afirmou a prostituição como trabalho, enfatizou a necessidade de regulamentação da profissão, e ressaltou que existem muitas mulheres que se prostituem porque assim desejam. Na tribuna, algumas delas afirmaram publicamente sua discordância com a candidatura da Aprosmig. *“Elas não nos representam!”*, disse uma delas em suas “promessas de campanha”. E voltando aos corredores, escutei aqui e ali conversas-de-convencimento, para que a associação não tivesse votos. E assim foi. Cida Vieira ficou na décima oitava posição. Um sentimento de alívio percorreu o auditório.

Essas duas vivências, em tempos e circunstâncias distintos, inauguraram minha inserção na zona e, em especial, na política da zona. Aqueles foram espaços em que vi, com olhos e ouvidos, a vida real que deu ingredientes para que

²⁶ Organização Não Governamental (ONG) que atua desde 2000 na elaboração e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e contra a mulher. Mantém atualmente parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS/MG). Ver <http://www.albam.org.br/>

historiadoras feministas anunciasses a ocorrência da chamada *terceira* onda no movimento. As prostitutas, em especial as que se afirmam positivamente como putas, encabulam parte das mulheres, eu diria a maioria. É o efeito-Gabriela²⁷. Como pode uma puta vangloriar-se de ser puta? Como pode puta exigir ser chamada como tal? Como pode puta subir no palanque e dizer que é feliz?

O efeito-Gabriela impacta multidões, incluindo as multidões progressistas. A imagem que temos de uma puta em nossas cabeças é similar à de um negro escravizado, sedento por libertação. Imaginem vê-lo, de posse do direito à fala, pedindo regulamentação para o trabalho forçado, ou reivindicando reconhecimento de “sujeito-autônomo” no que é e no que faz? É de desestabilizar séculos de teorias emancipatórias! Mas é o que algumas putas têm dito por aí!

Em 2013, quando foram divulgadas pelo Ministério da Saúde as peças publicitárias de uma campanha contra o HIV-AIDS, em que ao lado da foto sorridente e espontânea de uma prostituta foram registrados os dizeres “Eu sou feliz sendo prostituta”, o país se alarmou. Foi demissão em massa no ministério, e a bancada-da-bíblia logo tratou de dizer que aquilo era coisa de “comunistas corrompidos” pelo diabo. Como poderiam ser felizes as putas, se o mundo e as pessoas acusam de ser filho de uma, aquele que querem desmoralizar?

“Ser-se-a-si-mesma ou ser-feita-por, eis a questão”. que, com poucas dúvidas, representa um nó cego na vida das putas. Solidariedade externa parece ser um ingrediente escasso na receita da puta-emancipação. Afinal, do que se emancipar? Da opressão inerente (e suposta) ao sexo comercial capitalista-patriarcal? Dos padres e pastores, médicos e doutores, políticos e estadistas? Das mulheres (supostamente) livres, porque dão-de-graça? Dos clientes exploradores? Do conservadorismo de certos feminismos brancos e heterocentrados? De si mesmas? Se as pautas das mulheres puderam contar com os feminismos para lograr êxito, parece que aqui, no contexto do movimento de mulheres prostitutas, alguns desses feminismos representam também obstáculos. Ou, no mínimo,

²⁷ Gabriela Leite foi ativista do movimento de mulheres prostitutas. Fundadora da ONG Davida e da grife *Daspu*, ela militou ao longo de sua vida pela garantia dos direitos humanos da categoria. Foi figura central para a emergência da Rede Brasileira de Prostitutas. Gabriela reivindicava ser chamada de puta, afirmando que ser prostituta era para ela uma realização profissional e sexual. O que chamo aqui de *efeito-Gabriela*, se refere a um conjunto de reações que emite a sociedade, diante de quaisquer narrativas positivas sobre prostituição e sobre as putas. Espanto, estranhamento, descrença, pena, ódio, revolta, etc.

algumas putas têm uma visão diferente desses feminismos, sobre o que seriam os indicadores de emancipação.

Pateman (1988/1993), que é livro de cabeceira da MMM, trata a prostituição da mesma forma que o trabalho doméstico e o casamento. Casar-se, ser-prostituída e estar associada ao cuidado do lar e do privado são lugares sociais que têm, para ela, a mesma natureza exploratória. Ainda assim, a posição que certas feministas sustentam sobre a regulamentação estatal dessas condições é desproporcional. De um lado, lutam pela garantia e afirmação de direitos trabalhistas às empregadas domésticas. Do outro, articulam esforços para abolir as putas (porque abolir a prostituição é abolir também as putas!). No caso do casamento, não aparecem grandes objeções, não ao menos numa perspectiva de sua extinção. Porque tratamento diferente para dispositivos capitalistas-patriarcais similares? Essa pergunta esteve comigo por todos esses anos!

“Azabolicionista”. Assim, algumas das mulheres ativistas da Aprosmig nomeiam aquelas feministas que lutam para exterminar do mapa, o sexo comercial. Nos debates, palestras e participações públicas em que alguma membra da associação está presente, não é incomum “azabolicionista” figurarem na lista de entraves para a conquista de dias melhores para as putas. *“Elas confundem prostituição com exploração sexual”*; *“a gente fala de prostituição e logo elas começam a tratar de tráfico de mulheres. Eu não fui traficada!”* Quando se trata de prostituição, estas abolicionistas têm sido chamadas a falar em nome de todas as mulheres, incluindo as putas. E, muitas vezes, uma certa autoridade feminista universalista, estrategicamente conferida a elas nessas circunstâncias, segue legitimando as percepções abolicionistas no debate.

3.3 Sobre as perspectivas regulamentaristas e libertárias/críticas do feminismo

As posições liberais ou regulamentaristas vão construir uma compreensão diferente para a prostituição. Elas se sustentam, em sua maioria, na ideologia das liberdades individuais, e reconhecem a voluntariedade da prostituição, pela qual esta se configura numa prestação de serviços. Algumas feministas liberais reconhecem a prostituição como um dispositivo de opressão das mulheres, mas vão criticar os

efeitos de vitimização e marginalização das prostitutas causados pelos discursos abolicionistas. Criticam também o engessamento de tais posições, por não considerarem a possibilidade de existência de prostitutas que, de fato, escolhem exercer essa atividade e dela obtêm seu sustento e felicidade. Com tal engessamento, essas posições dificultam a conquista de melhores condições de trabalho para essas mulheres e a garantia de ambientes mais seguros e protegidos (M. Rodrigues, 2003).

As saídas oferecidas pelas liberais variam desde a regulamentação da prostituição pelo Estado até a aposta no mercado do sexo como pacificador da violência e da exploração. A regulamentação da prostituição em termos laborais facilitaria o acesso das prostitutas a seus direitos sociais e trabalhistas, além de fortalecer seus instrumentos de luta por melhoria nas condições de trabalho, contra o proxenetismo e contra o arbítrio dos clientes. Uma abordagem liberal ainda mais radical assemelha a oferta de sexo com a oferta de força de trabalho. Nessa ótica, investir nos fundamentos de regulação do mercado sexual possibilitaria reduzir os efeitos colaterais da ausência de regulamentação do trabalho da prostituta. Todas essas saídas visam minimizar os efeitos de vitimização e marginalização das prostitutas – considerados pelas posições liberais mais como resultados da clandestinidade do que como uma natureza própria da prostituição – e considerar os casos de entrada e permanência agenciados pelas prostitutas. Ainda assim, as liberais lutam contra o proxenetismo, a exploração sexual infantil, o tráfico e o turismo sexual, a pornografia e a prostituição forçada (Macedo & Amaral, 2005; M. Rodrigues, 2003)

Por fim, temos as posições libertárias/críticas. São posições feministas que defendem o direito das mulheres a exercerem a prostituição, caso queiram. A maioria dessas posições não identifica *a priori* a prostituição como opressão, e criticam as posições abolicionistas e regulamentaristas, afirmando serem as primeiras, posições prescritivas e salvacionistas, problematizando os efeitos negativos que a regulamentação traria à vida das mulheres prostitutas. Essas feministas apostam no poder como potência para o enfrentamento das mulheres à opressão e, dessa forma, a prostituição poderia representar experiência de resistência, já que rompe com algumas das instituições e regras fundamentais do patriarcado: a família, a monogamia, a dependência feminina, a sexualidade procriativa, etc. (Garzaibal, 2001, 2006).

As posições libertárias/críticas ganharam força a partir do final da década de 80, acompanhando as tendências evidenciadas pela chamada *terceira onda* do feminismo. Voltando-se para si, as feministas problematizaram o próprio campo e a própria produção, questionando os efeitos das produções feministas brancas, euro e heterocentradas. Outras mulheres reivindicaram posições feministas no debate, a partir da emergência de feminismos negros, lésbicos, latino-americanos, pós-coloniais e do feminismo *queer*. Quem é o sujeito do feminismo? Essa pergunta foi para o centro do debate e interpelou as prescrições de mulher, de feminino e de autonomia que as feministas brancas do norte produziram para as mulheres do sul, lésbicas, latinas, etc. (Piscitelli, 2012). As prostitutas passaram a participar do debate e a dizer o que pensam sobre a própria condição. Uma série de posições favoráveis ao reconhecimento e liberação da prostituição emergiu na cena pública e acadêmica (Juliano, 2001).

O feminismo crítico/libertário, conforme o compreendo, se articula a partir de abordagens *construcionista* e destacam o aspecto dinâmico e relacional das identidades sociais. A noção de poder dessa perspectiva é, geralmente, de viés gramsciano – como lutas contínuas em torno da hegemonia – ou de base foucaultiana, em que o poder não é unilateral, mas circula entre os sujeitos; mais do que isso, possibilita a produção de sujeitos. Essa perspectiva confere aos sujeitos uma margem mais ampla de agência. Esses feminismos buscam compreender a realidade social numa perspectiva interseccional, ao pressupor a existência de dinâmicas de (re)significação de diferentes marcadores e experiências, de maneira que as identidades se transformam como produto de práticas articulatórias. Feminismos críticos/libertários distinguem categorias de diferenciação de sistemas de discriminação, assim como propõe uma distinção entre diferença e desigualdade. E por fim, recorrem a fundamentos metodológicos e epistemológicos que articulam posicionamento e reflexividade. (Piscitelli, 2008).

Assim como fizeram as feministas radicais, a radicalização da sexualidade no debate foi o que permitiu, paradoxalmente, a interpelação das posições abolicionistas pelas feministas libertárias. Por romper com as prescrições do que deveria ser uma boa mulher, em termos de práticas sexuais, a prostituição permitiria a liberação sexual das mulheres e a apropriação do próprio corpo e de sua sexualidade. O pensamento de Gayle Rubin (1984/1989) foi, certamente, um marco importante no debate. Ao radicalizar a abordagem sobre o sexo e a sexualidade, ela

propôs um enquadre analítico da sexualidade como uma “economia política sexual” que hierarquiza experiências, patologiza práticas sexuais e estigmatiza identidades. Nessa hierarquia, o sexo comercial ocupa lugar de inferioridade, juntamente com o sadismo, o masoquismo, a pederastia, a pornografia, etc. As contribuições desta autora influenciaram significativamente a emergência das posições libertárias. Ressaltamos um elemento fundamental dessas posições: são elas que consideram a experiência das prostitutas e o que elas próprias têm a dizer sobre sua condição. As posições libertárias são, muitas vezes, cunhadas pelas próprias prostitutas organizadas politicamente.

O debate feminista acerca da prostituição apresenta como centralidade a clássica tensão *heteronomia x autonomia*. Os argumentos contrários ou favoráveis à regulamentação e/ou liberação da prostituição refletem as diferentes perspectivas sobre o potencial de agenciamento que possuem as prostitutas. Por detrás da luta pela abolição, está a visão da prostituta como vítima, oprimida, expropriada, subalternizada e explorada. No alicerce das posições libertárias, está a aposta na autonomia das mulheres e a visão da prostituição como possibilidade de afirmação de autonomia, experimentação do corpo e da sexualidade e interpelação do sistema sexo-gênero.

3.4 A Aprosmig e os feminismos críticos/libertários: solidariedades e um projeto coletivo de autonomia

Tratar o feminismo no plural não é mera estratégia retórica. De fato, no cotidiano da associação e de cada uma das putas-ativistas, o feminismo se apresenta em diversidade. Se a perspectiva abolicionista segue interessada em intervir neste campo, não o faz sem tensões, já que outras perspectivas disputam a narrativa sobre a prostituição. Várias mulheres e coletivos feministas têm se aproximado da zona, especialmente nos últimos quinze anos. Por razões das mais variadas, elas têm dialogado com a Aprosmig suas interpretações sobre *a-vida* e sobre suas lutas.

Merecem destaque, os diálogos produzidos com essas feministas que, ao meu ver, fortalecem a dimensão afirmativa de suas lutas. Ao flexibilizar as narrativas

sobre a prostituição que identificam nessa prática social apenas os seus efeitos de opressão-dominância-exploração, tais feminismos têm possibilitado que as narrativas das próprias prostitutas sejam lançadas no debate público. Parece haver um compromisso primeiro desses feminismos com a legitimação das narrativas produzidas pelas mulheres prostitutas. Um compromisso ético e epistemológico com o que elas têm dito sobre quem são, sobre o que pensam de si mesmas, sobre o que pensam de seu trabalho, e, sobretudo, com o que demandam da sociedade.

No contexto da Aprosmig, dialogar com as prostitutas nesse sentido tem permitido a ampliação de uma narrativa de autodeterminação. Essa narrativa, reivindicada pioneiramente no Brasil pela obra e vida da feminista Gabriela Leite, desestabiliza as interpretações convencionais, dentro e fora do feminismo, dos “porquês” as mulheres se prostituem. A perspectiva político-ideológica de Gabriela Leite e da ONG Davida²⁸ já se faz presente na Aprosmig desde sua fundação. A atuação do Grupo de Apoio e Prevenção a Portadores de AIDS (GAPA-MG) na região da zona boêmia foi decisiva para a consolidação do primeiro coletivo de prostitutas que se formou na região: a Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH). O surgimento deste coletivo, fundado oficialmente em 2006²⁹, teve significativo apoio de Roberto Chateaubriant, então presidente do GAPA-MG, colaborador da Rede Brasileira de Prostitutas e amigo próximo de Gabriela Leite (Barreto, 2008, 2015). Conforme expresso na filosofia e nos valores da RBP³⁰, reivindicar protagonismo e autonomia, bem como rejeitar o abolicionismo e vitimização são premissas ético-políticas das associações e coletivos que a compõem.

Quando menciono o feminismo em minhas reflexões, o considero em suas diversas dimensões. A atuação de grupos, coletivos e associações de mulheres têm, certamente, lugar de destaque nas lutas feministas pela cidade. Mas a trajetória política da Aprosmig – e eu arriscaria afirmar que do movimento brasileiro de mulheres prostitutas – evidencia a importância de um *locus* específico de atuação do feminismo: o feminismo acadêmico. A atuação de pesquisadoras feministas, em

²⁸ ONG criada por Gabriela Leite, no Rio de Janeiro, para reivindicar e garantir de direitos às Mulheres Prostitutas

²⁹ Para saber mais sobre a história da APS-BH, ver Barreto (2008) e Barreto (2015).

³⁰ Para ver mais sobre a RBP, ver <http://www.redeprostitutas.org.br/>

especial aquelas que dialogam com perspectivas mais críticas e libertárias de transformação social, parece oferecer contribuições expressiva na luta da Aprosmig.

Desde que me aproximei da zona, percebi de imediato a presença constante de pesquisadoras, extensionistas e estagiárias universitárias. Não é novidade o interesse da ciência pela prostituição, seja para investigar, seja para intervir. E tal interesse vem de vários campos do conhecimento, haja vista a presença constante de pesquisadores do direito, das ciências da saúde, da psicologia, das ciências sociais, das artes, etc. Cada qual, com seu interesse e sua perspectiva, buscando adentrar no cotidiano da zona e interferir naquele espaço.

Algumas dessas pesquisadoras/militantes ocuparam/ocupam lugar de destaque na Aprosmig, dentre os inúmeros que por lá passaram. Uma delas, Letícia Barreto (Letícia), esteve sempre presente em meu campo de pesquisa, seja nas cenas cotidianas da Aprosmig e da zona boêmia, seja nos espaços acadêmicos e políticos que ocupamos para colocar nossas perspectivas em diálogo com outros pesquisadores. Pretendo, ao apresentar e analisar as interações desta pesquisadora-militante com a Aprosmig, jogar luz na dimensão coletiva de sua trajetória. Em especial, pelas perspectivas feministas sobre prostituição e sobre a ciência com as quais ela dialoga, e que, ao meu ver, têm produzido ecos e ressonâncias na luta das prostitutas.

Letícia Barreto, desde 2005, desenvolve atividades de pesquisa e militância na zona boêmia e na Aprosmig, tendo lá desenvolvido práticas de estágio curricular, pesquisas de mestrado (2008) e doutorado (2015). Em sua trajetória, tem construído significativa interlocução com o movimento feminista. Destaco aqui sua inserção no Núcleo de Psicologia Política (NPP/UFMG), no Núcleo Conexões de Saberes, do qual também faço parte, e que tem produzido práticas científicas em diálogo constante com epistemologias feministas – em especial com os chamados feminismos negros e feminismos decoloniais. Destaco também sua interlocução com a antropologia feminista desenvolvida no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade da UFSC, onde desenvolveu institucionalmente sua pesquisa de Doutorado. Essas três filiações institucionais ilustram um conjunto de saberes, experiências e narrativas feministas que se avivam no encontro de Letícia com a Aprosmig, e nos permite ver a amplitude e a dimensão coletiva (e política) desse encontro.

Objetivei produzir uma pesquisa cuja interdisciplinaridade não se limitasse a aspectos teóricos, mas também metodológicos e epistemológicos, relacionando constantemente produção do saber e militância. Procurei manter uma postura crítica e de integração entre preocupações intelectuais e políticas de transformação das relações sociais, colocando em um mesmo patamar os interesses da ciência e das mulheres, aliada à articulação entre subjetividades da pesquisadora e das sujeitas e da explicitação da relação entre estas, como nos sugere a antropóloga canadense Huguette Dagenais (1987)³¹ (Barreto, 2015, pp.36).

Devido à minha opção pela epistemologia feminista e também meu papel como militante e parceira do movimento de prostitutas, em especial na cidade de Belo Horizonte, considero essencial explicitar aqui a forma como me coloco no debate proposto acima. Minha trajetória de pesquisa sempre esteve alinhada aos debates travados pelo movimento de prostitutas local e permitindo uma produção de saberes que fosse o mais compartilhada possível. (Barreto, 2015, pp.28-29).

A relação estabelecida por Letícia Barreto com a Aprosmig é emblemática para nossos argumentos. A partir dos parâmetros teórico-metodológicos descritos por ela em sua tese de doutorado (Barreto, 2015), explicitamente de viés feminista, sua atuação, em minha percepção, tem sido decisiva para fortalecer a identidade coletiva mobilizada pela Aprosmig, e para qualificar o engajamento das mulheres em suas lutas³². O papel-militante desempenhado por ela desde 2005, atrelado à sua vinculação com a universidade, possibilitou a construção de um vínculo que extrapola a convencional relação pesquisadora-pesquisada. A vi inúmeras vezes desenvolvendo atividades que facilmente a confundiriam como uma prostituta associada. A exemplo de sua atuação em 2012, como figurante de um filme³³ que fez gravações na zona, no papel de profissional do sexo. Letícia chegou a compor a diretoria da APS-BH – quando a organização das prostitutas em BH ainda engatinhava – figurando como sócio fundadora da associação, juntamente com outras pessoas parceiras que não eram profissionais do sexo.

Na atuação de Letícia na zona, sempre me chamou a atenção um certo *compromisso* que ela parece sustentar com a legitimação das narrativas da Aprosmig e das prostitutas. Este compromisso parece ser primordial na construção de suas próprias narrativas, acadêmicas e políticas, que não raro, afirmam a autonomia e a autodeterminação das prostitutas e de suas lutas. As prostitutas são

³¹ Referência a que se refere Barreto (2015): Dagenais, H. (1987). *Méthodologie féministe et anthropologie: une alliance possible. Anthropologie et Sociétés*, 11(1), 19–44.

³² Uso aqui, além dos meus registros de campo, os descritos etnográficos de Letícia, que podem ser vistos em Barreto (2008) e Barreto (2009).

³³ O homem das multidões (2013), Cao Guimarães & Marcelo Gomes (roteiro e direção).

sempre abordadas por Letícia como ‘sujeitas políticas de sua própria história’.³⁴ Como ela mesmo afirma, “a escolha por atuar em parceria com a Aprosmig implica, também, em adotar determinadas posturas e se alinhar a suas metas e formas de atuação” (Barreto, 2015, pp.29). Mas que efeitos essa atuação acadêmica-militante produz na Aprosmig e na luta das mulheres prostitutas?

Fui convidado a assistir uma mesa redonda sobre prostituição na PUC Minas em 2014, composta por uma representante da Aprosmig – Cida Vieira e Letícia Barreto, que ali representava institucionalmente o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Governo do Estado de Minas Gerais. A composição da mesa já anunciava alguns elementos do enquadre escolhido pela organização desta atividade acadêmica interdisciplinar, vinculada às disciplinas de Psicologia Institucional e Psicologia do Trabalho. A maioria das perguntas e questões direcionadas à Cida Vieira estavam relacionadas à exploração de seu trabalho, às suas práticas de saúde e à violência a que estão submetidas as mulheres prostitutas. Ao tentar respondê-las, Cida sempre tangenciava as questões propostas e afirmava veemente a autonomia das mulheres em suas condições de prostitutas. A despeito da insistência das debatedoras em suas indagações, Cida manteve-se firme e radical em sua postura de afirmação da prostituição como uma opção, uma escolha, enfatizando aspectos monetários da atividade e associando a prostituição a projetos pessoais, familiares e profissionais. Cida negou-se a um debate que centralizasse questões sobre violência, saúde ou exploração laboral. Tamanha a radicalidade de sua posição, que causou a impressão em vários expectadores de um discurso forjado, artificial.

Uma “disputa genealógica da prostituição”, a meu ver, se desenvolveu naquele debate. As narrativas de Cida Vieira reivindicavam um reconhecimento de sua condição no debate como *sujeita* de fala. Reivindicavam uma inscrição no circuito instituído de estabelecimento de verdades sobre suas próprias vidas e, para tal, recusavam o efeito de subalternidade produzido pelos discursos que, em sua maioria, se articulavam em torno da violência, da exploração laboral e da saúde (temas que remontam aos dispositivos político-institucionais de controle social da prostituição). Lembro-me bem dos rostos assustados com as narrativas da

³⁴ Faço aqui uma referência à parte do título da tese de Letícia: “Somos sujeitas políticas de nossa própria história”: prostituição e feminismo em Belo Horizonte (2015). Neste título ela replica uma declaração de Gabriela Leite, feita numa entrevista à mídia (p.7).

Aprosmig, desapontados por não escutar de sua representante aquilo que geralmente se espera escutar de uma prostituta de baixo meretrício. Parecia haver entre os expectadores e debatedores um consenso intersubjetivo que não considera legítima a narrativa de uma prostituta que reivindica reconhecimento de autorreferência e autodeterminação em sua condição, semelhante a um consenso que operaria sobre nós, caso uma pessoa escravizada reivindicasse o mesmo reconhecimento.

A reivindicação mínima, uma reivindicação de fala, parece pautar a atuação da Aprosmig no debate público, que, não raro, secundariza problemas reais vivenciados pelas prostitutas (como a exposição à violência e à insalubridade laboral), e lança luz a aspectos que podem conferir-lhes *status* de sujeito. Autorreferência e afirmação constante de suas autonomias parecem servir como estratégias discursivas de enfrentamento a dinâmicas de subalternização que operam a partir de discursos como o da violência, o da saúde ou o da exploração laboral. E não por coincidência, essa “arena de batalha” se produz no diálogo direto com os discursos hegemônicos já mencionados, que parecem sustentar uma versão única e totalizante sobre a prostituição. A voz-puta, uma voz historicamente subalternizada, é automaticamente interpretada como idílio, mentira, ingenuidade ou alienação.

Desapontados com a “tergiversação” da representante da Aprosmig, os alunos e professores presentes se voltaram para a segunda convidada, Letícia Barreto. Relembramos que Letícia representava ali, institucionalmente, a política estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas e o olhar da ciência sobre o tema, visto que é pesquisadora da área (à época, desenvolvia pesquisa de doutorado). Historicamente associado ao sexo comercial, o tráfico de mulheres tem ganhado força no debate sobre a prostituição. Contudo, a forma como esse debate tem se dado vem produzindo confusões e generalizações equivocadas que, não raro, colabora para a intensificação de um pânico moral em relação à prostituição (Kempadoo, 2005; Da Silva & Davida, 2005).

Mas Letícia conduziu o debate numa perspectiva diferente daquela que, explicitamente, subsidiava o olhar dos debatedores. Tratou de desmistificar a associação recorrente e imediata entre prostituição e tráfico de pessoas. Sobretudo, ela construiu uma posição sobre as questões apresentadas no debate e as manifestações de Cida Vieira. A narrativa de Letícia foi construída com um intuito de

traduzir³⁵ aspectos importantes da fala de Cida, publicizando os imaginários vitimizantes/silenciadores sobre as narrativas das prostitutas que operam no debate público, e reafirmando a importância de desconstruí-los. A reivindicação de autonomia e autorreferência que a Aprosmig tem feito no debate público foi ratificada nos argumentos de Leticia que, por representar naquele momento a voz de pesquisadora e gestora pública, desestabilizou profundamente o debate. A partir dali, ainda com estranhamento, as réplicas do grupo parecem ter, em alguma medida, considerado os argumentos evocados por Letícia, e passaram a articular novos elementos de análise e interpretação.

Foucault já nos ensinou como a relação entre saber e poder produz efeitos decisivos sobre o estabelecimento de verdades no mundo, e o lugar de primazia que a ciência e o Estado ocupam neste circuito. A voz-pesquisadora-gestora de Letícia, explicitamente articulada a uma voz-feminista com a qual ela dialoga, possibilitou ecos e ressonâncias aos saberes de Cida. Aquele debate deslocou os imaginários com os quais a sociedade convencionalmente opera, e por certo, reposicionou o grupo no diálogo com Cida e com a Aprosmig.

Os escritos de Letícia, em especial sua tese de doutorado, representam um rebuscado registro etnográfico, que descrevem a história e o cotidiano da Aprosmig, em suas variadas facetas. Mais do que isso, é um texto que constrói importantes articulações entre a experiência da associação e as dezenas de coletivos que compõem o movimento de mulheres prostitutas no Brasil. Seu texto tem a capacidade de colocar inúmeros saberes em diálogo – científicos, políticos e da experiência das prostitutas – redimensionando as narrativas dessas mulheres em termos de saber-poder. É um texto de ressonância, cujos ecos amplificam, dentre outras demandas, o reconhecimento das prostitutas como sujeitas políticas. Não foram poucos os trabalhos a que tive acesso que fazem referência às produções de Letícia, o que nos permite pressupor que a voz da Aprosmig e das mulheres prostitutas têm ecoado na academia. Esta voz-eco contribui para inserir as prostitutas na disputa genealógica sobre prostituição da Ciência, da qual foram historicamente alijadas.

³⁵ Me refiro aqui à noção de tradução de saberes, desenvolvido por Boaventura de Souza Santos. Para ver mais, veja Santos, B. de S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Estudos Sociais*, 63, Out., 237-280.

Assim como Letícia, outras feministas, inseridas em contextos acadêmicos, têm construído diálogos com a Aprosmig. Na atuação daquelas em que identifiquei o mesmo compromisso ético-político com a legitimação da autonomia e a negação da vitimização das prostitutas, percebi também relação mais recíprocas e solidárias. Juliana Moraes de Góes³⁶, Elizabeth Fernandes³⁷, Karina Dias Géa³⁸ e Márcia Mansur Saadallah³⁹ são outros exemplos de mulheres feministas que têm construído um experiência epistemológica não-convencional com as prostitutas. Apesar de inúmeras diferenças de formação e vinculação institucional, elas parecem compartilhar alguns fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que, ao meu ver, tem possibilitado o diálogo entre narrativas críticas e libertárias dos feminismos e a luta política de mulheres subalternizadas. Ao lado delas, e através delas, as narrativas das mulheres prostitutas parecem alcançar ressonância, o que confere significativa importância à *solidariedade* nas dinâmicas de subjetivação política e nos processos de transformação social.

O Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), em Porto Alegre/RS, surge em 1989, e se fortalece nessa experiência solidária entre feministas acadêmicas e prostitutas feministas. NEP é o nome dado à Associação Gaúcha de Prostitutas (AGP), em parceria com um coletivo de antropólogas feministas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), à época, sob coordenação de Cláudia Fonseca⁴⁰. Por esta parceria, construída em diálogo visceral com as prostitutas da AGP, estão disponíveis nos bancos de dados científicos, dezenas de manuscritos, artigos, teses e dissertações que disputam as narrativas sobre a prostituição. Não por acaso, o lugar que as prostitutas ocupam na maior parte desses estudos se diferencia dos convencionais, e são consideráveis o reconhecimento e a influência do NEP no circuito de luta das prostitutas.

³⁶ Juliana Moraes de Góes é doutoranda em Sociologia na University of Massachusetts – Umass, desenvolveu pesquisa de mestrado em Ciência Política na UFMG e tem formação em Ciência Política pela UnB

³⁷ Elizabeth Fernandes é psicóloga pela PUC Minas. Realizou estágio profissional na Aprosmig por 2 anos e atualmente é militante voluntária na associação.

³⁸ Karina Géa é feminista, psicóloga, mestranda em psicologia social pelo Núcleo Conexões de Saberes da UFMG.

³⁹ Márcia Mansur Saadallah é feminista, psicóloga, mestre em ciências sociais, professora assistente da PUC Minas no departamento de psicologia e integra o GPFEM – Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas.

⁴⁰ Cláudia Fonseca é feminista, doutora em sociologia e professora titular da UFRGS.

De natureza similar, a relação entre a DAVIDA e o Observatório da Prostituição – projeto de extensão desenvolvido pelo Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) da Universidade Federal do Rio de Janeiro – promove encontros e confluências entre mulheres prostitutas ativistas e pesquisadoras de vários centros de pesquisa, dentre os quais destaco o Núcleo de Estudos de Gênero PAGU da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Importante centro de estudos feministas do país, este Núcleo tem construído densos diálogos com a DAVIDA e a AMOCAVIM⁴¹, lançando diferentes olhares para a realidade da prostituição no Rio de Janeiro e São Paulo. Este núcleo gestiona um dos principais meios de comunicação científica voltados ao campo de produção feminista (Cadernos PAGU), e tem disseminado significativa produção sobre prostituição no país, a partir de perspectivas descritivas e interpretativas que consideram dimensões não convencionais da prostituição, como família, afeto, identidade, corpo e sexualidade, política.

A solidariedade entre essas mulheres, prostitutas-feministas e feministas-cientistas, tem produzido importantes ecos para as vozes das putas e dos ‘feminismos subalternizados’. Entre as experiências e parcerias da Aprosmig por mim narradas, e essas sororidades outras que vem se desenvolvendo nas últimas duas décadas no Brasil, parece haver um esforço comum. Em última análise, esses encontros solidários parecem estar construindo, a mãos coletivas, um *projeto de autonomia* de, com e para-as mulheres, em especial aquelas que estão nas periferias do gênero.

A autonomia, desta perspectiva, pode ser compreendida como um *pacto social* (Lagarde, 1997), que necessita de uma rede de inteligibilidade que a reconheça, a legitime. Ela deve ser analisada num processo histórico a partir das condições em que cada grupo social se inscreve. Experiências de autonomia se inscrevem simbolicamente na linguagem, na cultura, na estética, na sexualidade, na política, etc. Autonomia é uma posição de poder que necessita de condições sociais concretas para ser exercida, e não se reduz apenas numa enunciação ou numa proclamação, ainda que “el simple enunciado de la necesidad de la autonomía es ya un principio de autonomía simbólicamente hablando” (p.6). Nesse sentido, a *afirmação* da autonomia, em seu sentido mais simples, já indica uma autonomia

⁴¹ Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa/RJ

simbólica das prostitutas. Em termos macropolíticos,

La autonomía se constituye a través de procesos vitales. Podemos imaginarla, nombrarla, pero después hay que construirla concreta e materialmente. La autonomía no es sólo un enunciado subjetivo. Es un conjunto de hechos concretos, tangibles, materiales, prácticos, reconocibles, y a la vez es un conjunto de hechos subjetivos, simbólicos (p.7)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“La autonomía es un proceso sexual, un conjunto de procesos de la sexualidad para los hombres y para las mujeres” (Lagarde, 1997, p.8). No caso das mulheres, a política sexual normativa representa uma mutilação de sua autonomia sexual, já que este é pressuposto do sistema sexo/gênero. A sexualidade é, ao mesmo tempo, o dispositivo de dominação da mulher e uma das potências para o estabelecimento de sua autonomia. É o que tem nos dito as prostitutas da Aprosmig.

Uma política sexual de resistência é uma política de/para autonomia. A ruptura radical com os parâmetros de reconhecimento conferido às mulheres prostitutas lhes coloca em constantes situações de desqualificação. Por outro lado, a as lutas coletivas das prostitutas, inscritas numa política sexual de resistência e afirmação da autonomia, empreendem uma constante desestabilização das normas sexuais.

Associadas, uma experiência compartilhada, uma solidariedade estabelecida ou uma posição construída no exercício da reflexividade, têm o potencial de transformar microrresistências em ações coletivas de reivindicação por equidade e justiça social. As narrativas das mulheres prostitutas, historicamente subalternizadas, parecem alcançar ressonância quando encontram sujeitos e discursos que apostam e se comprometem com suas autonomies, e buscam combater a vitimização. Isso confere significativa importância à *solidariedade* nas dinâmicas de subjetivação política e nos processos de transformação social.

A Aprosmig e o movimento de mulheres prostitutas têm se fortalecido no encontro com mulheres feministas que dialogam com perspectivas críticas e libertárias. O pensamento e a produção acadêmica feminista, neste diálogo, têm incorporado narrativas de mulheres historicamente sem voz, promovendo uma espécie de *democratização da ciência e do feminismo*. O que, por certo, tem contribuído para o alargamento da luta feminista e para o aprofundamento da compreensão dos mecanismos de subalternização das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, L. C. (2008). *Prostituição, Gênero e Sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Barreto, L. C. (2015). *Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Da Silva & Grupo Davida *et al.* Prostitutas, "traficadas" e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". *Cad. Pagu [online]*, n.25, 153-184.
- Garaizabal, C. (2001). Una mirada feminista a la prostitución. In *Jornadas Feministas: Feminismo.es... y será: ponencias, mesas redondas y exposiciones* (pp. 33-42). Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=2218>
- Garaizabal, C. (2006). Por los derechos de las trabajadoras del sexo. *Viento Sur*, 87, julio, 62-72. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de http://vientosur.info/articulosabiertos/vs_0087.pdf
- Juliano, D. (2001). Abolir la discriminación. In *Jornadas Feministas: Feminismo.es... y será: ponencias, mesas redondas y exposiciones* (pp.82-90). Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=2218>
- Kempadoo, K. (2005). Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, n.25, 55–78
- Lagarde, M. (1997). *Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres*. Managua, Nicaragua, Puentes de Encuentro.
- Macedo, A. & Amaral, A. (2005). *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento.

- Mattos, P. C. (2009a). A dor e o estigma da puta pobre. In J. Souza. *A ralé brasileira: quem é e como vive* (pp.173-201). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual* (M. Avancini, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1988).
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274.
- Piscitelli, A. (2012). Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, 36, 11-31.
- Rodrigues, M. T. (2003). *Polícia e prostituição feminina em Brasília: um estudo de caso*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado em 03 de setembro de 2012 de http://fci.uib.es/digitalAssets/178/178151_2.pdf
- Rubin. G. (1989). Reflexionando el sexo: notas para uma teoría radical de la sexualidad. In C. S. Vance (Comp.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina* (pp.113-190). Madrid: Revolución. (Trabalho original publicado em 1984). Recuperado em 13 de maio de 2012 de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Rubin%20G.pdf>

4. MANUSCRITO C

IDENTIDADES POLÍTICAS, ENTRE SEXUALIDADE E TRABALHO:

Sobre putas, trabalhadoras e militantes

Resumo

A articulação de demandas e bandeiras políticas tem se tornado um desafio para movimentos sociais que se localizam na fronteira entre as lutas por redistribuição econômico-política e as reivindicações por reconhecimento cultural e simbólico e de direito à diferença. Neste texto, analiso alguns efeitos das agendas trabalhista e de direitos sexuais na constituição de identidades políticas da Aprosmig e sua estreita relação com algumas tensões identitárias e programáticas do movimento nacional. Analiso a tensão entre pautas de diferenciação e pautas de igualdade na afirmação identitária das prostitutas em luta, dialogando com as entrevistas realizadas no estudo.

Palavras-chave: Prostituição. Identidade política. Trabalho. Sexualidade. Reconhecimento.

Abstract

The articulation of demands and political flags has become a challenge for social movements that are located in the frontier between the struggles for economic-political redistribution and the claims for cultural and symbolic recognition and of the right to the difference. In this text, I analyze some effects of the labor and sexual rights agendas on the constitution of political identities of Aprosmig and its close relationship with some of the national identity and programmatic tensions. I analyze the tension between patterns of differentiation and equality patterns in the identity affirmation of the prostitutes in struggle, dialoguing with the interviews conducted in the study.

Keywords: Prostitution. Political identity. Job. Sexuality. Recognition.

Neste manuscrito analiso alguns efeitos das agendas trabalhista e de direitos sexuais na constituição de identidades políticas da Aprosmig e sua estreita relação com algumas tensões identitárias e programáticas do movimento nacional. Analiso a tensão entre pautas de diferenciação e pautas de igualdade na afirmação identitária das prostitutas em luta, dialogando com as entrevistas realizadas no estudo.

O movimento de mulheres prostitutas surgiu no final da década de 70, mais precisamente em 1979, quando ocorreu uma primeira tentativa de organização dessas mulheres para o enfrentamento de perseguições policiais na cidade de São Paulo. Contudo, foi o surgimento da AIDS que acabou se tornando uma condição potencial para o fortalecimento da organização das prostitutas. Consideradas como “grupo de risco”, elas foram alvo de inúmeras ações governamentais de contenção da síndrome. Nesse momento de visibilidade pública, a tematização da prostituição foi inevitável, permitindo que vários grupos se organizassem por todo o Brasil. Em 1987, aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, no qual se iniciou a formação da Rede Brasileira de Prostitutas (Barreto, 2008, 2015; Olivar, 2010, Rodrigues, 2003).

O surgimento da AIDS, ao mesmo tempo em que acirrou as políticas de controle e coerção da prostituição, constituiu-se como oportunidade política para a organização e o fortalecimento de iniciativas associativas por prostitutas, que tinham como objetivo fazer frente aos constantes assédios policiais e, sobretudo, construir estratégias de enfrentamento da propagação da AIDS.

Os movimentos de prostitutas se organizam em torno de demandas e bandeiras políticas diversas. Tamanha é essa diversidade que é possível identificar pautas reivindicatórias contraditórias, que se não são consensuadas entre os grupos e as associações existentes no Brasil, tampouco o são entre as próprias prostitutas. Desde que foi fundada, a Rede Brasileira de Prostitutas, principal organização de caráter nacional da categoria, enfrenta um impasse que pode ser sintetizado pela seguinte questão: que sujeito político somos nós? Esse impasse, em suas diversas facetas, marca os dilemas enfrentados pela rede para nomear-se a si mesma e nomear as prostitutas. Trabalhadoras sexuais? Putas? Profissionais do sexo? Prostitutas?

No primeiro semestre de 2015, quando atuei como orientador de estágio curricular em psicologia na PUC Minas⁴², participei de uma reunião de planejamento das ações da Aprosmig para o “*Putá Day*”. O Putá Day (ou Putá Dei), também conhecido no Brasil como Dia Internacional da Prostituta, é realizado anualmente em 02 de junho. É uma data em que se comemoram as lutas das prostitutas por melhores condições de trabalho, contra a putáfobia⁴³ e pela ampliação de direitos de cidadania. O Putá Day é realizado desde 1976 em vários países. Remonta a ocupação de cerca cem de mulheres prostitutas francesas em 1975, na Igreja Saint-Nizier em Lion. Mobilizada para combater as políticas higienistas e policiaesca que prevaleciam naquele contexto, a luta das putas de Lion representa um símbolo para os movimentos de mulheres prostitutas pelo mundo, a exemplo do que representa para os movimentos feministas a greve de mulheres nas fábricas russas em 08 de março de 1917, fortemente reprimida, e que inspirou a instituição do dia 08 de março como o *Dia Internacional da Mulher*.

A reunião de planejamento do evento, de iniciativa das militantes da Aprosmig, previa a construção das ações de mobilização para as atividades que seriam realizadas pela associação e pelas entidades parceiras. Ao se iniciar, uma discussão se desenrolou entre elas – e que durou até o fim do encontro – a partir do seguinte questionamento apresentado por Laura: “*se a gente colocar Putá Day no cartaz, quero ver qual prostituta vai descer?!*”. Laura pautou um dilema vivenciado pela Aprosmig e pelos coletivos de prostitutas de uma forma geral. O que somos? Quem desejamos ser? Como devemos nos nomear? Somos profissionais do sexo? Trabalhadoras Sexuais? Putas? Prostitutas?

Sem consenso entre elas, o debate foi acalorado e carregado de tensões. Cida Vieira é defensora das *putas*. Sob influência dos valores disseminados pela RBP e pelas narrativas de Gabriela Leite, Cida acredita que chamar-se de puta é a melhor estratégia de pautar o preconceito, o estigma e a discriminação que sofrem as trabalhadoras do sexo. Ademais, Cida afirma que a estratégia aqui explícita na

⁴² O Estágio Profissionalizante – Psicologia e Políticas Públicas I, sob coordenação geral da Profa. Márcia Mansur, psicóloga e Mestre em Ciências Sociais, é desenvolvido, desde 2013, num escopo de intervenção psicossocial, sob três frentes de ação: *i)* oferta de acolhimento psicossocial às prostitutas da zona boêmia; *ii)* intervenção psicopolítica junto às ativistas da Aprosmig, com vistas a potencializar e qualificar sua atuação interna e externa; *iii)* assessoria psicossocial nas ações desenvolvidas pela associação.

⁴³ Termo que tem sido utilizado por várias prostitutas e associações, incluindo a Aprosmig, para nomear o preconceito, o estigma e a violência gerada contra as profissionais do sexo.

narrativa de Cida é de afirmação e posituação do termo “puta”, à exemplo do que fazem os movimentos negros em suas políticas *Black Power*, e os movimentos LGBT com o a afirmação do *Orgulho Gay*. Laura e Zazá não acreditam ser essa a melhor opção. Mesmo reconhecendo-se como putas, elas pautaram na reunião a percepção que têm em “suas andanças” pela zona, apontando como um entrave para a adesão ao evento, a enorme resistência que as mulheres dos hotéis manifestam em serem nomeadas de putas. Ademais, elas afirmam também que muitas mulheres se veem como profissionais do sexo, somente enquanto trabalham. Ao sair dali, Laura afirma que muitas delas querem ser respeitadas e reconhecidas como “mulheres de família”⁴⁴, já que são mães, esposas e filhas. Zazá insiste que optar pelo termo Puta Day é dar um tiro no pé na mobilização para o evento.

No Brasil e no mundo, a nomeação das prostitutas nas associações é variada. Preferem nomear-se de prostitutas, na nomeação oficial/pública, a APROS-PB⁴⁵, a APROSMIG⁴⁶, a ASP⁴⁷, a APRONAC⁴⁸, a APROCE⁴⁹, As Amazonas⁵⁰, a APROFS⁵¹, o NEP⁵², a APROSPI⁵³, APROTIRUS⁵⁴, e o GEMPAC⁵⁵, bem como a própria Rede Brasileira de Prostitutas. De maneira diferente, a APROSMA⁵⁶, a AMPAP⁵⁷, a APROSBA⁵⁸, a UMPS⁵⁹, a ASPRORN⁶⁰, a ASPRAS⁶¹, O *Colectivo de Trabajadoras*

⁴⁴ Um destaque aqui para um discurso recorrente no cotidiano social, articulado por dispositivos do sistema sexo/gênero. A *dicotomia puta-santa*, que analiso com mais profundidade na dissertação de mestrado. Ver Diniz (2013).

⁴⁵ Associação das Prostitutas da Paraíba

⁴⁶ Associação de Prostitutas de Minas Gerais

⁴⁷ Associação Sergipana de Prostitutas

⁴⁸ Associação de Prostitutas de Maracanaú (Ceará)

⁴⁹ Associação das Prostitutas do Ceará

⁵⁰ Associação das Prostitutas e Ex-prostitutas do Amazonas

⁵¹ Associação de Prostitutas de Feira de Santana (Bahia)

⁵² Núcleo de Estudos da Prostituição (Rio Grande do Sul). Vale destacar que esta organização tem natureza híbrida, já que está vinculada institucionalmente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para saber mais ver Olivar (2010).

⁵³ Associação das Prostitutas do Estado do Piauí

⁵⁴ Associação das Prostitutas de Russas (Ceará)

⁵⁵ Grupo de Mulheres Prostitutas de Belém do Pará

⁵⁶ Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão

⁵⁷ Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Amapá

⁵⁸ Associação das Profissionais do Sexo da Bahia

Sexuales Sarita Colonia (Peru), a APS-BH⁶², a CUTs⁶³, e a APROSVI⁶⁴, utilizam *profissional do sexo* ou *trabalhadora sexual* na nomenclatura de suas associações/coletivos.

Há ainda aqueles coletivos que possuem nomes mais genéricos que, à primeira vista, não permitem que sejam associados à prostituição, como Associação Mulheres Guerreiras (Campinas-SP), Associação da Mulheres da Rua (São José dos Campos/SP), a DAVIDA⁶⁵, *Unidas en la Esperanza* (Paraguai), a *Red Nacional de Mujeres com Dignidad a vivir por Panamá* (Panamá), *Fundación Margen* (Chile), *Asociación La Sala* (Costa Rica), *Orquídeas del Mar* (El Salvador), *Mujeres Unidas Luchando por sus Derechos* (Honduras), *Organizacion de Mujeres en Superación* (Guatemala), a ASMUBULI⁶⁶, a MODEMU⁶⁷,. Vale lembrar que todas os coletivos estrangeiros citados anteriormente fazem parte da *Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamerica y el Caribe* (RedTraSex), que também optou pelo termo Trabalhadora Sexual.

Vale também destacar que existem coletivos de mulheres prostitutas não formalizadas, que se articulam a partir de organizações, cuja nomeação dão destaque a homens ou à comunidade LGBT, como é o caso da Associação Garotos da Noite (Goiás), a AMOCAVIM⁶⁸, a ASTRAES⁶⁹, etc.

A questão da nomeação do sujeito político que subjaz os coletivos de prostitutas é apenas o reflexo de uma complexa dinâmica que circunscreve processos de subjetivação política. Tal complexidade também é objeto de debate e reflexão de outros movimentos sociais, em especial aqueles que se inscrevem no

⁵⁹ União Maringaense das Profissionais do Sexo (Maringá/PR)

⁶⁰ Associação de Profissionais do Sexo e Congêneres do Estado do Rio Grande do Norte

⁶¹ Associação Sobralense de Profissionais do Sexo (Sobral-CE)

⁶² Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte

⁶³ Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais

⁶⁴ Associação dos Profissionais do Sexo (Santa Catarina)

⁶⁵ ONG fundada por Gabriela Leite. Colaborou na fundação da RBP

⁶⁶ Asociación de Mujeres Buscando Libertad (Colombia)

⁶⁷ Movimiento de Mujeres Unidas (República Dominicana)

⁶⁸ Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa/RJ

⁶⁹ Associação dos Transgêneros do Estado do Espírito Santo

marco dos chamados “*novos movimentos sociais*”. Assim nomeados por Melucci (2001), esses movimentos representam um conjunto de lutas democráticas que emergem no tecido social, a partir da segunda metade do século passado, que, ancorados num imaginário de igualdade de direitos, se organizam em pautas de afirmação de suas diferenças e especificidades.

A agenda desses movimentos sociais, em geral, centraliza ações e estratégias de luta em torno de intensas políticas identitárias, construindo referências positivas de identificação para seu grupo social, reivindicando o reconhecimento cultural de suas diferenças e buscando suprimir o desrespeito e a desqualificação produzidos pelo estigma presente nas representações culturais públicas e nas interações cotidianas (Fraser, 2006). Aqui, os sujeitos políticos prescindem de uma essencialização estratégica, tornando-se entidades fixas, com características identitárias compartilhadas entre seus membros.

Poderíamos considerar os movimentos de prostitutas a partir desse marco dos chamados “*novos movimentos sociais*” proposto por Melucci (2001)? Existem elementos identitários comuns à experiência das prostitutas?

O que Fraser (2006) nomeia como “*dilema da redistribuição-reconhecimento*” representa uma chave analítica providencial para adensar essas questões. Esse dilema, que transversaliza o debate teórico e político dos movimentos sociais contemporâneos, está relacionado à tensão entre pautas reivindicatórias que buscam enfrentar uma injustiça econômico-política e aquelas que se organizam em torno de injustiças socioculturais e simbólicas.

As injustiças econômico-políticas demandam políticas de redistribuição, que tendem a enfatizar uma dada *condição de exploração* que um grupo social ocupa na estrutura macroeconômica da sociedade – como é o caso da luta dos trabalhadores no contexto capitalista – e afirmam a igualdade desse grupo em relação aos demais. Já as injustiças socioculturais demandam políticas de reconhecimento cultural e simbólico, que lançam luz na desqualificação, no estigma e/ou na dominação cultural a que um determinado grupo social está submetido – como é o caso do movimento LGBT num contexto heteronormativo – e reivindicam o reconhecimento das *diferenças e especificidades* desse grupo, em geral, através de políticas identitárias (Fraser, 2006).

O dilema redistribuição-reconhecimento se sustenta numa tensão entre igualdade e diferença, que ora conduz os grupos a afirmarem suas condições de

igualdade em relação a outros grupos, ora os pressiona para políticas de afirmação de positividade de suas diferenças. Apresento, a seguir, sucintamente, de que maneiras esse dilema tem atravessado a agenda dos movimentos de prostitutas, e alguns impasses produzidos no cotidiano de lutas e na produção desse sujeito político.

4.1 Sobre a profissional-do-sexo: o trabalho como agenciador de identidades

“Sem vergonha garota, você tem profissão!” Esse tornou-se o *slogan* principal, desde o início dos anos 2000, das bandeiras de luta da Rede Brasileira de Prostitutas, que congrega a maior parte dos grupos e associações que lutam pela cidadania das prostitutas, numa perspectiva dos direitos humanos (Olivar, 2012). A priorização dessa bandeira de luta se desenvolve no curso dos movimentos de prostitutas no Brasil, a despeito da reivindicação de Gabriela Leite⁷⁰, anunciada durante a Consulta Regional sobre Trabalho Sexual e HIV na América Latina e Caribe, organizada em 2008 pela *Red de Trabajadoras Sexuales de América Latina y el Caribe* (Redtrasex) em Lima, que propôs a abordagem dos direitos das prostitutas como direitos sexuais, no marco da igualdade de gênero. Reivindicação reafirmada em 2008 na “I Consulta Nacional sobre DST/AIDS, Direitos Humanos e Prostituição”, em Brasília, que apontou uma direção para a agenda da prostituição e direitos humanos que compartilhasse as ênfases dos direitos trabalhistas e dos direitos sexuais (Olivar, 2012).

A centralidade no trabalho e na natureza econômica e ocupacional da prostituição produz a “trabalhadora do sexo” ou a “profissional do sexo”. Esse sujeito político assim nomeado, lança luz ao que Fraser (2006) nomeia de injustiça econômica, apontando para uma luta política que se inscreve num paradigma de lutas por redistribuição, em que a condição dos sujeitos numa dada estrutura socioeconômica é o elemento central para a produção de seus lugares. A “trabalhadora sexual”, desse ponto de vista, não é reconhecida por nenhum atributo

⁷⁰ Gabriela Leite foi ativista do movimento de mulheres prostitutas. Fundadora da ONG Davida e da grife *Daspu*, ela militou ao longo de sua vida pela garantia dos direitos humanos da categoria. Foi figura central para a emergência da Rede Brasileira de Prostitutas.

distintivo, nem tampouco por especificidades identitárias de seu grupo social mas, antes de tudo, pelo seu lugar desprivilegiado no modelo de distribuição de recursos materiais.

Quando tratamos da prostituição de mulheres pobres, a centralidade no trabalho e nos benefícios econômicos da atividade prostitucional não é difícil de ser compreendida. Conforme muitos estudos apontam (Da Silva, 2014; Barreto, 2008; Fonseca, 1996; Giacomini, 2006; Olivar, 2010, Diniz, 2013), essa atividade surge como possibilidade laboral para inúmeras mulheres que não encontram oportunidades mais rentáveis, ou que não possuem capitais culturais e educacionais suficientes para competir por postos de trabalho no mercado formal. No contexto da Zona Boêmia de Belo Horizonte – e certamente em inúmeros outros contextos de prostituição – a pobreza é um pano de fundo que articula as experiências das mulheres prostitutas, demonstrando que pautas trabalhistas e demandas redistributivas não devem, em nenhuma hipótese, serem secundarizadas neste debate.

Somam-se a essas evidências a natureza marginalizada e o não reconhecimento jurídico da prostituição, que dificulta (senão impede) o acesso a direitos previdenciários, a políticas de seguridade e a condições salubres de trabalho. Todas essas situações se sobrepõem e criam condições de possibilidades para a constituição da prostituta como “trabalhadora”, que, aliadas à positividade do trabalho na modernidade, se coadunam com as estratégias de aproximação da condição de trabalhadoras, e de consolidação de uma agenda regulamentarista no movimento de prostitutas.

Mas a centralidade do trabalho na agenda de direitos dos movimentos de prostitutas está longe de ser um consenso entre os diversos grupos e associações e entre as próprias prostitutas. Várias pesquisas, como as de Acero (2011), Londoño y García (2008), Rodrigues (2009), Alvarez & Rodrigues, Diniz (2013) e Barreto (2008), demonstram a inexistência de consensos sobre a relevância e os supostos benefícios da regulamentação da prostituição. Em várias das entrevistas realizadas por mim (e incluo aqui conversas informais com prostitutas em Belo Horizonte/MG, Arapiraca/AL, em Bogotá e Cartagena na Colômbia, e Córdoba e Buenos Aires na Argentina), a regulamentação da prostituição como profissão aparece como um entrave, já que, na percepção delas, os ganhos seriam menores, uma relação com patrão se estabeleceria e uma rotina inflexível de trabalho seria inevitável. O

questionamento “*quem irá assinar minha carteira?*” enunciado por algumas entrevistadas nos serve de metáfora para entender a complexidade do debate.

Quem não quer trabalhar menos? Me fala quem?... Se legalizar as garotas, a gente vai trabalhar mais e ganhar menos, não concordo com isso não. Quem iria assinar a carteira? Sobre quantos salários? Pro dono do hotel? Quem? Fala, quem?” (Capitu, hotel Magnífico, BH).

“A gente quer é ser autônoma... as meninas não tão querendo colocar prostituta em carteira não menino. Isso é bobagem” (Laura, Aprosmig, BH)

“Há uma questão da igreja que diz que a questão é de assinar carteira, e não é nada disso. Nós somos autônomas, independente, nós não temos vínculos trabalhistas. Primeira coisa que o pessoal liga é a questão da carteira assinada. Não é isso! É um trabalho autônomo com direito, coisa que ninguém tem na prostituição hoje, nem aposentadoria nem nada”. (Cida Vieira, Aprosmig, BH).

Do ponto de vista dos coletivos de prostitutas, esses dissensos também não são raros. A posição da Rede Brasileira de Prostitutas, favorável à regulamentação da prostituição, é contrária à posição da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo – entidade que mantém atuação prioritária junto a grupos e associações do Nordeste brasileiro – que não reconhece na regulamentação um caminho viável para garantir cidadania às mulheres prostitutas (Olivar, 2012; Piscitelli, 2012). É possível que a diferença de posições entre as duas principais entidades do Brasil seja fruto das diferenças contingenciais em que a prostituição se desenvolve em determinados contextos geopolíticos, como é o caso do Nordeste, em que as prostitutas estariam mais vulneráveis a condições de pobreza extrema, ao aliciamento pelas redes de tráfico sexual e a experiências menos consentidas em suas atividades cotidianas.

Em alguns debates produzidos pelo estudo de Da Silva (2014), há elementos que nos permitem identificar uma possível associação entre determinadas interpretações sobre a prostituição e alguns contextos geopolíticos específicos: os discursos e lutas políticas com horizontes mais regulamentaristas e/ou libertários podem estar, também, associados a uma visão “sudestecentrada” sobre a prostituição. Hilda, ao migrar para o Sudeste, identifica diferenças entre a prostituição de Belo Horizonte e as prostitutas do Norte.

“... as mulheres que são prostitutas no Pará, por exemplo, no Nordeste, elas não são, elas não têm um formato capitalista, racional, como as mulheres de Belo Horizonte e de São Paulo têm. O maior complexo de prostituição da América Latina é aqui. Aqui tem um modus operandi de você... trabalho é trabalho! Acho que ela [a prostituta

nortista] não tem compromisso com horário, são muito loucas demais. Elas não investem na profissão como as mulheres mineiras investem. Eu acho que as mulheres aqui investem, por exemplo, quando uma mulher coloca silicone aqui em Belo Horizonte, coloca cabelo, coloca aquelas coisas e tal, é pelo que é a mulher brasileira, mas é também um investimento na profissão". (Hilda, Hotel Honda, BH).

Hilda interpreta as diferenças por ela descritas como consequências do aprofundamento do capitalismo, com maior intensidade, na região sudeste do país. Sendo o trabalho um elemento central no modo de vida ocidental-moderno-urbano-capitalista, faz muito sentido atribuir a este aprofundamento, uma rotina de maior profissionalização e a utilização de técnicas e instrumentos laborais pelas prostitutas. Também merece destaque, a inclusão da prostituição na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações – e o debate público promovido pelas lutas das mulheres prostitutas na última década, especialmente no eixo sul-sudeste.

Ainda na tematização dos dissensos entre coletivos de prostitutas, vemos o surgimento de grupos ligados à Pastoral da Mulher Marginalizada, como é o caso do Grupo Mulher, Ética e Libertação (GMEL), também contrário a qualquer regulamentação, em função de suas posições abertamente abolicionistas da prostituição. A posição desse grupo, juntamente com a atuação da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, tem acalorado o movimento feminista de perspectivas abolicionistas. Conforme aponta Piscitelli (2012), esse movimento tem se fortalecido no cenário nacional, com forte respaldo desses coletivos de prostitutas que recusam qualquer intervenção estatal que reconheça a prostituição como uma alternativa viável e digna para as mulheres. Suas lutas se pautam pela reivindicação de políticas que lhes ofereçam alternativas de trabalho e renda, já que, em suas interpretações, a prostituição é uma violação em si mesma, independente das condições em que forem exercidas.

Aqui, Cida Vieira nos oferece pistas sobre a dinâmica de fortalecimento de discursos políticos abolicionistas e regulamentaristas/libertários no interior do movimento.

Nas capitais, aqui é mais fácil. Embora a capital também no Nordeste eu acredito que é desenvolvido, mais quando você vê que aqui tem mais facilidade, tem mais entrada. Mais acontece que as associações têm que lutar, e o erro que eu acho de muitas organizações [...] a menina ali, a associação, ela fica ligada à igreja, às pastorais, ninguém desliga da pastoral. Sudeste já é desligada de Pastoral. Então, assim, a pastoral não tem domínio mais sobre a prostituta. Aquela lá do Norte: "aí meu Deus se eu for contra o padre, o padre vai morrer, é que eles vão me matar.

Então há esse medo talvez, por mais que ela queira lutar. Ela luta, ‘mas a Igreja tá aqui e tá te dando isso, então fica quietinha e faça seu trabalho, mas no fim o que nós queremos é tirar você!’ (Cida Vieira, Aprosmig, BH).

Hilda também identifica a influência da Igreja na história do movimento de prostitutas e na formulação de suas pautas:

“é porque também veio desse movimento da teologia da libertação que foi importante, [...] o movimento de prostitutas começou pela teologia da libertação que é muito esse local do franciscano [...] eu nunca gostei do discurso da pobreza. Eu to nessa pra ganhar dinheiro, entendeu, eu to muito franca com você, eu rompi com os clássicos da sociologia, eu não penso em viver uma sociedade socialista comunista, não penso, mais nada disso” (Hilda, Hotel Honda, BH).

Quais os potenciais de uma luta regulamentarista para a conquista de direitos das prostitutas? Quais os limites de uma agenda trabalhista para os processos de subjetivação política envolvidos nesses movimentos? Essa agenda é capaz de tematizar e interpelar o estigma da mulher puta e a desqualificação sofrida por elas em função de valores sustentados dentro do sistema sexo-gênero (Rubin, 1984/1989)?

Mesmo reconhecendo a pobreza e as desigualdades socioeconômicas – que transversalizam boa parte dos contextos de prostituição no Brasil – como elementos decisivos na centralidade que o trabalho tem ocupado na tematização política dos movimentos de prostitutas, penso que analisar a consolidação de uma agenda prioritariamente trabalhista passa, também, pela análise da apropriação do trabalho pelos mecanismos de reconhecimento e distinção social produzidos nas sociedades capitalistas. Jessé Souza (2003), em sua sociologia da desigualdade, demonstra a força que um certo ideário moderno de “trabalho útil e produtivo” – juntamente com uma prescrição moral em que a sociabilidade familiar tem lugar privilegiado – se posiciona no centro desses mecanismos, reconhecendo como dignos aqueles/as sujeitos cuja atividade laboral apresente a) significativo valor econômico, b) alto grau de capital cultural acumulado e c) prestígio social. Quanto mais distante dessa tríade for a atividade desenvolvida por sujeitos e grupos sociais (como é o caso da prostituição), mais expostos à desqualificação eles estarão.

A análise psicossocial de Souza (2003), que sustentou alguns dos pressupostos do estudo por mim desenvolvido na Zona Boêmia de Belo Horizonte, permitiu-me identificar uma espécie de economia emocional que opera na

desqualificação da puta pobre. Permitiu-me identificar um conjunto de dinâmicas que dificultam o acesso dessas mulheres às instituições modernas (Estado e Mercado), e a contextos de socialização que lhes oportunizariam desenvolver aquelas disposições psicossociais que, em geral, facilitam aos indivíduos conquistar uma boa ocupação no mercado de trabalho⁷¹. Identificar essas dinâmicas serviu-me para caracterizar a condição de subalternidade das mulheres prostitutas, em função de suas posições marginalizadas no esquema de reconhecimento social, que deposita no valor e na utilidade do trabalho que desenvolvemos, sua garantia de recompensa.

Mas essa mesma análise, paradoxalmente, permitiu-me identificar também movimentos de interpelação desse esquema de reconhecimento. Para além de “ausências disposicionais” que constituem o modelo ocidental de sujeito a ser reconhecido como digno, identifiquei a presença de inúmeros discursos que interpelam o valor social do trabalho, especialmente em sua concepção liberal. Identifiquei discursos sobre o trabalho que partem de outros sentidos, outras representações, outros sonhos, outros anseios: autonomia laboral, flexibilidade na gestão do tempo, negação de lugares de subordinação hierárquica, possibilidade de ganhos significativos sem a necessidade de uma trajetória escolar/acadêmica longa, associação entre geração de renda, diversão e prazer, mobilidade territorial, etc. Esses discursos parecem fazer frente à imposição de um modelo de reconhecimento pelo ideal moderno do “trabalho útil e produtivo”, além de problematizar uma concepção de prostituição como mera atividade econômica, cujo sexo seria totalmente instrumentalizado. Nesse sentido, os fragmentos das entrevistas de Madalena e Jéssica são emblemáticos:

“Lá em Brasília, eu trabalhei numa padaria... e você não tem tempo pra fazer nada não. Da casa pro trabalho, do trabalho pra casa, por seiscentos reais? Eu gosto de beber, de sair, de curtir... aí eu fui pro Rio, ia pra pista quando eu queria. Se pegava um gringo, ganhava quinhentos, seiscentos, só voltava depois que curtisse o dinheiro todo... [risos] Viajava com meu namorado, praia, cinema, cheiração... Depois que eu ‘entrei pra vida’ conheci tantos lugares, passei por Goiânia, passei por Mato Grosso, passei por Rio Grande do Sul, passei por vários estados, até Ceará, trabalhei até no Ceará, na Bahia... ‘Ah, mas trabalhar é bom, você tem seu dinheiro, faz amizade e tal’, o povo fala isso daí, mas pra mim é tudo falsidade. Do dinheiro não... tem que ter dinheiro, senão não tem nada... Dá um milhão pra neguim pra ver se ele vai trabalhar?... Nunca tinha ganhado aquele tanto de dinheiro só para fazer aquilo que

⁷¹ A partir do princípio da dignidade como forma de acesso às fontes da moralidade na modernidade, serão reconhecidos como “dignos” aqueles indivíduos que operarem o seguinte esquema psicossocial: “ser plástico, moldável, flexível, disciplinado, autocontrolado, responsável por si próprio, orientado para o futuro e para o cálculo prospectivo” (Souza, 2003, p.83).

eu gostava (gargalhadas) [contando do primeiro programa de sua vida]. Falei: 'Porque eu não fazia isso antes? Estava rica agora'." (Madalena, hotel Onda Livre, BH).

"Bem... se eu quiser sair agora e ir pra minha casa eu vou. Não vai ter filho da puta nenhum pra cobrar: 'Porque não tá no seu horário não, filha'... Eu gosto assim... Venho pra cá pra ganhar meu tostão, porque tem que ganhar né, quem vive sem dinheiro? Mas quando junto uma grana legal, pego meu ônibus e vou pra minha casa. Fico sem fazer nada um mês, um mês e pouco... É só fazer a comida e arrumar a casa, porque não tem ninguém pra fazer pra mim [risos], ninguém quer fazer isso não... Assisto TV, converso com minha mãe... Durmo, ligo a TV de novo... De idas e vindas, eu vou levando, né... Pobre é assim mesmo... tem que trabalhar senão passa fome, num é não?" (Jéssica, hotel Magnífico, BH).

Vale ressaltar que, de forma nenhuma estou negando a legitimidade da bandeira trabalhista do movimento, tampouco desconsiderando os reais ganhos, em termos de direitos, que uma possível regulamentação proporcionaria à vida das trabalhadoras do sexo. É importante deixar claro que sou favorável ao reconhecimento e à regulamentação jurídica da prostituição como profissão. Judith Butler, em seu texto "O parentesco é sempre tido como heterossexual?" (2003) problematiza os efeitos do reconhecimento jurídico do casamento homossexual para as vivências sexuais que não se adequam a esse modelo de conjugalidade. Nesse sentido, transponho a lógica da autora para este trabalho: que efeitos a regulamentação da prostituição pode produzir para aquelas prostitutas que encontram nessa atividade a possibilidade de realização de outras dimensões da vida que não as laborais ou econômicas? Ou ainda, em que medida a regulamentação apaziguaria determinados discursos (re)produzidos no cotidiano da prostituição que, em última instância, têm interpelado um projeto hegemônico de modernidade e alguns fundamentos do sistema sexo-gênero? Uma agenda de direitos trabalhistas será capaz de promover uma mudança nos códigos e valores culturais que reconhecem a puta como imoral e indigna?

4.2 Sobre putas e vadias: gênero e sexualidade em disputa

Retomo aqui o dilema redistribuição-reconhecimento (Fraser, 2006). Apesar da força que a agenda trabalhista ganha ao longo da última década, há também uma agenda de reivindicações nos movimentos de prostitutas que os inscreve num

paradigma de lutas por reconhecimento cultural e simbólico. Uma das razões pelas quais inúmeras prostitutas não concordam com a regulamentação de sua atividade é por reconhecerem que os maiores problemas enfrentados em seus cotidianos estão relacionados ao preconceito que sofrem e às desqualificações que vivenciam rotineiramente. Inclusive, esse preconceito é visto por muitas delas como um entrave para a eficácia de uma política de regulamentação da atividade, já que em função do estigma que carregam, não gostariam de terem registrado “nas carteiras de trabalho” o nome prostituta ou profissional do sexo (Bernstein, 2008; Diniz, 2013; Barreto, 2008; Olivar, 2010) O estigma pressiona muitas prostitutas a viverem nos guetos, a buscarem a invisibilidade, regulamentadas ou não.

“Imagina... Eu vou numa loja, eu vou... sei lá... ‘Qual que é a sua profissão?’, aí você diz ‘Garota de programa’? Porque eu acho que ainda tem muito preconceito. Entendeu? Muito. Porque se ela falar assim: ‘todo mundo vai ser...’. ‘Ah, ela é garota de programa. Ela ganha dinheiro fácil. Gosta de dinheiro fácil’ Não acho que a prostituição deveria ser legalizada não... Nem se a gente quisesse...” (Gabriela, hotel Onda Livre, BH).

A dimensão do estigma social aproxima o debate da prostituição a outras lutas políticas e disputas discursivas, diferentes das trabalhistas e daquelas de natureza econômica. Sob forte disputa dentro do pensamento e ativismo feminista, as interpretações sobre a prostituição nesse campo, em geral, recorrem às teorias de gênero para compreendê-la. Nesse bojo, a condição de mulheres toma centralidade no debate, seja para afirmar a intrínseca violência da qual a prostituta seria vítima, seja para reivindicar o direito das prostitutas à autonomia sobre o próprio corpo e sobre suas escolhas sexuais e laborais (Piscitelli, 2012).

A prostituta é reconhecida como um “desvio de conduta” daquilo que socialmente se espera de uma mulher digna e respeitável. Representa uma relação com corpo e com a sexualidade que, pelas normativas de gênero, só estaria autorizada aos homens, e que, portanto, se torna alvo de desqualificação constante. Ainda que haja um consenso no campo feminista para a interpretação dos “porquês” as prostitutas são desqualificadas socialmente, há profundas divergências em relação às saídas que os diferentes feminismos propõem para a superação dessa condição.

Apesar dessas divergências, os feminismos prescindem de uma política identitária para pautar a prostituição de mulheres: são, antes de tudo, mulheres, e

independentemente das formas pelas quais sua opressão será superada, interpretar o lugar social da prostituição, desse ponto de vista, passa pelo reconhecimento de que há um forte componente de gênero em sua gênese (Von Luzer, 2008; Garaizabal, 2001). Nesse sentido, o sujeito político dos grupos de prostitutas que dialogam com os feminismos são as “mulheres prostitutas”, e as especificidades desse sujeito político deslocam a luta política para uma arena de reconhecimento cultural e simbólico.

Quais são as especificidades da “mulher prostituta”? Em torno de que políticas de diferença esse sujeito tem se organizado? Que essencialismos estratégicos são necessários para que esse sujeito seja reconhecido? Que potencial possuem os atributos e especificidades das “putas” para mobilizar identificações? Esses atributos têm, de fato, alavancado dinâmicas de subjetivação política capazes de constituir sujeitos de fala? E de produzir eco no tecido social? Penso que a dimensão da prostituição que envolve “corpos, prazeres e paixões”⁷², ou seja, a dimensão da sexualidade, deve ser considerada na análise dessas questões.

Pelas minhas “andanças de campo” ao longo desses anos, tenho percebido, assim como Olivar (2010) em seu estudo de doutoramento, que parece haver um silêncio em relação à dimensão da sexualidade nos discursos oficiais de grupos e associações de prostitutas e nas ações cotidianas por elas desenvolvidas. O debate sobre a prostituição de um ponto de vista “dos corpos, prazeres e paixões,” parece não ter muito eco no cotidiano dessas lutas, a não ser quando se referem à vivência sexual dos clientes. Ainda que a sexualidade seja mencionada em narrativas individuais (como são os casos de Cida Vieira, Madalena e Soila⁷³, que parecem construir uma carreira sexual através da prostituição), elas parecem não ter produzido eco nos discursos políticos do movimento ao longo da última década.

De imediato, uma primeira hipótese para esse suposto silenciamento – ou para uma ênfase numa agenda trabalhista dessexualizada, como prefere Olivar (2012) – não é difícil de ser elaborada. “(Res)sexualizar a prostituição não é uma

⁷² Faço aqui uma menção à clássica obra de Richard Parker. Parker, R. (1991). *Corpos, Prazeres e Paixões: Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Best Seller.

⁷³ Madalena, prostituta de 19 anos, entrevistada por mim em 2012, demonstra em suas narrativas fortes indícios da construção de uma carreira sexual através da inserção na prostituição. Soila é prostituta, ativista do Núcleo de Estudos sobre Prostituição em Porto Alegre, que no diálogo com Olivar (2012), afirma encontrar em um de seus clientes de mais de 20 anos o que de melhor a vida pode oferecer: “sexo, amor e dinheiro”.

tarefa tranquila, pois é justamente no marco da *scientia sexualis*, da expansão do “dispositivo da sexualidade”, que a prostituição ganhou um dos seus piores inimigos: o discurso da perversão sexual” (p.101). Dessa forma, associar-se ao discurso trabalhista pode representar também uma estratégia de desassociação da prostituição àquilo mesmo que a desqualifica.

Não é raro também encontrar narrativas sobre “ser-prostituta” que desassociam a atividade sexual, inerente ao trabalho, de todas as outras dimensões da vida. Muitas pesquisas, em especial os estudos de De Barros (2005), Fonseca (1996), Pasini (2005), Barreto (2008) e Olivar (2010), descrevem narrativas que afirmam uma suposta cisão entre a atividade laboral da prostituta e sua vida comunitária, familiar e afetiva. A pesquisa que desenvolvi em 2013, assim como o ensaio teórico de Coelho (2009) e os estudos empíricos de Barreto (2008) e de De Barros (2005), analisam um discurso dicotômico que produz e antagoniza representações da “mulher puta” e da “mulher santa”, e que opera na elaboração de sentidos para as prostitutas. Várias delas afirmam haver uma ruptura entre “a puta” e os demais papéis que elas desempenham em suas vidas, como se a performance laboral se assemelhasse à incorporação de um personagem, e a sexualidade, uma dimensão meramente instrumental da atividade. Essa cisão sempre aparece em suas narrativas para afirmar que, fora do trabalho, são mulheres dignas, mulheres de pudor, mulheres respeitadas. Não raro, no seio dessa cisão, a sexualidade no “mundo da santa” assume parâmetros clássicos, daquilo que se espera de uma mulher no sistema sexo-gênero, como pudor, fidelidade, monogamia, heterossexualidade e habilidades de cuidado.

Outro elemento de relevância para a análise da dimensão sexual na luta das prostitutas é o fortalecimento do discurso de “privatização da prostituição” (Bernstein, 2008; Olivar, 2012), que tem alterado consideravelmente as dinâmicas de prostituição nas cidades. Cada vez mais a prostituição de rua perde lugar para os “privês”, para o *cibersex* e para as boates, e o controle policial da atividade tem se concentrado cada vez em atacar seu alcance público e sua visibilidade no cenário da cidade.

Obviamente que essa percepção – de que há um silenciamento em relação à dimensão da sexualidade nos discursos políticos dos movimentos e uma (des)sexualização na agenda trabalhista em destaque (Olivar, 2012) – não é unívoca nem estável. O principal nome do ativismo de prostitutas no Brasil, Gabriela Leite, foi

quem pautou, pela primeira vez, uma agenda da prostituição como direito sexual (Olivar, 2012). No contexto europeu, especialmente na Espanha e França, existem associações de prostitutas que têm pautado a prostituição a partir de sua inscrição sexual, reivindicando o sexo, o prazer e a autonomia sobre o corpo como direitos inerentes às mulheres prostitutas.

Quando, em resposta aos esforços do governo francês para erradicar a prostituição no país, Morgane Merteuil se pronunciou publicamente, em setembro de 2012, afirmando *“Sí, los hombres pueden ser tiernos y precavidos. Sí, las mujeres pueden amar el sexo. Y sí, prostituirse puede ser una forma de reapropiarse del propio cuerpo y la sexualidad”*⁷⁴, ela acirrou os debates sobre este tema na França e em todo o mundo. Em seu manifesto, Merteuil critica as posições abolicionistas da prostituição, interpelando os efeitos prescritivos que essas posições produzem na vida das mulheres.

O legado de Gabriela Leite para a luta das mulheres prostitutas é inquestionável. Seja por seus feitos políticos, pela visibilidade que deu ao tema no debate público nacional ou pela nomeação de um sujeito político, até então inexistente, suas ideias são disseminadas por várias associações no país, e sua figura serve de inspiração a muitas putas-ativistas.

A trajetória política das prostitutas militantes da Aprosmig demonstra que os ideais de Gabriela seguem vivos. Em especial, a de Cida Vieira, por seu protagonismo na política de Direitos Humanos de Minas Gerais e na edificação da associação que preside desde a fundação em 2009. Ao longo de suas andanças pela cidade e pelo país, Cida, inspirada pela vida e obra de Gabriela Leite, tem construído uma política de/para/com putas. Ela é uma das militantes do movimento nacional que afirma sua condição de puta por onde passa. Cida sempre reivindica reconhecimento de “voz e vez” para a Aprosmig e para as prostitutas, negando-se ocupar posições vitimizantes. Não raro, ela lança luz à dimensões da prostituição convencionalmente tidas como “impróprias” ou “idílicas”, como os direitos sexuais reprodutivos, corpo e prazer, autonomia e liberdade sexual.

“bom, adoro sexo, e os dois, mais não gosto de transar. Os fetiches me atraem pra

⁷⁴ Trecho retirado do Panfleto “Liberad el Feminismo”, publicado em 06 de setembro de 2012, por Morgane Merteuil, Secretária Geral do Sindicato das Trabalhadoras do Sexo – STRASS. Recuperado em 15 de dezembro de <http://blogs.elpais.com/aqui-paris/2012/09/mejor-puta-que-trabajar-en-una-f%C3%A1brica.html>

prostituição, e é aonde que eu sou dominatrix, especialista em fantasias eróticas. É uma coisa que me faz bem, trabalho bem, ganho bem e ainda tenho prazer” (Cida Vieira, Aprosmig, BH).

“Quando se fala reprodução, reproduzir é o que? criar e procriar, ponto. Gerar filhos, que muitos é discursos da sexualidade, pra muita gente é isso. Outra coisa é o prazer no que você faz, a autonomia do corpo. É meu eu faço o que eu quero! Quem não gosta de sexo? Quem não gosta, sabendo que vai ter um prazer e ainda receber? Igual... eu fui, já ganhei meus 200 lá hoje. Eu fiz sexo, bati, ri demais, ainda joguei com o cliente. Ele te trata como uma rainha, quem não quer isso? [...] Então, no sexo nós conseguimos fazer esse domínio masculino”. (Cida Vieira, Aprosmig, BH).

Em seu recente estudo sobre os movimentos de prostitutas no Brasil em interface com o campo dos direitos sexuais, *Olivar (2012)* identifica algumas evidências de um possível deslocamento na agenda trabalhista dos coletivos que lá estavam representados:

No marco do IV Encontro da RBP *[realizado em 2008]* muitas mulheres fizeram, não sem tensões, do sujeito “puta” um ponto para as suas afirmações. Construíram, na emoção do Encontro, o sujeito “puta” como aquele que não precisa se justificar nem pedir desculpas pelo seu trabalho, pelo seu sexo, pelo que fazer com seu corpo. Muitas delas afirmaram o desejo de serem prostitutas, seu prazer em serem putas e, longe das versões mais estabelecidas do enfoque laboral, muitas delas atestaram a satisfação e a autonomia que a prostituição lhes dá e a vinculação do seu prazer erótico com a prática da prostituição. Beijar na boca, namorar clientes e gozar no programa apareceram nas falas de muitas delas, principalmente das mais jovens, como direitos e possibilidades do seu trabalho a serem protegidos. Embora algumas das lideranças com mais de 45 anos de idade tenham se unido na emoção da putaria, tal impulso foi mais evidente naquelas com menos de 30 (p.99).

Parece haver uma política identitária se desenhando na Rede Brasileira de Prostitutas que, não sem tensão como aponta *Olivar (2012)*, tem buscado construir referências para suas lutas a partir de uma agenda de direitos sexuais. Nessa política o sujeito “puta” é afirmado, seus anseios, desejos, suas vicissitudes. A reivindicação do reconhecimento de seus direitos, não por um discurso igualitarista, mas pela afirmação de sua diferença, também inscreve os movimentos de prostitutas num paradigma de lutas por reconhecimento cultural e simbólico (*Fraser, 2006*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade no trabalho e na natureza econômica e ocupacional da prostituição produz a “trabalhadora do sexo” ou a “profissional do sexo”. A inscrição da puta-pobre numa dada condição socioeconômica específica cria condições de possibilidades para a constituição da prostituta como “trabalhadora”, que, aliada à positividade do trabalho na modernidade, se coadunam com as estratégias de consolidação de uma agenda regulamentarista no movimento de prostitutas.

A dimensão do estigma social aproxima o debate da prostituição a outras lutas políticas e disputas discursivas, diferentes das trabalhistas e daquelas de natureza econômica. Parece haver uma política identitária se desenhando na Rede Brasileira de Prostitutas que, não sem tensão como aponta Olivar (2012), tem buscado construir referências para suas lutas a partir de uma agenda de direitos sexuais. Nessa política o sujeito “puta” é afirmado, seus anseios, desejos, suas vicissitudes.

A articulação de demandas e bandeiras políticas tem se tornado um desafio para movimentos sociais que se localizam na fronteira entre as lutas por redistribuição econômico-política e as reivindicações por reconhecimento cultural e simbólico e de direito à diferença. Desafio, porque as lutas por reconhecimento – em nosso caso, a ênfase do movimento numa agenda de direitos sexuais – tendem a promover a diferenciação do grupo social “mulheres prostitutas” (ou criá-lo, performaticamente), enquanto as lutas por redistribuição – refletidas no movimento de prostitutas pela ênfase dada a uma agenda trabalhista – tendem a desestabilizar as diferenças desse grupo. São, por natureza, modelos de luta em constante tensão, que se interferem e se desestabilizam mutuamente (Fraser, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acero, M. T. (2011). El debate entre prostitución y trabajo sexual. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad (Bogotá)*, 6(1), 127-148.
- Alvarez, G. O. & Rodrigues, M. T. (2001). Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/Aids. *Ser Social*, 1(8), 97-127.
- Barreto, L. C. (2008). *Prostituição, Gênero e Sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Barreto, L. C. (2015). *Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bernstein, E. (2008). O significado da compra: desejo, demanda e comércio do sexo. *Cadernos Pagu*, 31, 315-362.
- Butler, J. (2010). *Deshacer el género* (P. S. Beltran, trad.). Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 2004).
- Coelho, B. (2009). *Olhar os quadros que nos enquadram a visão: perspectivas teóricas sobre a prostituição e a prostituta*. Lisboa: CIES-ISCTE. (CIES e-workin paper). Recuperado em 20 de novembro de 2014, de http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cies.iscte.pt%2Fdestaque%2Fdocuments%2FCIES-WP66_Coelho.pdf&ei=teMtVYv_DKrasATjqICgCg&usg=AFQjCNFUUsy5cBKZCx72jxvylxGu8ZA9lg&sig2=5xoQZAAkheRR4TKg5QkTWQ
- Da Silva, L. B. (2014). *Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres*. Dissertação de Mestrado. Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceara, Fortaleza.
- De Barros, L. A. (2005). Mariposas que trabalham. Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. *Revista Jus Navigandi (Teresina)*,

ano 9, n.827, 8 de out. Recuperado em 10 de julho de 2012, de <http://jus.com.br/artigos/7356/mariposas-que-trabalham/3>.

- Diniz, A. G. R. (2013). *Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Fonseca, C. (1996). A dupla carreira da mulher prostituta. *Estudos Feministas*, (1), ano 4, 7-33.
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". *Cadernos de Campo (São Paulo)*, 14/15, 231-239.
- Garaizabal, C. (2001). Una mirada feminista a la prostitución. In *Jornadas Feministas: Feminismo.es... y será: ponencias, mesas redondas y exposiciones* (pp. 33-42). Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=2218>
- Giacomini, S. M. (2006). Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Revista Estudos Feministas*, 14(1), 85-101.
- Londoño, A. P. & García, J. A. F. (2008). ¿Es la prostitución un trabajo? *Tesis Psicológica*, 3, 54-69.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Olivar, J. M. N. (2010). *Guerras, trânsitos e apropriações: políticas de prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Olivar, J. M. N. (2012). Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, 11, 88-121.
- Pasini, E. (2005). Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. *Cadernos Pagu*, 25, 185-216.

Piscitelli, A. (2012). Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, 36, 11-31.

Rodrigues, M. T. (2003). *Polícia e prostituição feminina em Brasília: um estudo de caso*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado em 03 de setembro de 2012 de http://fci.uib.es/digitalAssets/178/178151_2.pdf

Rodrigues, M. T. (2009). Prostituição no Brasil contemporâneo: trabalho como outro qualquer? *Katalysis*, 12, 68-76. Recuperado em 10 de outubro de 2012 em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/09.pdf>

Rubin. G. (1989). Reflexionando el sexo: notas para uma teoria radical de la sexualidad. In C. S. Vance (Comp.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina* (pp.113-190). Madrid: Revolución. (Trabalho original publicado em 1984). Recuperado em 13 de maio de 2012 de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Rubin%20G.pdf>

Souza, J. (2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Von Luzer, C. J. (2008, 25-28 de Agosto). Trabalhadoras sexuais y Mujeres en situación de prostitución: algunos interrogantes sobre la construcción de identidad política en los sujetos estigmatizados. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis: UFSC. Trabalho recuperado em 27 de setembro de 2014, de http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fazendogenero.ufsc.br%2F8%2Fsts%2FST26%2FCarolina_Justo_von_Lurzer_26.pdf&ei=yNYtVajSI7STsQTwk4Fw&usg=AFQjCNEh7DhTDwWVDMEJc-Pm2qMJZMM1rg&sig2=wS1qY_49sj5aVRsQNL4CEQ&bvm=bv.90790515,d.eXY

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A aproximação com as experiências da prostituição em Belo Horizonte nesta pesquisa nos mostrou o quão complexa é essa realidade. Carregados de ambiguidades e contradições, os contextos de vida das prostitutas entrevistadas demonstram que suas experiências são marcadas por intensas dinâmicas de subalternização.

Foi possível identificar ao longo de minha trajetória na zona uma série de dispositivos e mecanismos que se articulam na vida dessas mulheres, produzindo interdições morais, econômicas, simbólicas, emocionais e subjetivas em seus cotidianos. Um deles, o sistema sexo/gênero, parece restringir as possibilidades dessas mulheres se constituírem, material e subjetivamente, sem a convivência próxima com experiências de desqualificação e violência.

Certamente, isso já era por nós esperado. Tão grande é a negatividade que a modernidade logrou conferir a essa experiência social, que seria difícil um pesquisador se inserir neste campo sem pressupor a existência de cotidianos múltiplos de subalternização.

Certamente, isso já era por nós esperado. Tão grande é a negatividade que a modernidade logrou conferir a essa experiência social, que seria difícil um pesquisador se inserir neste campo sem pressupor a existência de cotidianos múltiplos de subalternização. Ao identificarmos dispositivos de subalternização no cotidiano da zona boêmia, contamos mais uma vez a versão de uma história que várias outras pesquisas já nos contaram sobre as prostitutas. História essa que, conforme alguns dados nos demonstraram, está impregnada em nossas instituições, em nossas predisposições de ação e percepção, em nossas organizações políticas e em nossas produções científicas: a história da puta que “não é...”, que “não pode...”, que “não deve...” e que “não tem...”

Mas alguns dados da pesquisa nos indicam que parece haver outras histórias sendo criadas, compartilhadas e vividas por mulheres prostitutas. Madalena tem uma história para contar que é desconhecida da maioria das pessoas. Ela nos mostrou que somente parte dessa história é contada pelos “contadores de histórias” legitimados. Gabriela contou que, por dezesseis horas diárias, ela não é como a personagem que os livros insistem em descrever. A “Gabriela puta” volta todos os

dias para casa com um bom dinheiro conquistado no trabalho. Paga a mensalidade da escola dos filhos, ajuda-os no “dever de cada” e sonha com eles a decoração da casa que está para chegar.

Laura também nos contou histórias não contadas. A senhora de 59 anos, mãe de filha universitária, distinta e respeitosa, sai de casa todos os dias para conquistar seu salário mensal na zona boêmia da cidade. Não se contentando, ela ainda tem tempo para passar algumas horas diárias na associação que representa sua “classe”, pensando formas de contar outras histórias, de si e de suas companheiras, diferentes daquelas que todos já conhecem.

As interdições psicossociais que circunscrevem o cotidiano das prostitutas da zona boêmia de BH parecem ter efeito de encobrir histórias. Mais do que isso, de contar uma história única sobre quem elas são e sobre como elas vivem. Spivak já nos demonstrou que essa é uma característica fundamental da subalternidade: é alijada do(a) subalterno(a) a possibilidade de contar suas próprias histórias.

E as histórias que elas nos contaram nesse estudo não são somente histórias de sujeição, de vitimização ou de violência. Madalena parece ter encontrado na prostituição a possibilidade de viver a vida que acredita valer a pena. Suas narrativas na pesquisa nos mostraram que essa vida interpela diretamente os parâmetros de reconhecimento diferencial que se produziram na modernidade. Sem muitos amigos ou uma casa para onde possa voltar, ela sente na pele os efeitos de uma sociedade que não reconhece a puta, libertina, despudorada e conhecedora de seu corpo e de seus desejos. Ainda assim, parece ser desta história que ela quer ser protagonista.

Entre histórias e personagens, um dos elementos centrais desse estudo permitiu-nos identificar algumas formas pelas quais as mulheres prostitutas têm buscado e afirmado suas autonomias. O trabalho rentável da prostituição permite a Gabriela seguir sua vida sem depender do ex-marido. Capitu parece ter encontrado na prostituição, ainda que a duras penas, uma alternativa à vida pacata que lhe destinaram no interior de Minas. Fadada a servir seus familiares em troca de migalhas, ela viu no conselho que recebeu de uma amiga uma forma de servir-se a si mesma. Ainda que, para isso, ela tivesse que sair do circuito instituído de reconhecimento social.

As narrativas das prostitutas entrevistadas nos dão pistas de que suas trajetórias se constroem entre sujeição e resistência à sujeição, heteronomia e

afirmação de autonomia. A ambiguidade das dinâmicas sociais lhes permite interpelar os efeitos destrutivos da dominação e, como efeito disso, elas disseminam no tecido social outros saberes e outras histórias sobre suas condições de vida.

Algumas dessas histórias têm sido contadas em diálogo com alguns feminismos. Ao flexibilizar as narrativas sobre a prostituição que identificam nessa prática social apenas os seus efeitos de opressão-domação-exploração, feminismos de viés crítico e libertário têm possibilitado que as narrativas das próprias prostitutas sejam lançadas no debate público. Parece haver um compromisso primeiro desses feminismos com a legitimação das narrativas produzidas pelas mulheres prostitutas. Um compromisso ético e epistemológico com o que elas têm dito sobre quem são, sobre o que pensam de si mesmas, sobre o que pensam de seu trabalho, e, sobretudo, com o que demandam da sociedade.

Ao lado dessas feministas, e por meio delas, as narrativas das mulheres prostitutas parecem alcançar ressonância, o que confere significativa importância à *solidariedade* nas dinâmicas de subjetivação política e nos processos de transformação social. A solidariedade entre essas mulheres, prostitutas-feministas e feministas-cientistas, tem produzido importantes ecos para as vozes das putas e dos 'feminismos subalternizados'. Entre as experiências e parcerias da Aprosmig por mim narradas, e essas sororidades outras que vem se desenvolvendo nas últimas duas décadas no Brasil, parece haver um esforço comum. Esses encontros solidários parecem estar construindo, a mãos coletivas, um *projeto de autonomia* de, com e para-as mulheres, em especial aquelas que estão nas periferias do gênero.

Os discursos economicistas que são recorrentes nos estudos acadêmicos sobre a prostituição podem obscurecer outras hierarquias sociais que, conforme indicado em nossas análises, parecem se articular constantemente no cotidiano de mulheres, clientes e outros atores que se envolvem nessa rede de sociabilidade. Mais do que isso, esses discursos tornam invisível a dinâmica cotidiana de lutas e enfrentamentos. A história tem nos mostrado que, quando coletivizados, esses enfrentamentos podem produzir efeitos maiores do que simplesmente o de "transformar necessidade em virtude".

A centralidade no trabalho e na natureza econômica e ocupacional da prostituição produz a "trabalhadora do sexo" ou a "profissional do sexo". A inscrição da puta-pobre numa dada condição socioeconômica específica cria condições de possibilidades para a constituição da prostituta como "trabalhadora", que, aliada à

positividade do trabalho na modernidade, se coadunam com as estratégias de consolidação de uma agenda regulamentarista no movimento de prostitutas.

Identifiquei discursos sobre o trabalho que partem de outros sentidos, outras representações, outros sonhos, outros anseios, que os convencionados na modernidade: autonomia laboral, flexibilidade na gestão do tempo, negação de lugares de subordinação hierárquica, possibilidade de ganhos significativos sem a necessidade de uma trajetória escolar/acadêmica longa, associação entre geração de renda, diversão e prazer, mobilidade territorial, etc. Esses discursos parecem fazer frente à imposição de um modelo de reconhecimento pelo ideal moderno do “trabalho útil e produtivo”, além de problematizar uma concepção de prostituição como mera atividade econômica, cujo sexo seria totalmente instrumentalizado.

A dimensão do estigma social aproxima o debate da prostituição a outras lutas políticas e disputas discursivas, diferentes das trabalhistas e daquelas de natureza econômica. Parece haver uma política identitária se desenhando na Rede Brasileira de Prostitutas que, não sem tensão, como aponta Olivar (2012), tem buscado construir referências para suas lutas a partir de uma agenda de direitos sexuais. Nessa política o sujeito “puta” é afirmado, seus anseios, desejos, suas vicissitudes.

Ainda assim, parece haver um silêncio em relação à dimensão da sexualidade nos discursos oficiais de grupos e associações de prostitutas e nas ações cotidianas por elas desenvolvidas. O debate sobre a prostituição de um ponto de vista “dos corpos, prazeres e paixões,” parece não ter muito eco no cotidiano dessas lutas, a não ser quando se referem à vivência sexual dos clientes. Ainda que a sexualidade seja mencionada em narrativas individuais elas parecem não ter produzido eco nos discursos políticos do movimento ao longo da última década.